CPL
Fls. 01

CHAMADA PUBLICA

CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

PROCESSO Nº224/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MEDICOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MEDICO DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM-TO.

CPL
Fls. 02

PROTOCOLO	Número: 224/2025	Data: 17/02/2025
Interessado: **********		
Origem: FUNDO DE SAÚDE		
Assunto: LICITAÇÕES		
CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MEDICOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MEDICO DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM-TO. 155		

CPL
Fls. 03

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO DE SAÚDE

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

AUTUAÇÃO PROCESSO

Ao Departamento de Compras e Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL de PIUM – TO, Estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, **autua** o presente processo de Dispensa de Licitação da seguinte forma:

Processo Administrativo.....	*224/2025*
Credenciamento Nº.....	*01/2025*
Objeto.....	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM
Solicitante.....	DIONE RIBEIRO DA SILVA
Responsável	DIONE RIBEIRO DA SILVA
Data	*14/02/2025*

O processo de Dispensa de licitação será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender ao disposto no art. 6º, inciso XVIII, alínea "c" combinado com art. 75, inciso II da Lei federal nº 14.133/2021.

DIONE RIBEIRO DA SILVA
SECRETARIO DE DAÚDE

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08 de 01/01/2025

CPL
Fls. 04

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO DE SAÚDE

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2021/2024
Povo Forte, União que Move!

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA- DFD

ORGÃO: FUNDO DE SAÚDE de PIUM - TO

UNIDADE REQUISITANTE:	**CARGO**	**NOME**
Secretaria de SAÚDE	Secretario	**DIONE RIBEIRO DA SILVA**

OBJETO DA DEMANDA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM

NATUREZA DO OBJETO A SER CONTRATADO:	(x) Serviço não continuado ( ) Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra. ( ) Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra. ( ) Material de consumo ( ) Material Permanente/equipamento ( ) Obras e outros investimentos

JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM

JUSTIFICATIVA

A contratação de profissional médico para as funções de Diretor Geral e Médico Plantonista é de fundamental importância para garantir a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde prestados pelo Hospital de Pequeno Porte Nestor da Silva Aguiar, no município de Pium, o serviço médico na qualidade de Diretor Clinico é fundamental para garantir a responsabilidade técnica do hospital, garantindo que as atividades assistenciais sejam realizadas com ética, segurança e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos, tendo ainda a responsabilidade na gestão administrativa, coordenando as equipes medica, fiscalizando a qualidade dos serviços, garantindo o bom funcionamento da unidade, a organização das escalas de plantões médicos, a supervisão técnica das equipes medicas, a integração com a gestão municipal e a implementação de políticas de saúde que atendem às normativas do Sistema Único de Saúde (SUS); e Médico Plantonista para realizar atendimentos médicos de baixa e média complexidade para a população local e adjacente em regime de plantão, prestando assistência a

pacientes em atendimentos de urgência e emergência, ambulatoriais e hospitalares, para garantir que nenhum paciente fique sem o devido acolhimento e tratamento. A ausência de um número adequado de médicos exige a qualidade do atendimento, gera sobrecarga nas equipes existentes e aumenta os riscos relacionados ao atraso no diagnóstico e tratamento de casos críticos, o que pode acarretar prejuízos irreparáveis à saúde da população.

Diante do exposto, a contratação de médicos para os cargos de Diretor Geral e Médico Plantonista se mostra necessária para garantir o funcionamento adequado do Hospital de Pequeno Porte Nestor da Silva Aguiar, garantindo a qualidade dos serviços, a continuidade do atendimento, a segurança dos pacientes e o cumprimento das normativas legais em vigor, fortalecendo a gestão hospitalar, garantir a assistência humanizada à população e proporcionar uma resposta eficiente às demandas emergenciais e assistenciais que se apresentam diariamente. As unidades hospitalares exigem a presença de médicos em regime de plantão para garantir a cobertura assistencial. A contratação desses profissionais é, portanto, uma medida necessária para garantir o cumprimento das diretrizes do Ministério da Saúde, bem como das exigências dos órgãos fiscalizadores, como o Conselho Regional de Medicina (CRM) e a Vigilância Sanitária.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. De Plantão de 12 horas	Valor Unitário do plantão	Valor Total
01	**Plantão médico 12hs**	SV	60	1.000,00	60.000,00
02	**Plantão medico 24hs**	sv	30	2.000,00	60.000,00
		Unidade de medida	und	Vlr unt	Valor total
03	**Prestação de serviços como médico diretor geral**	srv	mensal	**15.000,00**	**180.000,00**
TOTAL GERAL					**R$ 300.000,00**

PREVISÃO DA DATA E LOCAL PARA O INÍCIO DOS SERVIÇOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM

DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Informações complementares sobre a contratação estarão disponíveis no Termo de Referência e edital.

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO DE SAÚDE

CPL
Fls. 06

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

PIUM, 14 de Fevereiro de 2025.

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08 de 01/01/2025

DIONE RIBEIRO DA SILVA
SECRETARIO DE DAÚDE

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO DE SAÚDE

GOVERNO DE PIUM
ADM: 2021/2024
Povo Forte, União que Move!

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente credenciamento tem por finalidade a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM**, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação de profissional médico para as funções de Diretor Geral e Médico Plantonista é de fundamental importância para garantir a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde prestados pelo Hospital de Pequeno Porte Nestor da Silva Aguiar, no município de Pium, o serviço médico na qualidade de Diretor Clinico é fundamental para garantir a responsabilidade técnica do hospital, garantindo que as atividades assistenciais sejam realizadas com ética, segurança e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos, tendo ainda a responsabilidade na gestão administrativa, coordenando as equipes medica, fiscalizando a qualidade dos serviços, garantindo o bom funcionamento da unidade, a organização das escalas de plantões médicos, a supervisão técnica das equipes medicas, a integração com a gestão municipal e a implementação de políticas de saúde que atendem às normativas do Sistema Único de Saúde (SUS); e Médico Plantonista para realizar atendimentos médicos de baixa e média complexidade para a população local e adjacente em regime de plantão, prestando assistência a pacientes em atendimentos de urgência e emergência, ambulatoriais e hospitalares, para garantir que nenhum paciente fique sem o devido acolhimento e tratamento. A ausência de um número adequado de médicos exige a qualidade do atendimento, gera sobrecarga nas equipes existentes e aumenta os riscos relacionados ao atraso no diagnóstico e tratamento de casos críticos, o que pode acarretar prejuízos irreparáveis à saúde da população.

Diante do exposto, a contratação de médicos para os cargos de Diretor Geral e Médico Plantonista se mostra necessária para garantir o funcionamento adequado do Hospital de Pequeno Porte Nestor da Silva Aguiar, garantindo a qualidade dos serviços, a continuidade do atendimento, a segurança dos pacientes e o cumprimento das normativas legais em vigor, fortalecendo a gestão hospitalar, garantir a assistência humanizada à população e proporcionar uma resposta eficiente às demandas emergenciais e assistenciais. que se apresentam diariamente. As unidades hospitalares exigem a presença de médicos em regime de plantão para garantir a cobertura assistencial. A contratação desses profissionais é, portanto, uma medida necessária para

CPL
Fls. 08

garantir o cumprimento das diretrizes do Ministério da Saúde, bem como das exigências dos órgãos fiscalizadores, como o Conselho Regional de Medicina (CRM) e a Vigilância Sanitária.

3 DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

3.1. Efetuar a realização do serviço no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, improrrogáveis, contados da data da assinatura do Contrato ou quando solicitado.
3.2. Efetuar a realização do serviço de acordo com a especificação e demais condições estipuladas no edital.
3.3. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

1. OBSERVAÇÕES GERAIS:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. De Plantão de 12 horas	Valor Unitário do plantão	Valor Total
01	**Plantão médico 12hs**	SV	60	1.000,00	60.000,00
02	**Plantão medico 24hs**	sv	30	2.000,00	60.000,00
		Unidade de medida	und	Vlr unt	Valor total
03	**Prestação de serviços como médico diretor geral**	srv	mensal	**15.000,00**	**180.000,00**
TOTAL GERAL					**R$ 300.000,00**

1. Tipo de licitação: credenciamento - menor PREÇO MENSAL e MENOR PREÇO POR PLANTÃO.

2. No valor dos itens da proposta apresentada deverão estar incluídos IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS.

4. CONCLUSÃO

A Prefeitura Municipal necessita desses serviços, para atender a demanda de serviços do Fundo de Saúde do Município de Pium - TO. Esse projeto visa, através de um planejamento de quantitativo, poder – através de um processo licitatório na modalidade chamada pública.

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO DE SAÚDE

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CPL
Fls. 09

PIUM - TO, 14 de Fevereiro de 2025.

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08 de 01/01/2025

DIONE RIBEIRO DA SILVA
SECRETARIO DE DAÚDE

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO DE SAÚDE

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 224/2025.

ÓRGÃO:
- Fundo de Saúde de Pium - To.

01 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui uma das etapas do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto e embasar o Termo de Referência ou Projeto Básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

1.2 Este estudo serve para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM**, em virtude da demanda existente, que serão fornecidos nas condições estabelecidas.

1.3 O presente documento apresenta informações e justificativas que compõem os Estudos Preliminares (EP) e parte do Termo de Referência (TR), as quais deverão subsidiar a elaboração do edital de licitação, bem como da minuta de termo contratual pela unidade competente. Além disso, são apresentadas, também, as justificativas para os aspectos mais relevantes da contratação, para fins de motivação das decisões adotadas.

02 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição se justifica pela necessidade dos serviços para suprir as demandas do hospital desse município, sem a qual as atividades que necessitam da utilização do referido serviço poderão ser prejudicadas.

2.1 A contratação de profissional médico para as funções de Diretor Geral e Médico Plantonista é de fundamental importância para garantir a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde prestados pelo Hospital de Pequeno Porte Nestor da Silva Aguiar, no município de Pium, o serviço médico na qualidade de Diretor Clinico é fundamental para garantir a responsabilidade técnica do hospital, garantindo que as atividades assistenciais sejam realizadas com ética, segurança e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos, tendo ainda a responsabilidade na gestão administrativa, coordenando as equipes medica, fiscalizando a qualidade dos serviços, garantindo o bom funcionamento da unidade, a organização das escalas de plantões médicos, a supervisão técnica das equipes medicas, a integração com a gestão municipal e a implementação de políticas de saúde que atendem às normativas do Sistema Único de Saúde (SUS); e Médico Plantonista para realizar atendimentos médicos de baixa e média complexidade para a população local e adjacente em regime de plantão, prestando assistência a pacientes

CPL
Fls. 11

em atendimentos de urgência e emergência, ambulatoriais e hospitalares, para garantir que nenhum paciente fique sem o devido acolhimento e tratamento. A ausência de um número adequado de médicos exige a qualidade do atendimento, gera sobrecarga nas equipes existentes e aumenta os riscos relacionados ao atraso no diagnóstico e tratamento de casos críticos, o que pode acarretar prejuízos irreparáveis à saúde da população.

Diante do exposto, a contratação de médicos para os cargos de Diretor Geral e Médico Plantonista se mostra necessária para garantir o funcionamento adequado do Hospital de Pequeno Porte Nestor da Silva Aguiar, garantindo a qualidade dos serviços, a continuidade do atendimento, a segurança dos pacientes e o cumprimento das normativas legais em vigor, fortalecendo a gestão hospitalar, garantir a assistência humanizada à população e proporcionar uma resposta eficiente às demandas emergenciais e assistenciais que se apresentam diariamente. As unidades hospitalares exigem a presença de médicos em regime de plantão para garantir a cobertura assistencial. A contratação desses profissionais é, portanto, uma medida necessária para garantir o cumprimento das diretrizes do Ministério da Saúde, bem como das exigências dos órgãos fiscalizadores, como o Conselho Regional de Medicina (CRM) e a Vigilância Sanitária.

03 - ÁREA REQUISITANTE

ORGÃO: Fundo de Saúde

04 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos, de modo a possibilitar a seleção mais vantajosa mediante ao credenciamento. Deve-se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento à necessidade garantindo-se a contratação.

05 - PESQUISA DE MERCADO

5.1 Foram realizadas pesquisas de preços com empresas do ramo pertinente ao objeto, da região de Pium.

5.2 A realização de pesquisa de preço, objetivando o comportamento de mercado, foi realizado pelo setor de compras e orçamentos da Prefeitura de Pium- To.

06 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALORES A SEREM CONTRATADAS E DESCRIÇÃO E DATAS PREVISTAS DOS EVENTOS

6.1 Os valores e as quantidades estimadas para a contratação, serão instruídos nos autos do processo administrativo nº 224/2025, onde será apresentado o demonstrativo da pesquisa de mercado referente a prestação dos serviços à ser licitado.

6.2 Em pesquisa de preços, irá verificar o preço médio estimado.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. De Plantão de 12 horas	Valor Unitário do plantão	Valor Total
01	**Plantão médico 12hs**	SV	60	1.000,00	60.000,00

02	**Plantão medico 24hs**	sv	30	2.000,00	60.000,00
		Unidade de medida	und	Vlr unt	Valor total
03	**Prestação de serviços como médico diretor geral**	srv	mensal	**15.000,00**	**180.000,00**
TOTAL GERAL					**R$ 300.000,00**

07 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1 Os serviços serão executados no Município de PIUM.

7.2. A aquisição se justifica pela necessidade dos serviços para suprir as demandas do hospital desse município, sem a qual as atividades que necessitam da utilização do referido serviço poderão ser prejudicadas.

7.3. A contratação de profissional médico para as funções de Diretor Geral e Médico Plantonista é de fundamental importância para garantir a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde prestados pelo Hospital de Pequeno Porte Nestor da Silva Aguiar, no município de Pium, o serviço médico na qualidade de Diretor Clinico é fundamental para garantir a responsabilidade técnica do hospital, garantindo que as atividades assistenciais sejam realizadas com ética, segurança e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos, tendo ainda a responsabilidade na gestão administrativa, coordenando as equipes medica, fiscalizando a qualidade dos serviços, garantindo o bom funcionamento da unidade, a organização das escalas de plantões médicos, a supervisão técnica das equipes medicas, a integração com a gestão municipal e a implementação de políticas de saúde que atendem às normativas do Sistema Único de Saúde (SUS); e Médico Plantonista para realizar atendimentos médicos de baixa e média complexidade para a população local e adjacente em regime de plantão, prestando assistência a pacientes em atendimentos de urgência e emergência, ambulatoriais e hospitalares, para garantir que nenhum paciente fique sem o devido acolhimento e tratamento. A ausência de um número adequado de médicos exige a qualidade do atendimento, gera sobrecarga nas equipes existentes e aumenta os riscos relacionados ao atraso no diagnóstico e tratamento de casos críticos, o que pode acarretar prejuízos irreparáveis à saúde da população.

Diante do exposto, a contratação de médicos para os cargos de Diretor Geral e Médico Plantonista se mostra necessária para garantir o funcionamento adequado do Hòspital de Pequeno Porte Nestor da Silva Aguiar, garantindo a qualidade dos serviços, a continuidade do atendimento, a segurança dos pacientes e o cumprimento das normativas legais em vigor, fortalecendo a gestão hospitalar, garantir a assistência humanizada à população e proporcionar uma resposta eficiente às demandas emergenciais e assistenciais que se apresentam diariamente. As unidades hospitalares exigem a presença de médicos em regime de plantão para garantir a cobertura assistencial. A contratação

CPL
Fls. 13

desses profissionais é, portanto, uma medida necessária para garantir o cumprimento das diretrizes do Ministério da Saúde, bem como das exigências dos órgãos fiscalizadores, como o Conselho Regional de Medicina (CRM) e a Vigilância Sanitária.

7.4. A especificação está de acordo com a relação encaminhada pelo setor de solicitante.

08 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

8.1 O presente instrumento visa o planejamento da contratação de empresa especializada na prestação de serviço.

09 - CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU DE SIGILO

09.1 - O presente estudo não se classifica como sigiloso.

10 - INSTITUCIONAL E LEGAL

10.1 Deverão, para a satisfação do procedimento licitatório em sua fase interna e externa, ser observados:

10.2 A licitação será promovida sob o prisma da Lei 14.133, observando as regulamentações aplicáveis em âmbito Municipal, considerando a natureza do objeto e as condições da contratação;

11 - DURAÇÃO DO CONTRATO.

11.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, ainda, o prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto na lei, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

PIUM - TO, 14 de Fevereiro de 2025.

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08 de 01/01/2025

DIONE RIBEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE DAÚDE

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ:12.059.635/0001-43
"Povo Forte,União que move!

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

MINUTA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM
EDITAL DE CREDENCIMENTO N.º XXX/2025, processo nº 224/2025
Dia XX/XX/XXXX a partir das XX:XX hs

Edital de chamamento público visando o credenciamento de pessoas jurídicas ou físicas para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM**

O Fundo Municipal de Saúde de PIUM, através do agente de contratação, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas **jurídicas ou físicas para** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM

1 OBJETO

1.1 Este procedimento tem por objeto o credenciamento de jurídicas para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM

2. PRAZO DE VIGÊNCIA E PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

2.1 O credenciamento permanecerá aberto durante o prazo e nos termos estabelecidos no subitem **2.2.,** para pessoas jurídicas para serviços, observada a necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

2.2 - O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo qualquer e jurídica, durante esse prazo e desde que cumpra os requisitos previstos nesse instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, a critério do Fundo municipal de Saúde.

2.3 Integram o presente edital, os seguintes anexos:

I – Planilha com locais, serviços e valores;

II – Formulário de Inscrição para Credenciamento (jurídica);

III – Termo de Declaração de Disponibilidade e Compromisso (pessoa jurídica);

IV – Declaração de Idoneidade (pessoa /jurídica);

V - Declaração de que não existe fato superveniente impeditivo (pessoa /jurídica);

VI – Minuta do Termo de Credenciamento;

VII – Minuta de Contrato de Prestação de Serviços.

3 CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

MINUTA

CPL
Fls. 15

Poderão participar do presente credenciamento, pessoas jurídicas para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM, devidamente habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, com regularidade jurídico fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público, que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexos e, que aceitem as normas estabelecidas pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de PIUM, devendo apresentar os seguintes documentos durante o período de vigência do credenciamento.

3.1 Pessoas jurídicas para serviços

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a Tributos e Contribuições Federais e à Divida Ativa da União;
b) Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;
c) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais;
d) Certidão Negativa de Débito INSS (CND);
e) Certidão de Regularidade do FGTS;
f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitido pela Justiça do Trabalho.
g) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
h) Alvará de funcionamento expedido pelo Município sede;
j) Cartão de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
i) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
j) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
k) Certidão negativa de pedidos de falência ou concordata, expedida por distribuidor judicial, da sede da empresa, com antecedência máxima de 30 dias da data de apresentação e abrangendo os últimos 05 anos;
L) declaração da empresa indicando o profissional a prestar os serviços, no caso de diretor geral, o mesmo devera apresentar certificado de conclusão de nível superior, reconhecido pelo MEC, bem como carteira do CRM e currículo do mesmo para demonstrar a notória experiência.
M) apresentação de atestados de capacidade técnica em nome do profissional que ira prestar os serviços emitida por pessoa de direito publico ou privado. Para o serviço de diretor geral.

3.3 Os documentos constantes dos itens 3.1 e 3.2 poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, ou apresentação de cópia normal acompanhado dos originais para autenticação por componente da Comissão de contratação.

3.4 O prazo para a habilitação ao credenciamento inicia com a publicação deste edital ficando aberto aos demais interessados em caráter permanente.

3.5 Não existirão limite de número de pessoas jurídicas para os serviços a serem credenciadas.

4 IMPEDIMENTOS

MINUTA

3.1 Não poderá exercer a atividade, ainda que indiretamente, por meio do credenciamento, nos termos da lei 14.133/2021, pessoas físicas e jurídicas que for:

a) servidor público do Município de PIUM ou do Fundo Municipal de Saúde;

b) agente político em exercício de mandato eletivo.

3.2 O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas nos itens 2.1, terá suspensa a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento.

3.3 O credenciado deverá comunicar imediatamente à Gestão do Fundo Municipal de Saúde o seu impedimento, fazendo jus à remuneração do trabalho até então realizado, de acordo com o fixado no Anexo I – Remuneração dos serviços.

4 DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

4.1 Torna-se implícito que os proponentes que responderem ao CREDENCIAMENTO, concordam integralmente com os termos do presente edital e seus anexos.

5. DA ANALISE E AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1 Os interessados ao credenciamento serão avaliados em conformidade com a entrega da documentação, pela Comissão de contratação nomeada através de decreto para selecionar prestadores de serviços, conforme as necessidades e critérios estabelecidos, **emitindo relatório conclusivo da avaliação.**

5.2 Do Procedimento e Julgamento

Toda documentação mencionada no presente Edital, inclusive a que comprova o preenchimento do anexo II, deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de PIUM, junto a comissão de contratação a partir do dia xxx/xxx/xxxxx às 08:00 horas.

5.3 Da Habilitação

5.3.1 Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, a Comissão contratação convocará o habilitado para a assinatura do Termo de Credenciamento. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado em diário da Prefeitura Municipal de PIUM.

5.3.2 O resultado do presente credenciamento será afixado no diário da Prefeitura Municipal de PIUM, após a emissão do relatório conclusivo de avaliação e homologação da habilitação.

5.3.3 Se algum habilitado se recusar a assinar o termo credenciamento, faculta-se o Fundo Municipal de Saúde de PIUM, independentemente de aviso, notificação, ou interpelação judicial ou extrajudicial, convocar para assinatura o habilitado subseqüente e imediato para atender o objeto especificado, conforme prever a lei 14.133/2021

6 DOS RECURSOS

6.1 Das decisões do presente credenciamento caberá recurso, nos termos da lei 14.133/21

6.2 Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente fundamentada e subscrita pelo concorrente, ou por procurador habilitado na forma da Lei.

7. DO CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÃO

7.1 Após analise da documentação e com base no Relatório Conclusivo serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos no presente Edital e seus anexos, de acordo com as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

MINUTA

7.2 Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão **contratados por meio de instrumentos de prestação de serviços de prazo determinado**, com vigência a partir da assinatura do Termo Contratual, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações.

7.3 A presente Chamada Pública terá a validade de 12 (*doze*) meses, durante o qual o Fundo Municipal de Saúde de PIUM não será obrigado a Contratar os serviços objeto da Chamada, podendo fazê-lo mediante outra chamada quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie aos credenciados ou, cancelar o ato, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantindo ao credenciado, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

7.4 Serão de inteira responsabilidade dos prestadores de serviços, os danos causados diretamente aos pacientes, à instituição contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O Fundo Municipal de Saúde pagará aos contratados, em até 15 (quinze) dias do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou Recibo, os valores líquidos que lhes forem devidos, pelos serviços efetivamente prestados;

8.2 As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: **04 – 0020 / 10.301.0012.2086** - elemento da despesa 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 361 e 360, FONTE – 1.500.1002.000000 **E 10.122.0003.2082 /** 3.3.90.39 e 3.3.90.36 / 335 e 334 / 1.500.1002.000000 **E 10.302.0013.2094,** 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 384 e 385, 1.500.1002.000000, constantes do presente orçamento e para os exercícios subseqüentes, pela dotação que vier a ser alocada para atender as obrigações da mesma natureza.

9. DAS SANÇÕES

9.1 A recusa do(a) credenciado(a) em assinar o Contrato no prazo estabelecido, o(a) impedirá de participar de novas chamadas ou licitações pelo prazo de 12 (*doze*) meses junto a este Município ou Fundos deste Município.

9.2 O(a) CONTRATADO(A) ficará sujeito(a) as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

a) Multa de 1% (*um por cento*) sobre o valor contratual, a cada dia do não início da prestação de serviços no prazo estipulado, até o limite de 20% (*vinte por cento*) quando então, será decretada a rescisão unilateral do Contrato, por culpa exclusiva do(a) CONTRATADO(A);

b) Multa de 3% (*três por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, o(a) CONTRATADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (*dois*) anos, quando, por culpa do(a)a CONTRATADO(A) ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa;

MINUTA

d) As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e) Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual, incluindo o subitem, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato.

10. DA APLICAÇÃO DE MULTA

Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará o(a) **CONTRATADO(A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia ao Fundo Municipal de Saúde através da Diretoria dos Serviços de Saúde. Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o(a) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, motivadamente, adiar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

11.1.1 O Fundo Municipal de Saúde poderá, **a qualquer tempo**, realizar novos credenciamentos, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital.

11.2 Toda informação referente ao presente credenciamento será fornecida pelo Fundo Municipal de Saúde através da Comissão de contratação.

11.3 É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente Edital.

O extrato do presente Edital será publicado no Diário Oficial do estado, união e município, e afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de PIUM/TO.

PIUM, Estado do Tocantins, xx de xxxxxxxxxx de 2025.

MINUTA

Agente de contratação

CPL
19

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ:12.059.635/0001-43
"Povo Forte,União que move!

GOVERNO DE PIUM

ANEXO I – Remuneração dos serviços

Pelos serviços prestados os credenciados farão jus aos seguintes valores:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. De Plantão de 12 horas	Valor Unitário do plantão	Valor Total
01	**Plantão médico 12hs**	SV	60	1.000,00	60.000,00
02	**Plantão medico 24hs**	sv	30	2.000,00	60.000,00
		Unidade de medida	und	Vlr unit	Valor total
03	**Prestação de serviços como médico diretor geral**	srv	mensal	**15.000,00**	**180.000,00**
TOTAL GERAL					**R$ 300.000,00**

Os serviços serão prestados na cidade de PIUM em horário pré definidos pelo gestor do Fundo de Saúde.

MINUTA

Gestor

CPL 20

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

ANEXO II

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

À COMISSÃO DE CONTRATACÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM – TO,

A ____ com sede e foro na ___ (rua,etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). ____, que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços consistentes na área de _____ (integrantes do Anexo I).

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de Chamamento para Credenciamento de serviços de plantões e médico diretor do fundo de Saúde do município de PIUM

Atenciosamente.

_____ - ___, __ de _____ de _____.

_____

Assinatura e carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

MINUTA

CPL
Fls. 21

GOVERNO DE PIUM
ADM: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

A Comissão de contratação do Fundo Municipal de Saúde de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

A ____ com sede e foro na ___ (rua,etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). _____, em atendimento ao edital do processo acima especificado, DECLARA, sob as penas da Lei que se encontra em perfeita disponibilidade para imediata execução dos serviços objetos do certame, caso venha a ser declarada **APTO**.

_____/_____ de _____ de _____.

_____
Assinatura e carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

MINUTA

CPL
Fls. 22

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE/PJ

A Comissão de contratação do Fundo Municipal de Saúde de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

A ____ com sede e foro na ___ (rua, etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). _____, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente credenciamento bem como, estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

_____
Assinatura e Carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

MINUTA

CPL
Fls. 23

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO/PJ

A Comissão de contratação do Fundo Municipal de Saúde de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

A ____ com sede e foro na _____ (rua, etc) da cidade de ____ Estado ___ por seu _____ (cargo) Sr(a). _____ declara, sob as penas da Lei, para fins de participação do certame levada a efeito pelo Edital de Chamada Pública n.º XXX/2025 que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

_____
Assinatura e Carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

MINUTA

ANEXO VI – TERMO DE CREDENCIAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Avenida _____, Setor _____ PIUM, Estado do Tocantins, cadastrado no CNPJ/MF, sob o nº_____, ora representado pela Gestor **Sr.** _____, portadora do CPF sob nº _____ e da RG. sob nº _____ SSP/TO, residente e domiciliada nesta cidade doravante denominado **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** e, de outro lado, _____, CPF/CNPJ nº _____, CRM/____ nº ____, doravante denominado(a) simplesmente **CREDENCIADO (A)**, celebram este Termo de Credenciamento para a prestação dos serviços _____, vinculado ao Edital de Chamamento Público nº XXX/2025 e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto municipal 132/2021 de 10 de agosto de 2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira O presente Termo tem por objeto a realização, pela(o) **CREDENCIADA(O)**, dos serviços de _____

PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Segunda O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta meses).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Terceira São obrigações do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

I – disponibilizar a estrutura, materiais e condições necessárias a boa execução dos serviços do(a) credenciado(a);

II – pagar os honorários de acordo com o previsto no Anexo I – Remuneração, dos serviços.

Cláusula Quarta São obrigações da **CREDENCIADO(A)**:

I - Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao pessoal que o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções.

Cláusula Quinta Pelos serviços ora ajustados, o **CREDENCIADO (A)** será remunerada exclusivamente de acordo com o disposto no do Anexo I – Remuneração dos serviços, não podendo reclamar do Fundo Municipal de Saúde qualquer outro valor a esse título.

DA RESCISÃO

Cláusula Sexta Este Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo, mediante termo próprio e notificação prévia de 30 (trinta) dias, desde que atendida a conveniência do **FUNDO**

MINUTA

CPL
25

Cláusula Sétima Será rescindido o presente Termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CREDENCIADO(A)**, se este:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste Termo;

II - subcontratar os serviços, sem autorização do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,** ou, em qualquer hipótese, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Credenciamento;

III - executar os serviços com imperícia técnica;

IV - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos;

V - demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VI - atrasar injustificadamente a execução dos serviços.

Cláusula oitava O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá, ainda, rescindir este Termo na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas por lei.

NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS

Cláusula Décima Aplicam-se a esse termo de credenciamento as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Chamamento Público nº XXX/2025, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula Décima Primeira Para questões ou litígios decorrentes do presente credenciamento fica eleito o Foro da Comarca de Porto Nacional, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

PIUM, _____ de _____ de 2025.

_____

Fundo Municipal de Saúde

_____

Credenciado(a)

CRM/___ _____

MINUTA

ANEXO VII
MINUTA TERMO DE CONTRATO Nº _____/2025.

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Avenida _____, Setor _____ PIUM, Estado do Tocantins, cadastrado no CNPJ/MF, sob o nº 12.463.676/0001-09, ora representado pela Gestor **Sr.** _____, portadora do CPF sob nº _____ e da RG. sob nº _____ SSP/TO, residente e domiciliada nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e _____, _____, _____, _____, _____, e inscrito no CPF/CNPJ sob o nº _____, com sede e foro/residente e domiciliado na _____, cidade de _____/____, denominado CONTRATADO(A), firmam o presente instrumento para prestação de serviços na área da saúde, conforme seguintes cláusulas e condições.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO DO CONTRATO - O presente contrato público de prestação de serviços é firmado nos termos da Lei nº 14.133/2021 e federal nº 11.878 e decretos municipais, através do Chamamento Público Edital nº XXX/2025.

Fundamenta-se ainda o presente contrato de prestação de serviços, em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentária específica para contratação de serviços de terceiros, não configurando assim, qualquer vínculo empregatício ou de admissão de pessoal, ainda que indiretamente.

Para todos os efeitos legais e para melhor caracterização dos serviços, bem assim definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, como todos os seus anexos, os seguintes documentos: Chamamento Público XXX/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente instrumento tem por objeto a contratação de Jurídica para prestar de serviços de lava jato para lavagem dos veículos do fundo de Saúde do município de PIUM, no município de PIUM/TO, nas dependências do CONTRATANTE, para atendimento à pacientes de livre demanda;

§ 1º - O(A) CONTRATADO(A) declara que aceita prestar os serviços, objeto deste contrato, com total observância do regime do CONTRATANTE.

§ 2º - Os serviços serão prestados: na cidade de PIUM, conforme demanda mandada pelo fundo de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO(A):

MINUTA

O(A) CONTRATADO(A) deverá iniciar o atendimento imediatamente após assinatura do Termo contratual;

§ 1º - deverá manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

§ 2º - O(A) CONTRATADO(A) proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o CONTRATANTE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
§ 1º - Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessárias para a realização completa da execução do contrato;

§ 2º - Reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido neste instrumento, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento ao (a) CONTRATADO(A);

§ 3º - Notificar por escrito ao (a) CONTRATADO (A) da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução dos serviços e da sustação do pagamento;

§ 4º - Efetuar o pagamento de conformidade com o contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. De Plantão de 12 horas	Valor Unitário do plantão	Valor Total
01	**Plantão médico 12hs**	SV	60	1.000,00	60.000,00
02	**Plantão medico 24hs**	sv	30	2.000,00	60.000,00
		Unidade de medida	und	Vlr unt	Valor total
03	**Prestação de serviços como médico diretor geral**	srv	mensal	**15.000,00**	**180.000,00**
TOTAL GERAL					**R$ 300.000,00**

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:
O pagamento ao (a) CONTRATADO(A) será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços;

MINUTA

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:
O (A) CONTRATANTE poderá fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste TERMO, inclusive, a efetiva realização dos serviços prestados;

Parágrafo único - A fiscalização de que trata esta "CLÁUSULA" terá por objeto, notadamente, a qualidade da prestação dos serviços bem como o controle *"a posteriori"* da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao (a) CONTRATADO(A) integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação assistencial realizados, assim, a faculdade de tal fiscalização, mesmo quando exercida, não elidirá, nem reduzirá, a responsabilidade de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência não implicará jamais co-responsabilidade do CONTRATANTE;

CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES:
Mediante termo aditivo, o presente ajuste será modificado pelas partes, sempre que ocorrer alteração do Termo de Contratação;

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE:
O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida, do contrato, bem como de termo aditivo, se for o caso, e outras determinadas em lei;

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES:
A inobservância, pelo (a) CONTRATADO(A), de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CONTRATANTE a aplicar a seu critério, penalidades e sanções previstas em Lei:

§ 1º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta CLÁUSULA não elidirá o direito de o CONTRATANTE exigir o ressarcimento integral das perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro; pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **CONTRATANTE** poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao (a) **CONTRATADO(A)** as sanções previstas em Lei;

§ 2º - O (A) CONTRATADO(A) ficará sujeito as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

a) - **Multa de 1%** (*um por cento*) **sobre o valor contratual, a cada dia do não início da prestação de serviços no prazo estipulado,** até o limite de 20% (*vinte por cento*) quando então, será decretada a rescisão unilateral do Contrato, por culpa exclusiva do(a) CONTRATADO(A);

b) - Multa de 3% (*três por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, o(a) CONTRATADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

MINUTA

c) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (*dois*) anos, quando, por culpa do(a) CONTRATADO(A) ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa;

d) As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e) Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual, incluindo o § 2º, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato.

CLÁUSULA DECIMA - DA APLICAÇÃO DE MULTA
Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará o(a) **CONTRATADO(A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia ao Fundo Municipal de Saúde através da Diretoria do Serviços de Saúde. Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o(a) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
O presente Termo terá vigência a contar da data de sua assinatura, extinguindo seus efeitos em _____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RESCISÃO:
Pela sua inexecução total ou parcial o presente contrato será rescindido em qualquer tempo, através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados lei 14.133/2021.

Parágrafo Único: Mediante simples aviso extra-judicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias poderá haver a rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, precedida de autorização escrita e fundamentada da gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: **04 – 0020 / 10.301.0012.2086** - elemento da despesa 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 361 e 360, FONTE – 1.500.1002.000000 **E 10.122.0003.2082 /** 3.3.90.39 e 3.3.90.36 / 335 e 334 / 1.500.1002.000000 E **10.302.0013.2094,** 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 384 e 385, 1.500.1002.000000, constantes do presente orçamento e para os exercícios subsequentes, pela dotação que vier a ser alocada para atender as obrigações da mesma natureza.

Parágrafo Único: O presente contrato tem o valor estimado para seu período de vigência de ___/___/____ a ___/___/____ em **R$** _____(por extenso), com base nos dados estipulados(s) na(s) cláusula(s) própria(s), segundo os preços de cotações.

MINUTA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:
O presente TERMO foi celebrado em conformidade com as suas cláusulas contratuais e ciência das partes envolvidas.

Parágrafo único: Os casos omissos e quaisquer dúvidas advindas deste Termo Contratual serão resolvidos pela legislação em vigor incidente à matéria, elegendo-se, para tanto, o Foro da Comarca de Porto Nacional/TO.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, abaixo ratificado pela partes contratantes, para que surta seus efeitos.

PIUM/TO, ___ de _____ de _____.

_____
Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE

_____
CONTRATADO

Testemunhas:

1._____
2._____

MINUTA

CPL
Fls. 31

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

PREÇO DE REFERÊNCIA

Considerando os dispostos no **art. 23 da lei nº 14.133/2021**, foi feito pesquisas de preços em **empresas do ramo pertinente ao objeto mencionado**, para constatar que proposta apresentada esta compatível com os valores praticados no mercado, e ficou comprovado que a proposta para a contratação é bem vantajosa para administração. Conforme segue planilha em anexos de cotações.

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. De Plantão de 12 horas	Valor Unitário do plantão	Valor Total
01	**Plantão médico 12hs**	SV	60	1.000,00	60.000,00
02	**Plantão medico 24hs**	sv	30	2.000,00	60.000,00
		Unidade de medida	und	Vlr unt	Valor total
03	**Prestação de serviços como médico diretor geral**	srv	mensal	**15.000,00**	**180.000,00**

Feito a pesquisa ficou constatado que os valores ofertados estão dentro do praticado no estado do Tocantins para a presente contratação, ficando assim escolhido como preço de referência os valores unitários da tabela acima.

PIUM, 17 de Fevereiro de 2025.

GUILHERME PEREIRA CRUZ
Depto. De Compras

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: Chamada Pública 001/2025 – Processo n°224/2025
SOLICITADO: Assessoria Jurídica.
SOLICITANTE: Fundo Municipal de Saúde - FMS
OBJETO: Chamada Pública para cadastramento de pessoas jurídicas para contratação para prestação de serviços como médicos, diretor geral e médico plantonista, para tender a demanda do hospital de pequeno porte Nestor da Silva Aguiar de Pium.

I – DO PROCESSO

Vieram os autos da Chamada Pública para **cadastramento de pessoas jurídicas para prestação de serviços como médicos, diretor geral e médico plantonista, para atender demanda do hospital de pequeno porte Nestor da Silva Aguiar de Pium.**

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

I) Minuta de Edital;
II) Minuta do Contrato;
III) Termo de Referência;
IV) Estudo Técnico Preliminar.

É o necessário a relatar. Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

II.I. DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio dos textos de editais, de minutas de contratos e de seus anexos, quando for o caso.

A função da Consultoria Jurídica do Município é apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem

compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Nesse sentido vale lembrar que o Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU recomenda que:

> "o Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto".

De fato, presume-se que os estudos técnicos contidos no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento de seu objeto, suas características e requisitos, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Além disso, vale esclarecer que, em regra, não é atribuição desta Procuradoria exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Cabe-lhes, isto sim, observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos bem como os atos normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a priori, óbice ao desenvolvimento do processo.

Por fim, com relação à atuação desta Procuradoria é importante informar que, embora as observações e recomendações expostas **não possuam caráter vinculativo**, constituem importante instrumento em prol da segurança da autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais

ponderações, ressaltando-se, todavia, que o seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

II.II. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Seguindo, cabe registrar que a licitação consiste em um procedimento administrativo em que, respeitados os princípios que regem a Administração Pública, em especial a igualdade entre os participantes (isonomia), deve ser selecionada a melhor proposta dentre as apresentadas pelos interessados em contratar com as entidades governamentais.

A adoção de licitação prévia à celebração de contratos de obras, serviço compras e alienações pela Administração Pública é regra geral em nosso ordenamento jurídico, imposta diretamente pela Constituição Federal (art. 37, XXI), senão vejamos:

> "XXI -ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;"

Do mandamento constitucional, podemos extrair, dentre outros, dois pilares de sustentação jurídica, quais sejam a possibilidade de a administração pública poder selecionar a proposta mais vantajosa para seus próprios interesses -princípio da supremacia dos interesses públicos, e poder ofertar igualdade de competição aos interessados em contratar com a administração pública – princípio da isonomia.

Muito embora a regra geral para se contratar com a Administração Pública exija aos pretensos contratantes submeter-se à realização de licitação, a própria Lei nº. 14.133/2021, traz algumas hipóteses, em casos excepcionais, em que não é necessária a realização do procedimento licitatório para a contratação com a Administração Pública. Trata-se dos casos de **dispensa e de inexigibilidade de licitação** devidamente insertos nos arts. 74 e 75, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente.

Nos termos desse parecer, o fulcro reside na possibilidade de utilização da inexigibilidade de licitação, a ser realizada por meio de chamamento público, para o credenciamento de pessoas jurídicas, nos termos consignados no objeto do Edital.

A proposta de Inexigibilidade de licitação tem fundamento jurídico no caput do art. 74, da Lei Federal nº. 14.133/2021, senão vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

Extrai-se do dispositivo que, este é enfático ao afirmar que, em caso de inviabilidade de competição, torna-se inexigível a licitação, porém, conforme mencionado no Termo de Referência, o credenciamento se caracteriza por inviabilidade de competição, haja vista que todos os interessados do ramo pretendido, que atenderem ao Edital, podem se credenciar, para prestação dos serviços.

Como se vê, a inviabilidade de competição deve estar inequivocamente comprovada nos autos pela autoridade competente, devendo ser analisada em cada caso concreto, não sendo possível, portanto, a definição, em tese, da possibilidade da contratação direta pretendida com base na hipótese legal do art. 25 da Lei nº 8.666/1993 ou do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Se existirem outros potenciais interessados, a contratação direta pode ser considerada inexigível se não houver possibilidade de seleção objetiva entre as diversas alternativas existentes. Cita-se, por exemplo, o credenciamento de médicos e hospitais pelos órgãos militares. Nesse sentido, o art. 74 da Lei nº 14.133/2021 autoriza o gestor público, após comprovada a inviabilidade de competição, a contratar diretamente o objeto da licitação:

> PARECER n. 0003/2017/CNU/CGU/AGU (NUP: 00671.000641/2014-75) EMENTA: ADMINISTRATIVO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES AOS MILITARES E DEPENDENTES. VIGÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO: POSSIBILIDADE DE PRAZO INDETERMINADO. NÃO SUJEIÇÃO AOS LIMITES DE PRORROGAÇÃO DO ART. 57, INCISO II, DA LEI 8.666/93. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONTINUIDADE DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. REAJUSTE: POSSIBILIDADE DE NÃO PREVISÃO PELO EDITAL DA APLICAÇÃO AUTOMÁTICA DE ÍNDICE OU ÍNDICE ESPECÍFICO. NÃO OBRIGATORIEDADE DE PESQUISA DE MERCADO PARA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS. I- É possível a utilização do credenciamento para a prestação de serviços de assistência médico hospitalar aos militares e seus dependentes (Decreto nº 95.512/1986), por inexigibilidade de licitação decorrente da inviabilidade de competição, em razão da ausência de exclusão de interessados. II -É admissível o estabelecimento de vigência indeterminada ao credenciamento, com inexistência de prazo limite para que os interessados possam comparecer e se credenciar perante a Administração Pública, sem prejuízo de alteração

ulterior das regras de credenciamento. III – vigência das contratações firmadas com o fornecedor credenciado não será fixada, necessariamente, em instrumento contratual de serviços contínuos, com base no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Nessa hipótese, as contratações ocorrerão autonomamente a cada demanda pela prestação do serviço, seguindo a regra própria e, quando pertinente, adotando instrumentos aptos à substituição do contrato, conforme admitido pelo artigo 62 da Lei nº 8.666/93. IV -As peculiaridades do segmento econômico afeto ao objeto do credenciamento tornam desnecessário que o edital imponha a aplicação automática de índice ou índice específico para determinados itens ou serviços, havendo respaldo legal para que o instrumento convocatório preveja atualização anual de preços pela Administração, com isso assegurando-se que os valores praticados no âmbito do credenciamento só se alterem em caso de real necessidade e que os valores continuem efetivamente compatíveis com a realidade do setor. V -É desnecessária a realização de prévia e formal pesquisa de mercado para atualização anual dos preços, tendo, por outro lado, a Administração o dever de instruir os autos com justificativa da adequação dos preços praticados ou propostos.

O instituto do credenciamento é notoriamente uma das modalidades de inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 74, IV, da Lei nº. 14.133/2021, porquanto vislumbra a inviabilidade de competição em decorrência da contratação de todas as entidades que atenderem os requisitos estabelecidos no edital chamamento, sendo recomendada sua adoção pela Corte de Contas e pela doutrina, conforme salienta Jacoby Fernandes (FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação direta sem licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. 5. ed. Brasília: Editora Brasília Jurí-dica, 2000, p. 532):

> "Se a Administração convoca todos os profissionais de determinado setor, dispondo-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam os requisitos estabelecidos, ela própria fixando o valor que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos foi assegurada a contratação. É a figura do "credenciamento", que o Tribunal de Contas da União vem recomendando para a contratação de "serviços médicos", jurídicos e de treinamento."

Assim, pode-se conceituar o instituto do credenciamento como o procedimento administrativo que visa à contratação de prestadores de serviços mediante requisitos estabelecidos previamente em edital de convocação, sendo dado aos participantes tratamento isonômico, quando determinado serviço público necessita ser prestado por uma pluralidade de contratos simultaneamente.

O credenciamento se justifica nos casos em que, para que haja o atendimento do interesse público, existe a necessidade de se obter várias propostas vantajosas, descaracterizando, assim, a competição. Nessa mesma esteira, ensina Sônia Y. K. Tanaka (TANAKA, Sônia Y. K. Sistema de credenciamento: hipótese de inexigibilidade de licitação: requisitos necessários: considerações. BLC – Boletim de Licitações e Contratos. São Paulo: Editora NDJ, maio 2003, p. 334 e 336:

> "Assim, se a Administração convida a todos os interessados que possuam os requisitos definidos no edital, dispondo-se, em princípio, a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as exigências estabelecidas, esses licitantes não competirão, vez que a todos será assegurada a contratação que se fizer necessária, hipótese em que os próprios Tribunais de Contas têm recomendado o uso do sistema de credenciamento. [...] A vantagem do referido sistema é justamente essa: após a avaliação de toda a documentação encaminhada pelos interessados, estes restarão credenciados junto à Administração Pública, que poderá, a qualquer momento e independentemente de qualquer outro procedimento, contratá-los para a prestação dos serviços que se fizerem necessários, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório, inclusive o preço."

A nova lei de licitações traz no seu bojo, de forma expressa, a figura do credenciamento:

> art. 6º. (...)
> XLIII -credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;
> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> (...)
> IV -objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Nesse sentido, entendemos que o fundamento jurídico do credenciamento, está pautado na inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, conforme previsão expressa no "caput" do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que todos os possíveis interessados poderão se credenciar e serem contratados pela administração.

Discorrendo sobre o tema, Carlos Ari Sundfeld, assevera que:

> **Se a Administração pretende credenciar médicos ou hospitais privados para atendimento à população e se admite credenciar todos os que preencham os requisitos indispensáveis, não se há que falar em licitação. É que o credenciamento não pressupõe disputa, que é desnecessária, pois todos os interessados aptos serão aproveitados.** (SUNDFELD, Carlos Ari.

CPL
Fls. 38

Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2ª ed. São Paulo. Malheiros. Pág. 42).

Na lição de Jorge Ulisses Jacoby, vejamos o que nos diz sobre o credenciamento:

> "É a figura do 'credenciamento', que o Tribunal de Contas da União vem recomendando para a contratação de serviços médicos, jurídicos e de treinamentos".

Para além disso, o nosso ordenamento jurídico reconheceu, porém, que as estruturas públicas poderiam ser insuficientes para acolher toda a demanda do SUS. Por esse motivo, admitiu que o Poder Público possa complementar a sua rede própria com serviços privados contratados ou conveniados, ou seja, essa participação será em caráter complementar, pois, a prestação do serviço público de saúde é de responsabilidade direta do Poder Público.

Para percepção dessa estrutura, vale descrever o texto do art. 199 "caput" e § 1º da Constituição Federal:

> Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
> § 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

É evidente, pois, o papel acessório da iniciativa privada na prestação de serviços do SUS, coadjuvante. Ou seja, não pode caracterizar verdadeira transferência do serviço para o particular.

Essa é a opinião, inclusive, é a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, senão vejamos:

> É importante realçar que a Constituição, no dispositivo citado, permite a participação de instituições privadas de forma complementar, o que afasta a possibilidade de que o contrato tenha por objeto próprio serviço de saúde, como um todo, de tal modo que o particular assuma a gestão de determinado serviço. Não pode, por exemplo, o Poder Público transferir a uma instituição privada toda a administração e execução das atividades de saúde prestadas por um hospital público ou por um centro de saúde; o que poder o Poder Público é contratar instituições privadas para prestar atividades-meio, como limpeza, vigilância, contabilidade, ou mesmo determinados serviços técnico-especializados, como os inerentes aos hemocentros, realização de exames médicos, consultas, etc.; nesses casos, estará transferindo apenas a execução material de determinadas atividades ligadas ao serviço de saúde, mas, não sua gestão operacional. A lei nº 8.080, de 19.09.90, que disciplina o Sistema Único de Saúde, prevê, nos arts. 24 a 26, a participação complementar, só admitindo-a quando as disponibilidades do SUS forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, hipótese em que a participação complementar deverá ser formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público, especialmente,

CPL
Fls. 39

> a Lei nº 8.666/93. Isto não significa que o Poder Público vai abrir mão da prestação do serviço que lhe incumbe para transferi-la a terceiros; ou que estes venham a administrar uma entidade pública prestadora do serviço de saúde; significa que a instituição privada, em suas próprias instalações e com seus próprios recursos humanos e materiais, vai complementar as ações e serviços de saúde, mediante contrato ou convênio". (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública; 4ª ed. São Paulo. Atlas, 2002. P. 186). (Grifo nosso)

Vislumbra-se o atendimento à obrigatoriedade da publicação de aviso do certame licitatório em Diário Oficial e em jornal de grande circulação.

Compulsando os autos, verifica-se que o Fundo Municipal de Saúde justificou a contratação por meio de Estudo Técnico Preliminar. Portanto, sob o olhar jurídico a qual compete esta Assessoria, o presente processo licitatório, na modalidade Inexigibilidade Por Credenciamento, segue o rito previsto na legislação correlata, não sendo observado qualquer tipo de vício que possa ensejar ilegalidade ou ofensa aos demais princípios que regem a atividade administrativa, razão pela qual é devida a realização do procedimento

Cumpre ressaltar que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, bem como que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

III – DA CONCLUSÃO

Conforme explanado acima, abstraindo da conveniência e mérito administrativo e técnico, bem como da execução de despesas, **opinamos pela possibilidade jurídica deste procedimento**, ressaltando a importância e obrigatoriedade da autoridade competente para proceder a formalização do contrato com os convocados, atendendo assim, a legislação.

Recomenda-se a nomeação de fiscal de contrato, para quando da formalização deste, nos termos do art. 117, para emitir relatório sobre o efetivo cumprimento do serviço.

Recomenda-se ao Controle Interno que proceda com o acompanhamento da execução contratual em sua plenitude, sob o fundamento da legalidade, economicidade, eficiência e probidade administrativa.

Ressaltamos que esta Assessoria **não possui competência para opinar sobre estimativa de preço, natureza ou qualificação técnica, quantidade e qualidade do objeto do certame, ou ainda, possíveis dados contidos em planilhas ou índices econômicos ou contábeis**

CPL
Fls. 40

contidos no processo. Ademais, a veracidade das informações e documentos anexados nos autos é de inteira responsabilidade da administração pública.

Este parecer **está adstrito a análise formal do processo, sem, contudo, adentrar na oportunidade e conveniência, analisar ou acompanhar a execução do referido objeto**, o qual estará sob a responsabilidade do ordenador de despesas e Fiscal do contrato.

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas **sem caráter vinculativo**, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

É o nosso parecer, s.m.j.

Pium/TO, 18 de fevereiro de 2025

PÚBLIO BORGES ALVES
OAB/TO 2.365

NÁDJA JUSSARA PONTE ARAUJO
OAB/TO 13.259

CPL
Fls. 41

ATO AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo de Saúde do Município de Pium – TO, torna público que realizara o credenciamento a seguir caracterizado:

Credenciamento nº 001/2025 com **OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM.** O presente credenciamento deverá ser realizado a partir do dia 28/02/2025 até o dia 28/02/2026 das 08:00hs às 12:00hs de segunda a sexta Feira

Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico **www.pium.to.gov.br.**

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM-TO

Código 5612025912 | SEXTA, 21 DE FEVEREIRO DE 2025 | ANO V

EDIÇÃO N° 561

CPL
Fls. 42

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PIUM, ESTADO DO TOCANTINS

Secretaria Municipal de Administração
Fernando Belarmino da Silva
Prefeito Municipal

☑ **Diário Oficial Assinado Eletronicamente.**

☑ Em acordo com Validador I.T.I. versão 2.11rc5.

☑ Imprensa oficial instituída por **N 014/2021 DE 16 DE MARÇO DE 2021**

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Diário Oficial na internet, no endereço https://diario.pium.to.gov.br/diariooficial por meio do código de verificação ou QR Code.

ASSINATURA ELETRÔNICA QUALIFICADA
ICP Brasil
Conforme MP 2.200-2/01 e Lei 14.063/20

5500824363043439 31

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO

5612025912

SUMÁRIO

▶**Prefeitura Municipal** 2
DECRETO Nº 044/2025 2
DECRETO Nº 045/2025 2
PORTARIA N.º 077/2025 2
PORTARIA N.º 078/2025 2
▶**Setor de Licitações Prefeitura Municipal** 2
ATO AVISO DE LICITAÇÃO 2
ATO AVISO DE LICITAÇÃO 2

Gerado via Sistema de Diário Oficial Eletrônico ® v.2.3.1

PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO Nº 044/2025, 21 de fevereiro de 2025.

"Nomeia para o cargo de Secretário Municipal de Cultura, no âmbito da Prefeitura Municipal de Pium, e das outras providências ".
O PREFEITO MUNICIPAL DE PIUM-TO, FERNANDO BELARMINO DA SILVA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Pium, Constituição Federal e Constituição Estadual,
DECRETA:
Art. 1º Nomeia a Senhora JANILEIDE FERREIRA MENDES, para exercer o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, do município de Pium/TO.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo aos efeitos no dia 03/02/2025, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pium -TO, em 21 de fevereiro de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 045/2025, 21 de fevereiro de 2025.

"Nomeia para o cargo de Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente, no âmbito da Prefeitura Municipal de Pium, e das outras providências ".
O PREFEITO MUNICIPAL DE PIUM-TO, FERNANDO BELARMINO DA SILVA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Pium, Constituição Federal e Constituição Estadual,
DECRETA:
Art. 1º Nomeia o Senhor DIEGO LUIZ VIEIRA, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE, do município de Pium/TO.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos o dia 01/01/2025, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pium -TO, em 21 de fevereiro de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 077/2025, 12 de fevereiro de 2025.

"Nomeia ocupante em cargo em comissão no âmbito da Prefeitura Municipal de Pium".
O PREFEITO MUNICIPAL DE PIUM, Estado do Tocantins, o Senhor Fernando Belarmino Da Silva, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEIA, o servidor ERISVALDO SILVA MENDES, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE PARQUES DE JARDINS, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo aos efeitos ao dia 03/02/2025, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pium, 12 de fevereiro de 2025.

Fernando Belarmino Da Silva
Prefeito Municipal

CPL
Fls. 43

PORTARIA N.º 078/2025, 13 de fevereiro de 2025.

"Nomeia ocupante em cargo em comissão no âmbito da Prefeitura Municipal de Pium".
O PREFEITO MUNICIPAL DE PIUM, Estado do Tocantins, o Senhor Fernando Belarmino Da Silva, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEIA, o servidor ROBERVAL PEREIRA ROCHA, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DISCIPLINAR, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo aos efeitos ao dia 03/02/2025, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pium, 13 de fevereiro de 2025.

Fernando Belarmino Da Silva
Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES PREFEITURA MUNICIPAL

ATO AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de PIUM – TO, torna público que realizara a licitação a seguir caracterizada:
Pregão presencial nº 005/2025 – dia 11 de Março de 2025 às 14:30, tipo menor preço mensal, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE MAESTRO PARA AULAS DE MÚSICA, REFERENTE A ORQUESTRA MUNICIPAL, CORAL E FANFARRA DO MUNICÍPIO DE PIUM.
Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00hs de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

ATO AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo de Saúde do Município de Pium – TO, torna público que realizara o credenciamento a seguir caracterizado:
Credenciamento nº 001/2025 com OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM. O presente credenciamento deverá ser

5500882436304343931

CPL
Fls. 44

realizado a partir do dia 28/02/2025 até o dia 28/02/2026 das 08:00hs às 12:00hs de segunda a sexta Feira
Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAUJO
Agente de Contratação

55008243630434393 1

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ:12.059.635/0001-43
"Povo Forte,União que move!

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM
EDITAL DE CREDENCIMENTO N.º 001/2025, processo nº 224/2025
A partir do Dia 28/02/2025 das 08:00 às 12:00 hs

Edital de chamamento público visando o credenciamento de pessoas jurídicas ou físicas para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM.**

O Fundo Municipal de Saúde de PIUM, através do agente de contratação, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas **jurídicas ou físicas para** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM

1 OBJETO

1.1 Este procedimento tem por objeto o credenciamento de jurídicas para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM

2. PRAZO DE VIGÊNCIA E PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

2.1 O credenciamento permanecerá aberto durante o prazo e nos termos estabelecidos no subitem **2.2.,** para pessoas jurídicas para serviços, observada a necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

2.2 - O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo quaisquer e jurídica, durante esse prazo e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, a critério do Fundo municipal de Saúde.

2.3 Integram o presente edital, os seguintes anexos:

I – Planilha com locais, serviços e valores;

II – Formulário de Inscrição para Credenciamento (jurídica);

III – Termo de Declaração de Disponibilidade e Compromisso (pessoa jurídica);

IV – Declaração de Idoneidade (pessoa /jurídica);

V - Declaração de que não existe fato superveniente impeditivo (pessoa /jurídica);

VI – Minuta do Termo de Credenciamento;

VII – Minuta de Contrato de Prestação de Serviços.

3 CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

CPL
Fls. 46

Poderão participar do presente credenciamento, pessoas jurídicas para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PLANTONISTA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTOR DA SILVA AGUIAR DE PIUM, devidamente habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, com regularidade jurídico fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público, que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexos e, que aceitem as normas estabelecidas pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de PIUM, devendo apresentar os seguintes documentos durante o período de vigência do credenciamento.

3.1 Pessoas jurídicas para serviços

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a Tributos e Contribuições Federais e à Divida Ativa da União;
b) Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;
c) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais;
d) Certidão Negativa de Débito INSS (CND);
e) Certidão de Regularidade do FGTS;
f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitido pela Justiça do Trabalho.
g) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
h) Alvará de funcionamento expedido pelo Município sede;
j) Cartão de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
i) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
j) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
k) Certidão negativa de pedidos de falência ou concordata, expedida por distribuidor judicial, da sede da empresa, com antecedência máxima de 30 dias da data de apresentação e abrangendo os últimos 05 anos;
L) declaração da empresa indicando o profissional a prestar os serviços, no caso de diretor geral, o mesmo devera apresentar certificado de conclusão de nível superior, reconhecido pelo MEC, bem como carteira do CRM e currículo do mesmo para demonstrar a notória experiência.
M) apresentação de atestados de capacidade técnica em nome do profissional que ira prestar os serviços emitida por pessoa de direito publico ou privado. Para o serviço de diretor geral.

3.3 Os documentos constantes dos itens 3.1 e 3.2 poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, ou apresentação de cópia normal acompanhado dos originais para autenticação por componente da Comissão de contratação.

3.4 O prazo para a habilitação ao credenciamento inicia com a publicação deste edital ficando aberto aos demais interessados em caráter permanente.

3.5 Não existirão limite de número de pessoas jurídicas para os serviços a serem credenciadas.

4 IMPEDIMENTOS

3.1 Não poderá exercer a atividade, ainda que indiretamente, por meio do credenciamento, nos termos da lei 14.133/2021, pessoas físicas e jurídicas que for:

a) servidor público do Município de PIUM ou do Fundo Municipal de Saúde;

b) agente político em exercício de mandato eletivo.

3.2 O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas nos itens 2.1, terá suspensa a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento.

3.3 O credenciado deverá comunicar imediatamente à Gestão do Fundo Municipal de Saúde o seu impedimento, fazendo jus à remuneração do trabalho até então realizado, de acordo com o fixado no Anexo I – Remuneração dos serviços.

4 DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

4.1 Torna-se implícito que os proponentes que responderem ao CREDENCIAMENTO, concordam integralmente com os termos do presente edital e seus anexos.

5. DA ANALISE E AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1 Os interessados ao credenciamento serão avaliados em conformidade com a entrega da documentação, pela Comissão de contratação nomeada através de decreto para selecionar prestadores de serviços, conforme as necessidades e critérios estabelecidos, **emitindo relatório conclusivo da avaliação.**

5.2 Do Procedimento e Julgamento

Toda documentação mencionada no presente Edital, inclusive a que comprova o preenchimento do anexo II, deverá ser entregue na Prefeitura, Municipal de PIUM, junto a comissão de contratação a partir do dia 28/02/2025 das 08:00 às 12:00 horas.

5.3 Da Habilitação

5.3.1 Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, a Comissão contratação convocará o habilitado para a assinatura do Termo de Credenciamento. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado em diário da Prefeitura Municipal de PIUM.

5.3.2 O resultado do presente credenciamento será afixado no diário da Prefeitura Municipal de PIUM, após a emissão do relatório conclusivo de avaliação e homologação da habilitação.

5.3.3 Se algum habilitado se recusar a assinar o termo credenciamento, faculta-se o Fundo Municipal de Saúde de PIUM, independentemente de aviso, notificação, ou interpelação judicial ou extrajudicial, convocar para assinatura o habilitado subseqüente e imediato para atender o objeto especificado, conforme prever a lei 14.133/2021

6 DOS RECURSOS

6.1 Das decisões do presente credenciamento caberá recurso, nos termos da lei 14.133/21

6.2 Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente fundamentada e subscrita pelo concorrente, ou por procurador habilitado na forma da Lei.

7. DO CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÃO

7.1 Após analise da documentação e com base no Relatório Conclusivo serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos no presente Edital e seus anexos, de acordo com as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

7.2 Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão **contratados por meio de instrumentos de prestação de serviços de prazo determinado**, com vigência a partir da assinatura do Termo Contratual, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações.

7.3 A presente Chamada Pública terá a validade de 12 (*doze*) meses, durante o qual o Fundo Municipal de Saúde de PIUM não será obrigado a Contratar os serviços objeto da Chamada, podendo fazê-lo mediante outra chamada quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie aos credenciados ou, cancelar o ato, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantindo ao credenciado, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

7.4 Serão de inteira responsabilidade dos prestadores de serviços, os danos causados diretamente aos pacientes, à instituição contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O Fundo Municipal de Saúde pagará aos contratados, em até 15 (quinze) dias do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou Recibo, os valores líquidos que lhes forem devidos, pelos serviços efetivamente prestados;

8.2 As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: **04 – 0020 / 10.301.0012.2086** - elemento da despesa 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 361 e 360, FONTE – 1.500.1002.000000 **E 10.122.0003.2082 /** 3.3.90.39 e 3.3.90.36 / 335 e 334 / 1.500.1002.000000 **E 10.302.0013.2094,** 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 384 e 385, 1.500.1002.000000, constantes do presente orçamento e para os exercícios subseqüentes, pela dotação que vier a ser alocada para atender as obrigações da mesma natureza.

9. DAS SANÇÕES

9.1 A recusa do(a) credenciado(a) em assinar o Contrato no prazo estabelecido, o(a) impedirá de participar de novas chamadas ou licitações pelo prazo de 12 (*doze*) meses junto a este Município ou Fundos deste Município.

9.2 O(a) CONTRATDOA) ficará sujeito(a) as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

a) Multa de 1% (*um por cento*) sobre o valor contratual, a cada dia do não início da prestação de serviços no prazo estipulado, até o limite de 20% (*vinte por cento*) quando então, será decretada a rescisão unilateral do Contrato, por culpa exclusiva do(a) CONTRATADO(A);

b) Multa de 3% (*três por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, o(a) CONTRATADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (*dois*) anos, quando, por culpa do(a)a CONTRATADO(A) ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa;

d) As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e) Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual, incluindo o subitem, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato.

10. DA APLICAÇÃO DE MULTA

Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará o(a) **CONTRATADO(A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia ao Fundo Municipal de Saúde através da Diretoria dos Serviços de Saúde. Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o(a) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, motivadamente, adiar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

11.1.1 O Fundo Municipal de Saúde poderá, **a qualquer tempo**, realizar novos credenciamentos, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital.

11.2 Toda informação referente ao presente credenciamento será fornecida pelo Fundo Municipal de Saúde através da Comissão de contratação.

11.3 É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente Edital.

O extrato do presente Edital será publicado no Diário Oficial do estado, união e município, e afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de PIUM/TO.

PIUM, Estado do Tocantins, 21 de Fevereiro de 2025.

Agente de contratação

CPL
Fls. 50

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO I – Remuneração dos serviços

Pelos serviços prestados os credenciados farão jus aos seguintes valores:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. De Plantão de 12 horas	Valor Unitário do plantão	Valor Total
01	**Plantão médico 12hs**	SV	60	1.000,00	60.000,00
02	**Plantão medico 24hs**	sv	30	2.000,00	60.000,00
		Unidade de medida	und	Vlr unt	Valor total
03	**Prestação de serviços como médico diretor geral**	srv	mensal	**15.000,00**	**180.000,00**
TOTAL GERAL					**R$ 300.000,00**

Os serviços serão prestados na cidade de PIUM em horário pré definidos pelo gestor do Fundo de Saúde.

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08 de 01/01/2025

Gestor

CPL
Fls. 51

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

ANEXO II

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

À COMISSÃO DE CONTRATACÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM – TO,

A _____ com sede e foro na ___ (rua,etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). _____, que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços consistentes na área de _____ (integrantes do Anexo I).

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de Chamamento para Credenciamento de serviços de plantões e médico diretor do fundo de Saúde do município de PIUM

Atenciosamente.

_____ - ___, __ de _____ de _____.

_____

Assinatura e carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

CPL
Fls. 52

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

A Comissão de contratação do Fundo Municipal de Saúde de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

A ____ com sede e foro na ___ (rua,etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). _____, em atendimento ao edital do processo acima especificado, DECLARA, sob as penas da Lei que se encontra em perfeita disponibilidade para imediata execução dos serviços objetos do certame, caso venha a ser declarada **APTO**.

_____/_____, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura e carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

CPL
Fls 53

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE/PJ

A Comissão de contratação do Fundo Municipal de Saúde de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

A ____ com sede e foro na ___ (rua, etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu ___ (cargo) Sr(a). _____, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente credenciamento bem como, estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

_____
Asinatura e Carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO/PJ

A Comissão de contratação do Fundo Municipal de Saúde de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

A ____ com sede e foro na _____ (rua, etc) da cidade de ___ Estado ___ por seu _____ (cargo) Sr(a). _____, declara, sob as penas da Lei, para fins de participação do certame levada a efeito pelo Edital de Chamada Pública n.º XXX/2025 que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

...../....., ... de ..... de .....

_____
Assinatura e Carimbo do representante legal

Carimbo do CNPJ

ANEXO VI – TERMO DE CREDENCIAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Avenida _____, Setor _____ PIUM, Estado do Tocantins, cadastrado no CNPJ/MF, sob o nº_____, ora representado pela Gestor **Sr. _____,** portadora do CPF sob nº _____ e da RG. sob nº _____ SSP/TO, residente e domiciliada nesta cidade doravante denominado **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** e, de outro lado, _____, CPF/CNPJ nº _____, CRM/____ nº ____, doravante denominado(a) simplesmente **CREDENCIADO (A)**, celebram este Termo de Credenciamento para a prestação dos serviços _____, vinculado ao Edital de Chamamento Público n° XXX/2025 e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto municipal 132/2021 de 10 de agosto de 2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira O presente Termo tem por objeto a realização, pela(o) **CREDENCIADA(O)**, dos serviços de _____

PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Segunda O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta meses).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Terceira São obrigações do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**:

I – disponibilizar a estrutura, materiais e condições necessárias a boa execução dos serviços do(a) credenciado(a);

II – pagar os honorários de acordo com o previsto no Anexo I – Remuneração, dos serviços.

Cláusula Quarta São obrigações da **CREDENCIADO(A)**:

I - Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao pessoal que o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções.

Cláusula Quinta Pelos serviços ora ajustados, o **CREDENCIADO (A)** será remunerada exclusivamente de acordo com o disposto no do Anexo I – Remuneração dos serviços, não podendo reclamar do Fundo Municipal de Saúde qualquer outro valor a esse título.

DA RESCISÃO

Cláusula Sexta Este Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo, mediante termo próprio e notificação prévia de 30 (trinta) dias, desde que atendida a conveniência do **FUNDO**

Cláusula Sétima Será rescindido o presente Termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CREDENCIADO(A)**, se este:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste Termo;

II - subcontratar os serviços, sem autorização do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,** ou, em qualquer hipótese, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Credenciamento;

III - executar os serviços com imperícia técnica;

IV - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos;

V - demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VI - atrasar injustificadamente a execução dos serviços.

Cláusula oitava O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá, ainda, rescindir este Termo na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas por lei.

NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS

Cláusula Décima Aplicam-se a esse termo de credenciamento as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Chamamento Público nº XXX/2025, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula Décima Primeira Para questões ou litígios decorrentes do presente credenciamento fica eleito o Foro da Comarca de Porto Nacional, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

PIUM, _____ de _____ de 2025.

_____

Fundo Municipal de Saúde

_____

Credenciado(a)

CRM/___ _____

ANEXO VII
MINUTA TERMO DE CONTRATO Nº _____/2025.

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, com sede na Avenida _____, Setor _____ PIUM, Estado do Tocantins, cadastrado no CNPJ/MF, sob o nº 12.463.676/0001-09, ora representado pela Gestor **Sr.** _____**,** portadora do CPF sob nº _____ e da RG. sob nº _____ SSP/TO, residente e domiciliada nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e _____, _____, _____, _____, _____, e inscrito no CPF/CNPJ sob o n.º _____, com sede e foro/residente e domiciliado na _____, _____, cidade de _____/____, denominado CONTRATADO(A), firmam o presente instrumento para prestação de serviços na área da saúde, conforme seguintes cláusulas e condições.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO DO CONTRATO - O presente contrato público de prestação de serviços é firmado nos termos da Lei nº 14.133/2021 e federal nº 11.878 e decretos municipais, através do Chamamento Público Edital nº XXX/2025.

Fundamenta-se ainda o presente contrato de prestação de serviços, em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentária específica para contratação de serviços de terceiros, não configurando assim, qualquer vínculo empregatício ou de admissão de pessoal, ainda que indiretamente.

Para todos os efeitos legais e para melhor caracterização dos serviços, bem assim definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, como todos os seus anexos, os seguintes documentos: Chamamento Público XXX/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente instrumento tem por objeto a contratação de jurídica para prestar de serviços de lava jato para lavagem dos veículos do fundo de Saúde do município de PIUM, no município de PIUM/TO, nas dependências do CONTRATANTE, para atendimento à pacientes de livre demanda;

§ 1º - O(A) CONTRATADO(A) declara que aceita prestar os serviços, objeto deste contrato, com total observância do regime do CONTRATANTE.

§ 2º - Os serviços serão prestados: na cidade de PIUM, conforme demanda mandada pelo fundo de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO(A):

O(A) CONTRATADO(A) deverá iniciar o atendimento imediatamente após assinatura do Termo contratual;

§ 1º - deverá manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

§ 2º - O(A) CONTRATADO(A) proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o CONTRATANTE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§ 1º - Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessárias para a realização completa da execução do contrato;

§ 2º - Reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido neste instrumento, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento ao (a) CONTRATADO(A);

§ 3º - Notificar por escrito ao (a) CONTRATADO (A) da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução dos serviços e da sustação do pagamento;

§ 4º - Efetuar o pagamento de conformidade com o contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. De Plantão de 12 horas	Valor Unitário do plantão	Valor Total
01	**Plantão médico 12hs**	SV	60	1.000,00	60.000,00
02	**Plantão medico 24hs**	sv	30	2.000,00	60.000,00
		Unidade de medida	und	Vlr unt	Valor total
03	**Prestação de serviços como médico diretor geral**	srv	mensal	**15.000,00**	**180.000,00**
TOTAL GERAL					**R$ 300.000,00**

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

O pagamento ao (a) CONTRATADO(A) será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:
O (A) CONTRATANTE poderá fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste TERMO, inclusive, a efetiva realização dos serviços prestados;

Parágrafo único - A fiscalização de que trata esta "CLÁUSULA" terá por objeto, notadamente, a qualidade da prestação dos serviços bem como o controle *"a posteriori"* da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao (a) CONTRATADO(A) integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação assistencial realizados, assim, a faculdade de tal fiscalização, mesmo quando exercida, não elidirá, nem reduzirá, a responsabilidade de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência não implicará jamais co-responsabilidade do CONTRATANTE;

CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES:
Mediante termo aditivo, o presente ajuste será modificado pelas partes, sempre que ocorrer alteração do Termo de Contratação;

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE:
O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida, do contrato, bem como de termo aditivo, se for o caso, e outras determinadas em lei;

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES:
A inobservância, pelo (a) CONTRATADO(A), de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CONTRATANTE a aplicar a seu critério, penalidades e sanções previstas em Lei:

§ 1º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta CLÁUSULA não elidirá o direito de o CONTRATANTE exigir o ressarcimento integral das perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro; pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **CONTRATANTE** poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao (a) **CONTRATADO(A)** as sanções previstas em Lei;

§ 2º - O (A) CONTRATADO(A) ficará sujeito as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

a) - **Multa de 1%** (*um por cento*) **sobre o valor contratual, a cada dia do não início da prestação de serviços no prazo estipulado,** até o limite de 20% (*vinte por cento*) quando então, será decretada a rescisão unilateral do Contrato, por culpa exclusiva do(a) CONTRATADO(A);

b) - Multa de 3% (*três por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, o(a) CONTRATADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (*dois*) anos, quando, por culpa do(a) CONTRATADO(A) ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa;

d) As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e) Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual, incluindo o § 2º, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato.

CLÁUSULA DECIMA - DA APLICAÇÃO DE MULTA
Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará o(a) **CONTRATADO(A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia ao Fundo Municipal de Saúde através da Diretoria do Serviços de Saúde. Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o(a) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
O presente Termo terá vigência a contar da data de sua assinatura, extinguindo seus efeitos em _____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RESCISÃO:
Pela sua inexecução total ou parcial o presente contrato será rescindido em qualquer tempo, através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados lei 14.133/2021.

Parágrafo Único: Mediante simples aviso extra-judicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias poderá haver a rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, precedida de autorização escrita e fundamentada da gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: **04 – 0020 / 10.301.0012.2086** - elemento da despesa 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 361 e 360, FONTE – 1.500.1002.000000 **E 10.122.0003.2082 /** 3.3.90.39 e 3.3.90.36 / 335 e 334 / 1.500.1002.000000 **E 10.302.0013.2094,** 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 384 e 385, 1.500.1002.000000, constantes do presente orçamento e para os exercícios subsequentes, pela dotação que vier a ser alocada para atender as obrigações da mesma natureza.

Parágrafo Único: O presente contrato tem o valor estimado para seu período de vigência de ___/___/____ a ___/___/____ em **R$** _____(por extenso), com base nos dados estipulados(s) na(s) cláusula(s) própria(s), segundo os preços de cotações.

CPL
Fls. 60

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:
O presente TERMO foi celebrado em conformidade com as suas cláusulas contratuais e ciência das partes envolvidas.

Parágrafo único: Os casos omissos e quaisquer dúvidas advindas deste Termo Contratual serão resolvidos pela legislação em vigor incidente à matéria, elegendo-se, para tanto, o Foro da Comarca de Porto Nacional/TO.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, abaixo ratificado pelas partes contratantes, para que surta seus efeitos.

PIUM/TO, ___ de _____ de _____.

_____
Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE

_____
CONTRATADO

Testemunhas:

1._____
2._____

CPL
Fls. 61

TANIA LAIS P. REIS SERVICOS MEDICOS LTDA

ORÇAMENTO DIRECIONADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM-TO PORTADOR DO CNPJ 12.059.635/0001-43

TANIA LAIS P. REIS SERVICOS MEDICOS LTDA | Drª. TANIA LAIS PEREIRA REIS
CNPJ: 55.913.741/0001-55
AV Portugal, nº 1148, Setor Marista, Sala C2501, Quadra l29, Lote 1E, Goiânia – GO, CEP: 74.150-030
Contato: (62) 9.8103-6216
E-mail: a1@amigotech.com.br

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
01	01	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICO DIRETOR GERAL	R$ 18.000,00	R$ 216.000,00
02	-	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICO PLANTONISTA	R$ 1.000,00[1]	-

Obs.: esta proposta terá validade de 60 dias, a contar desta data.

[1]A quantidade de Plantões estará limitada a necessidade do Hospital Municipal de Saúde Nestor da Silva Aguiar.

Goiânia – GO, 17 de fevereiro de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br TANIA LAIS PEREIRA REIS
Data: 17/02/2025 09:36:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TANIA LAIS P. REIS SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 55.913.741/0001-55

CRM: 8367

CPL
Fls. 62

LG MED CENTER LTDA

ORÇAMENTO DIRECIONADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM-TO PORTADOR DO CNPJ 12.059.635/0001-43

LG MED CENTER LTDA | Dr. LUCAS GAMA GOMES

CNPJ: 44.646.995/0001-38

CH Chácara Bela Vista, saída para a transjavaés, KM 1, s/n, CEP: 77.570-000

Setor Piauzinho – Pium – TO

Contato: (63) 9.8488-4853

E-mail: lucasgama859@gmail.com

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
01	01	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICO DIRETOR GERAL	R$ 15.000,00	R$ 180.000,00
02	-	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICO PLANTONISTA	R$ 1.000,00[1]	-

Obs.: esta proposta terá validade de 60 dias, a contar desta data.

[1]A quantidade de Plantões estará limitada a necessidade do Hospital Municipal de Saúde Nestor da Silva Aguiar.

Pium – TO, 16 de fevereiro de 2025

LG MED CENTER LTDA:44646995000138 Assinado de forma digital por LG MED CENTER LTDA:44646995000138 Dados: 2025.02.16 21:07:06 -03'00'

LG MED CENTER LTDA

CNPJ: 44.646.995/0001-38

CRM: 6331

CPL
Fls. 63

ORÇAMENTO DIRECIONADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM - TO

PORTADOR DO CNPJ 12.059.635/0001-43

AJ MEDICAL / DR. ANTONIO WANDERLEY PEREIRA JUNIOR

CNPJ 44.021.291/0001-70

R. MANOEL BANDEIRA, S/N QD. 100 LOTE 10B

JARDIM PAULISTA – PARAISO DO TOCANTINS – TO, CEP: 77.600-000

CONTATO: (61) 8592-8163

E-mail: AJ2326@HOTMAIL.COM

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
01	01	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICO DIRETOR GERAL	R$ 17.000,00	R$ 204.000,00
02	-	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICO PLANTONISTA	R$ 1.100,00[1]	-

Obs.: esta proposta terá validade de 60 dias, a contar desta data.

[1]A quantidade de Plantões estará limitada a necessidade do Hospital Municipal de Saúde Nestor da Silva Aguiar.

Paraíso do Tocantins – TO, 17 de fevereiro de 2025

AJ MEDICAL LTDA:44021291000170

Assinado de forma digital por AJ MEDICAL LTDA:44021291000170
Dados: 2025.02.17 09:53:46 -03'00'

AJ MEDICAL LTDA

CNPJ 44.021.291/0001-70

CRM TO 7184

CPL
Fls 64

PROPOSTA DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO PLANTONISTA

1. **Dados da Empresa:**

- **Razão Social:** CLARISMINDO MODESTO DINIZ
- **Nome Fantasia:** CONSULTORIO DINIZ
- **CNPJ:** 29.543.830/0001-30
- **Endereço:** 10 R 15 DE NOVEMBRO, QD.0000, LT.0000, CENTRO
- **Telefone:** (63)99253-1101

2. **Dados do Contratante:**

- **CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM-TO
- **CNPJ:** 12.059.635/0001-43
- **Endereço:** Avenida Diógenes de Brito, nº1, setor Alto da Boa Vista
- **Telefone:** (63)99137-6470

3. **Descrição dos serviços:**

A proposta inclui os seguintes serviços:

- **Médico Plantonista:** Disponibilidade para plantões médicos conforme programação acordada.
- **Cobertura:** plantões noturnos e diurnos de 12 horas, plantões de 24horas.
- **Especialidades Disponíveis:** Médico Clínico Geral
- **Equipamentos e Medicamentos:** São de responsabilidade da instituição contratante.

4. **Valor Base por Plantão:**

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO R$	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R$
Plantão Médico 12h	1000,00	60	60.000,00
Plantão Médico 24H	2000,00	30	60.000,00

Este valor inclui a disponibilidade do médico para atendimento em urgência e emergência, conforme as necessidades da instituição.

5. **Condições de Pagamento:**

A forma de pagamento será por transferência eletrônica em conta corrente da empresa após a emissão da nota fiscal de prestação de serviço.

Scanned with CamScanner

CPL
Fls 65

6. **Responsabilidades:**

- **Da Contratante:** Disponibilizar o local e condições adequadas para a realização do atendimento médico;
- **Da Contratada:** Garantir a prestação de serviços médicos com profissionais qualificados e registrados no Conselho Regional de Medicina.

7. **Vigencia:**

Esta proposta é válida por 10 meses a partir da data de assinatura. Caso haja necessidade de renovação, será realizada uma nova negociação.

8. **Observações:**

A proposta está sujeita a ajustes conforme demanda e negociação com o contratante.

O médico plantonista se compromete a manter a confidencialidade sobre todas as informações relacionadas aos pacientes atendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O CONSULTÓRIO DINIZ tem o prazer de apresentar esta proposta para a prestação de serviços médicos plantonistas, com o objetivo de atender às suas necessidades de assistência médica de plantão, garantindo qualidade, agilidade e eficiência no atendimento.

Estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida e para adequar a proposta conforme as necessidades da sua instituição.

Agradecemos a oportunidade de prestar nossos serviços e esperamos estabelecer uma parceria duradoura e de sucesso.

Atenciosamente,

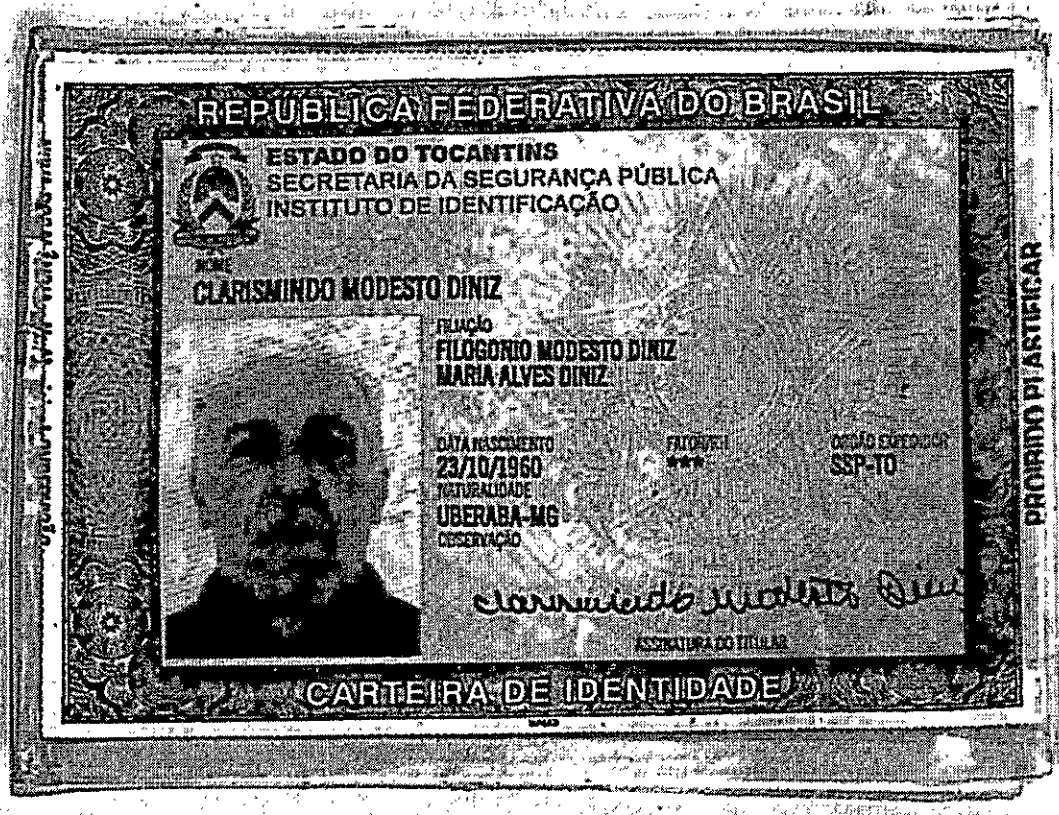
Pium-TO, 04 de fevereiro de 2025.

Clarismindo Modesto Diniz
Médico

Consultório Diniz
(63)99253-1101

Scanned with CamScanner

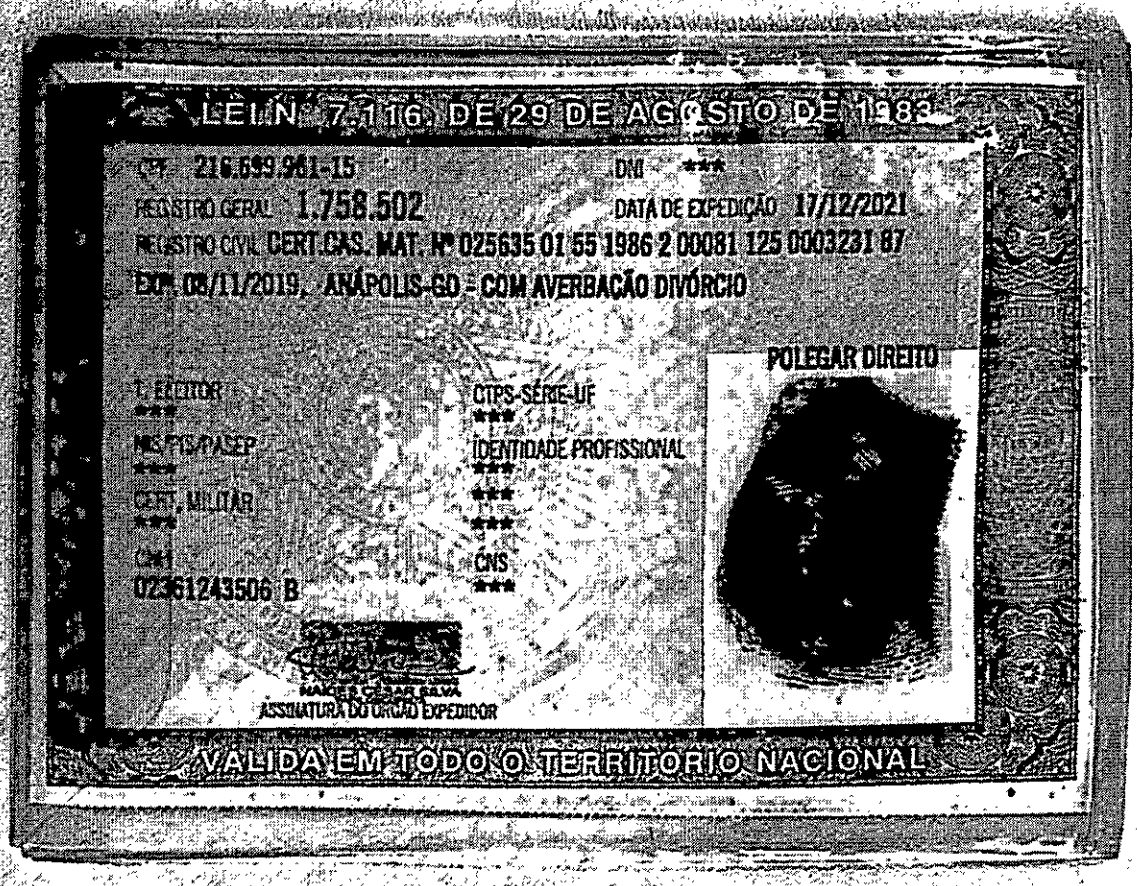
CPL
Fls. 66





Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 67



Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 68

ATS TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
302 Norte, Av. NS-02 QI-11, Lotes: 1 e 2 - CENTRO - Palmas - TO
CNPJ 11996434000100 I.E. ISENTO - CEP: 77.006-340

2ª Via

FATURA DE ÁGUA / ESGOTOS / SERVIÇOS

DOCUMENTO	MEDIDOR	RES.COM.IND.PUB	SETOR ROTA SEQUÊNCIA
118238504	Y19S029058	1 0 0 0	57.0306001001.102.00080

CLIENTE
0000272440-5 CLARISMINDO MODESTO DINIZ
RUA CLEUDES MACIEL 0 - CENTRO - NOVA ROSALÂNDIA - TO-NOVA ROSALÂNDIA - 77495000

QD14 LT07 CICLO:57

MÉDIA DE CONSUMO		ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	CONSUMO DO MÊS	MÊS DE REFERÊNCIA
0	DATA	06/01/2025	602	05/02/2025	10	01/2025
	LEITURA	04/12/2024	592			

HISTÓRICO DE CONSUMOS FATURADOS

NOV/2024	00010	SET/2024	00010	MAI/2024	00010	MAR/2024	
OUT/2024	00010	JUL/2024	00011	MAI/2024	00010	JAN/2024	(
SET/2024	00010	JUN/2024	00010	MAR/2024	00018	JAN/2024	

TARIFAS DE ÁGUA EM M3

Res. 0 a 10	10 x 1	4.23	42,30

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

VALOR DE AGUA	42,30
VALOR DO JUROS	2,62
VALOR DA MULTA	3,24
RELIGAÇÃO HD 1/1	28,32

DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
28/01/2025	**76,48**

MENSAGEM

===== LANÇAMENTO APP AGENCIA VIRTUAL ATS =====
O GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS, EM PARCERIA COM A AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO (ATS), ACABA DE LANÇAR O APLICATIVO "AGENCIA VIRTUAL ATS", CRIADO PARA SIMPLIFICAR O ACESSO A INFORMAÇÕES ESSENCIAIS. BAIXE AGORA NO PLAY STORE.

IDENTIFICADOR DEBITO AUTOMATICO : 000272440-5

Referência: **12/2024**

PARÂMETRO	PADRÃO DE POTABILIDADE Conforme a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde	Sistema de Distribuição de Água		
		Número mínimo de amostras a serem coletadas	Número de amostras realizadas	Número de amostras fora do padrão
Cor	Máximo de 15 mg Pt-Co/L	5	5	0
Turbidez	Máximo de 5 UNT	10	10	0
Cloro Residual Livre	Mínimo de 0,2 mg/L Cl_2	10	10	0
Coliformes Totais	Ausência em 95% das amostras	5	5	0
Coliformes Termotolerantes	Ausência em 100% das amostras	5	5	0

Responsáveis técnicos pelo controle de qualidade da água:

MARCOS ANTONIO DA SILVA AGUIAR

"O não pagamento até a data de vencimento implicará em acréscimo de 2% de multa cobrado na próxima conta e juro de 1% ao mês e estará sujeito a suspensão do fornecimento"

ATS

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
CNPJ 11996434000100 I.E. ISENTO - CEP: 77.006-340

2ª Via

NÚMERO DA LIGAÇÃO	MES REFER.	VENCIMENTO
0000272440-5	**01/2025**	**28/01/2025**

DOCUMENTO	TOTAL A PAGAR R$
118238504	**76,48**

82670000000-1 76481341011-6 82385040000-8 02724400012-4

CPL
Fls. 69

ATS TOCANTINS

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
302 Norte, Av. NS-02 Qd-11, Lotes: 1 e 2 - CENTRO - Palmas - TO
CNPJ 11996434000100 I.E: ISENTO - CEP: 77.006-340

2ª Via

FATURA DE ÁGUA / ESGOTOS / SERVIÇOS

DOCUMENTO	MEDIDOR	RES.COM.IND.PUB	SETOR/ROTA/SEQUÊNCIA
118192211	Y19S029058	1 0 0 0	57.030600001001.102.00080

CLIENTE
0000272440-5 CLARISMINDO MODESTO DINIZ
RUA CLEUDES MACIEL 0 - CENTRO - NOVA ROSALÂNDIA - TO-NOVA ROSALÂNDIA - 77495000

QD14 LT07 CICLO:57

MÉDIA DE CONSUMO		ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	CONSUMO DO MÊS	MÊS DE REFERÊNCIA
9	DATA	04/12/2024	592	03/01/2025	11	12/2024
	LEITURA	06/11/2024	581			

HISTÓRICO DE CONSUMOS FATURADOS

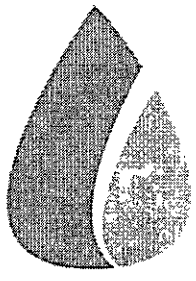
NOV/2024	00010	SET/2024	00010	MAI/2024	00010	MAR/2024	
OUT/2024	00010	JUL/2024	00011	MAI/2024	00010	JAN/2024	(
SET/2024	00010	JUN/2024	00010	MAR/2024	00018	JAN/2024	

TARIFAS DE ÁGUA EM M3

Res. 0 a 10	10 x 1 4,23	42,30	
Res. 10 a 15	1 x 1 5,81	5,81	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

VALOR DE AGUA	48,11
ENTREGA DE AVISO DÉBITO 1/1	2,05



DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
28/12/2024	50,16

MENSAGEM
===== LANÇAMENTO APP AGENCIA VIRTUAL ATS =====
O GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS, EM PARCERIA COM A AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO (ATS), ACABA DE LANÇAR O APLICATIVO "AGENCIA VIRTUAL ATS", CRIADO PARA SIMPLIFICAR O ACESSO A INFORMAÇÕES ESSENCIAIS. BAIXE AGORA NO PLAY STORE.

IDENTIFICADOR DEBITO AUTOMATICO : 000272440-5

Referência: 11/2024

PARÂMETRO	PADRÃO DE POTABILIDADE Conforme a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde	Sistema de Distribuição de Água		
		Número mínimo de amostras a serem coletadas	Número de amostras realizadas	Número de amostras fora do padrão
Cor	Máximo de 15 mg Pt-Co/L	5	5	0
Turbidez	Máximo de 5 UNT	10	10	0
Cloro Residual Livre	Mínimo de 0,2 mg/L Cl_2	10	10	0
Coliformes Totais	Ausência em 95% das amostras	5	5	0
Coliformes Termotolerantes	Ausência em 100% das amostras	5	5	0

Responsáveis técnicos pelo controle de qualidade da água:
MARCOS ANTONIO DA SILVA AGUIAR

"O não pagamento até a data de vencimento implicará em acréscimo de 2% de multa cobrado na próxima conta e juro de 1% ao mês e estará sujeito a suspensão do fornecimento."

ATS

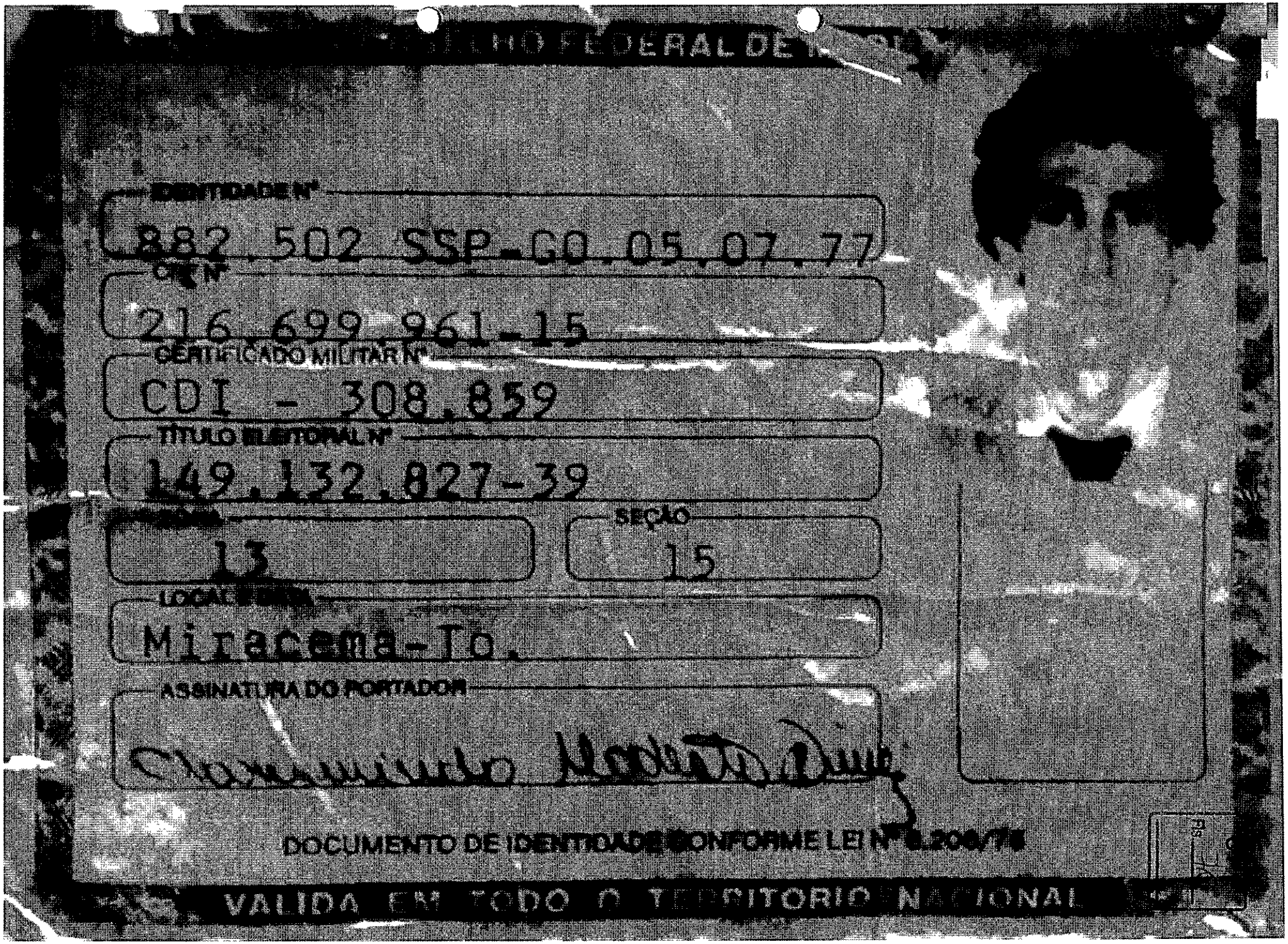
AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
CNPJ:11996434000100 I.E: ISENTO - CEP: 77.006-340

2ª Via

NÚMERO DA LIGAÇÃO	MES REFER.	VENCIMENTO
0000272440-5	12/2024	28/12/2024

DOCUMENTO	TOTAL A PAGAR R$
118192211	50,16

82680000000-0 50161341011-4 81922110000-4 02724400012-4



IDENTIDADE Nº
882.502 SSP-GO 05.07.77
CPF Nº
216.699.961-15
CERTIFICADO MILITAR Nº
CDI - 308.859
TÍTULO ELEITORAL Nº
149.132.827-39
ZONA
13
SEÇÃO
15
LOCAL E DATA
Miracema-To.
ASSINATURA DO PORTADOR
DOCUMENTO DE IDENTIDADE CONFORME LEI Nº 6.206/75
VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL
RS

Scanned with CamScanner

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO

ESTADO DO TOCANTINS

CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO

NOME

CLARISMINDO MODESTO DINIZ

CRM Nº

0266

DATA DE INSCRIÇÃO

07.06.90

NACIONALIDADE

Brasileira

DATA DE NASCIMENTO

23.10.60

FILIAÇÃO

Filogonio Modesto Diniz e Maria Alves Diniz.

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Dr. José Iael Coutinho

Vice-Presidente

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Scanned with CamScanner

CPL

PREFEITURA DE Gestão: 2025/2028

Cristalândia

TERRA DE GENTE QUE BRILHA

ALVARÁ DE LICENÇA Nº. 00004/2025

Nos termos do Art. 118 , do Inc I do Código Tributário Municipal - Lei n. 531/2017 concede-se o presente alvará de licença à empresa a seguir identificada, para exercer suas atividades, enquanto satisfeitas as exigências da legislação em vigor:

Incrição Municipal: 1011013753	**CNPJ/CPF:** 29.543.830/0001-47
Razão Social: CLARISMINDO MODESTO DINIZ	
Nome Fantasia: CONSULTORIO DINIZ	
Endereço: 10 R 15 DE NOVEMBRO, QD. 0000, LT. 0000, , CENTRO	
CNAE/Fiscal: 8610102 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	**Atividade Principal:** Prestação de Serviços
CNAE/Secundário: 8630502 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	**Atividade Secundária:**
Início das Atividade.: 26/01/2018	
Responsável pela Empresa:	**DUAM:** 95970
Emitido em: 07/01/2025	**Válido até:** 31/12/2025
Visto que recolheu aos cofres públicos a devida taxa de licença.	

Rennê Walany Fontes Fernandes

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL

CPL
Fls 223

Scanned with CamScanner

Secretaria de Saúde

PREFEITURA DE Gestão: 2025/2028
Cristalândia
TERRA DE GENTE QUE BRILHA

ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIA Nº 01 /20 25

NOME DO ESTABELECIMENTO: CONSULTÓRIO DINIZ

RAZÃO SOCIAL: CLARISMINDO MODESTO DINIZ

CNPJ: 29.543.830/0001-47

ATIVIDADE: 8630502 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 1011013753

RESPONSÁVEL: CLARISMINDO MODESTO DINIZ

CRISTALÂNDIA, 20 / 01 /20 25 **VÁLIDO ATÉ** 31 / 12 2025

Mayara Coelho da Silva
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Nº 01/01/2025

SECRETÁRIA MUN. DE SAÚDE

Diamara Pereira do Silva
Coordenadora da Vigilância Sanitária
Portaria Nº 003/2024

COORDENADORA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ESTE ALVARÁ DEVE SER COLOCADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO.

CPL
Fls. 13

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 24

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
29.543.830/0001-47 MATRIZ		26/01/2018

NOME EMPRESARIAL
CLARISMINDO MODESTO DINIZ

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONSULTORIO DINIZ	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
10 R 15 DE NOVEMBRO	SN	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.490-000	CENTRO	CRISTALANDIA	TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MG.SILVA@BRTURBO.COM.BR	(63) 3354-1476

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	26/01/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/01/2022 às 12:13:10 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 75

Cartório 2.º Tabelionato de Notas
Município de Cristalândia – TO
Rua 22 de Maio, Nº. 320, Centro Fone:(63)3354-1934

Confira a autenticidade http://www.selo.pge.to.gov.br/Gestao/verificaSelo.php?acao=consultar&selo=1202AAAA01693303codigoValidacao=CKO

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) assinatura(s) de: CLARISMUNDO MODESTO DINIZ.
Dou fé(m) por mim (nós) firmada(s) e por [illegible] sido apostila(s) em minha presença.
25/1 (a) CRISTALÂNDIA Data:26/01/2018
Total: R$ 1,25 (1) 01 50 25 Func: FLAVIO ISS:R$ 0,04 Total: R$ 2,04

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/01/2018 17:10 SOB Nº: 17100796154
PROTOCOLO: 180024850 DE 26/01/2018. CODIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800286249. NIRE: 17100796154.
CLARISMUNDO MODESTO DINIZ ME

JUCETINS

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
PALMAS, 26/01/2018
www.simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 26

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NOME EMPRESARIAL (Apenas para EIRELI e EMPRESA PÚBLICA)	NOME DA FILIAL (proceder conforme as suas alterações e baixa)
XXX	XXX
NOME DO EMPRESÁRIO (sem abreviaturas)	
CLARISMINDO MODESTO DINIZ	
NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO(A)
SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
Masculino	Comunhão Parcial
NOME DO PAI	NOME DA MÃE
FILOGONIO MODESTO DINIZ	MARIA ALVES DINIZ
DATA DE NASCIMENTO	IDENTIDADE (número) / (órgão emissor) / UF / CPF (número)
23/09/1960	882502 / SSP / TO / 216.699.961-15
NOME DO CÔNJUGE (se casado em comunhão)	
XXX	
ENDEREÇO RESIDENCIAL (rua, av. etc)	NÚMERO
RUA DO PEDESTRE 13 de Novembro	SN
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO / CEP / CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Lista de Junta Comercial)
XXX	CENTRO / 77490-000 / 009844 - Cristalândia
MUNICÍPIO	UF
Cristalândia	TO

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS	A JUNTA COMERCIAL DO
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 001 - INSCRIÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 002 - INSCRIÇÃO, 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL				ENQUADRAMENTO
CLARISMINDO MODESTO DINIZ - ME				ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av.)				NÚMERO
RUA RUA 13 De Novembro				SN
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Lista de Junta Comercial)	
XXX	CENTRO	77490-000	009844 - Cristalândia	
MUNICÍPIO / UF		PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)	
Cristalândia / TO		BRASIL	mg.silva@terra.com.br	
VALOR DA PARTE EM REAIS	VALOR DO CAPITAL - por extenso			
20.000,00	vinte mil reais			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 8610102 Atividade Secundária 8630502, 8630503	Descrição da Objeto Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências. Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares. Atividade médica ambulatorial restrita a consultas.			
DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE (Se Anterior) 31/01/2015	NÚMERO DE MATRÍCULA NO CNO	GRAU DE INCIDÊNCIA DA RAT NO CNPJ DA FILIAL OU OUTRA UF MAIS ANTERIOR / UF	USO DA JUNTA COMERCIAL 1 - SIM 2 - NÃO	
DATA DA CONSTITUIÇÃO 25/01/2015	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			

2º OFÍCIO

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE __/__/__	AUTENTICAÇÃO TO218000435095

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Simplifica TO

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/01/2018 17:10 SOB Nº 17100786154.
PROTOCOLO: 180024850 DE 26/01/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800286240. NIRE: 17100786154.
CLARISMINDO MODESTO DINIZ ME

JUCETINS

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
PALMAS, 26/01/2018
www.simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 77
Scanned with CamScanner



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/01/2018 17:10 SOB Nº 17100796154;
PROTOCOLO: 180024850 DE 26/01/2018; CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800286249; NIRE: 17100796154;
CLARISMINDO MODESTO DINIZ ME

JUCETINS

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
PALMAS, 26/01/2018
www.simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

BANCO DO BRASIL

Proposta/Contrato de Abertura de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex Pessoa Jurídica

PL 78

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 3638-2 - CRISTALANDIA (TO), inscrita no CNPJ n.º 000.000/1717-51, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Poupex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Poupex, doravante denominada **Poupex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante: CLARISMINDO MODESTO DINIZ, CNPJ n.º 29.543.830/0001-47, SERV MEDICO-HOSPITALARES, constituída em 25/01/2018, por meio do documento de constituição 17100796154 - REQUERIMENTO DE EMPRESARIO, registrado no(a) JUCETINS em 26/01/2018 e sediada à 10 R 15 DE NOVEMBRO , SN, CENTRO, CRISTALANDIA (TO), CEP 77.490-000, telefone(s) (63) 3354-1476.

Dirigente(s)

Nome	CPF
CLARISMINDO MODESTO DINIZ	216.699.961-15

Dados da conta
Agência 3638-2, Conta-Corrente n.º 15.866-6, Poupança Ouro n.º 510.015.866-9 e Poupança Poupex n.º 960.015.866-0, aberta em 01/02/2018.

Fornecimento de dados cadastrais às empresas do conglomerado Banco do Brasil e Empresas parceiras: Não autorizado.

Declarações e autorizações
O **Proponente/Contratante** identificado propõe e o **Contratado aceita** a abertura de conta-corrente e/ou conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), sob o microfilme n.º 924.356, em 14/07/2017, que integram este contrato, e também, com as informações essenciais - Conta-corrente e conta-poupança, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe no ato da assinatura deste instrumento.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que os saldos devedores na conta-corrente ora aberta e que não forem pagos nos respectivos vencimentos poderão ser automaticamente compensados com créditos existentes em outras contas-correntes ou aplicações financeiras de que o **Proponente/Contratante** seja titular no Banco do Brasil, mediante débito nas contas respectivas, o que desde já autoriza.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que as dívidas líquidas que não forem pagas no vencimento e que tenham como credor o Banco do Brasil, em quaisquer de suas agências, serão compensadas com os créditos existentes na conta-corrente e/ou na conta de Poupança Ouro e/ou Poupex ora aberta(s), mediante débito em conta, o que desde já autoriza.

O acolhimento desta Proposta/Contrato não implica em aceitação da proposta por parte do Banco do Brasil S.A., estando tal aceitação condicionada à assinatura de funcionário do Banco do Brasil S.A. e a eventual aprovação do limite de crédito.

Para **informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários** a respeito desta Proposta/Contrato, o **Contratado** coloca a disposição do **Proponente/Contratante** os telefones da Central de Atendimento do Banco do Brasil - CABB 4004-0001* ou 0800 729-0001, Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC 0800 729-0722, para Deficientes Auditivos 0800 729-0088, Suporte Técnico Pessoa Física 0800 729-0200, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003-0500* ou 0800 729-0500. Caso o **Proponente/Contratante** considere que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente merece revisão, deve entrar

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 79

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CLARISMINDO MODESTO DINIZ
CNPJ: 29.543.830/0001-47

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:09:43 do dia 03/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/08/2025.
Código de controle da certidão: **789B.9158.8B93.F934**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 80

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6338706

Validador
924680589911667959076489869064 59

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ: 29.543.830/0001-47 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:
CADASTRO

HISTÓRICO:
NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Segunda-feira, 3 de Fevereiro de 2025 - 10h 45m 21s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

Esta Certidão foi emitida no site da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins http:// www.to.gov.br/sefaz

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 81

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 44832114/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

CLARISMINDO MODESTO DINIZ

OU

CNPJ n. 29.543.830/0001-47

Certidão emitida em 03/02/2025, às 10:52:13 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 03/02/2025, às 07:34:25;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 03/02/2025, às 07:34:25.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 44832114

Código de Validação: C7E5 5F82 6F37 8A90 D1E1 B857 7794 8701

Data da Atualização: 03/02/2025, às 07:34:25

03/02/2025

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 82

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALANDIA
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - ECONÔMICO

DADOS DO ECONÔMICO

Nome / Razão Social: CLARISMINDO MODESTO DINIZ
Nome Fantasia: CONSULTORIO DINIZ
CPF/CNPJ: 29.543.830/0001-47
Endereço: 10 R 15 DE NOVEMBRO, Nº0, QD. 0000, LT0000 **Bairro:** CENTRO **Município:** CRISTALÂNDIA-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o 3 - Econômico supra citado, NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS , de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALANDIA**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: nada consta.

Dados de Autenticação	QR Code
Certidão Número: 03914 - 1 **Dispositivo Legal:** Lei Municipal Nº 531 /2017 **Emitido em:** terça-feira, 07 de janeiro de 2025 **Validade:** 07/04/2025 **Código de Verificação:** JqjWJt1kLJ0k	

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 83

ATS TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
302 Norte, Av. NS-02 05-11, Lotes: 1 e 2 - CENTRO - Palmas - TO
CNPJ 11996434000100 I.E. ISENTO - CEP: 77.006-340

2ª Via

FATURA DE ÁGUA / ESGOTOS / SERVIÇOS

DOCUMENTO	MEDIDOR	RES COM IND PUB	SETOR ROTA SEQUÊNCIA
118238504	Y19S029058	1 0 0 0	57.0306001001.102.00080

CLIENTE
0000272440-5 CLARISMINDO MODESTO DINIZ
RUA CLEUDES MACIEL 0 - CENTRO - NOVA ROSALÂNDIA - TO-NOVA ROSALÂNDIA - 77495000

QD14 LT07 CICLO:57

MÉDIA DE CONSUMO		ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	CONSUMO DO MÊS	MÊS DE REFERÊNCIA
0	DATA	06/01/2025	602	05/02/2025	10	01/2025
	LEITURA	04/12/2024	592			

HISTÓRICO DE CONSUMOS FATURADOS

NOV/2024	00010	SET/2024	00010	MAI/2024	00010	MAR/2024	
OUT/2024	00010	JUL/2024	00011	MAI/2024	00010	JAN/2024	(
SET/2024	00010	JUN/2024	00010	MAR/2024	00018	JAN/2024	

TARIFAS DE ÁGUA EM M3

Res. 0 a 10	10 x 1	4.23	42,30

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

VALOR DE AGUA	42,30
VALOR DO JUROS	2,62
VALOR DA MULTA	3,24
RELIGAÇÃO HD 1/1	28,32

DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
28/01/2025	**76,48**

MENSAGEM

===== LANÇAMENTO APP AGENCIA VIRTUAL ATS =====
O GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS, EM PARCERIA COM A AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO (ATS), ACABA DE LANÇAR O APLICATIVO "AGENCIA VIRTUAL ATS", CRIADO PARA SIMPLIFICAR O ACESSO A INFORMAÇÕES ESSENCIAIS. BAIXE AGORA NO PLAY STORE.

IDENTIFICADOR DEBITO AUTOMATICO : 000272440-5

Referência: **12/2024**

PARÂMETRO	PADRÃO DE POTABILIDADE Conforme a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde	Sistema de Distribuição de Água		
		Número mínimo de amostras a serem coletadas	Número de amostras realizadas	Número de amostras fora do padrão
Cor	Máximo de 15 mg Pt-Co/L	5	5	0
Turbidez	Máximo de 5 UNT	10	10	0
Cloro Residual Livre	Mínimo de 0,2 mg/L Cl_2	10	10	0
Coliformes Totais	Ausência em 95% das amostras	5	5	0
Coliformes Termotolerantes	Ausência em 100% das amostras	5	5	0

Responsáveis técnicos pelo controle de qualidade da água:

MARCOS ANTONIO DA SILVA AGUIAR

O não pagamento até a data de vencimento implicará em acréscimo de 2% de multa cobrado na próxima conta e juro de 1% ao mês e estará sujeito a suspensão do fornecimento

ATS

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
CNPJ 11996434000100 I.E. ISENTO - CEP: 77.006-340

2ª Via

NÚMERO DA LIGAÇÃO	MES REFER.	VENCIMENTO
0000272440-5	**01/2025**	**28/01/2025**

DOCUMENTO	TOTAL A PAGAR R$
118238504	**76,48**

82670000000-1 76481341011-6 82385040000-8 02724400012-4

CPL
Fls. 84

ATS TOCANTINS

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
302 Norte, Al. NS-02 Qd. 11, Lotes 1 e 2 - CENTRO - Palmas - TO
CNPJ 11960434000100 I.E. ISENTO - CEP: 77.006-340

2ª Via

FATURA DE ÁGUA, ESGOTOS E SERVIÇOS

DOCUMENTO	MEDIDOR	RES.COM.IND.PUB	SETOR, ROTA, SEQUÊNCIA
118192211	Y19S029058	1 0 0 0	67.0306001001.102.00030

CLIENTE:
0000272440-5 CLARISMINDO MODESTO DINIZ
RUA CLEUDES MACIEL 0 - CENTRO - NOVA ROSALÂNDIA - TO-NOVA ROSALÂNDIA - 77495000

QD14 LT07 CICLO:57

MÉDIA DE CONSUMO		ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	CONSUMO DO MÊS	MÊS DE REFERÊNCIA
9	DATA	04/12/2024	592	03/01/2025	11	12/2024
	LEITURA	06/11/2024	581			

HISTÓRICO DE CONSUMOS FATURADOS:

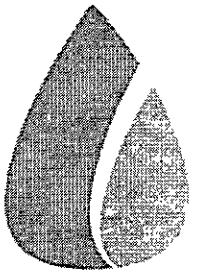
NOV/2024	00010	SET/2024	00010	MAI/2024	00010	MAR/2024	
OUT/2024	00010	JUL/2024	00011	MAI/2024	00010	JAN/2024	(
SET/2024	00010	JUN/2024	00010	MAR/2024	00018	JAN/2024	

TARIFAS DE ÁGUA EM M3:

Res. 0 a 10	10 x 1	4,23	42,30
Res. 10 a 15	1 x 1	5,81	5,81

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS:

VALOR DE AGUA	48,11
ENTREGA DE AVISO DÉBITO 1/1	2,05



DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
28/12/2024	50,16

MENSAGEM:
LANÇAMENTO APP AGENCIA VIRTUAL ATS
O GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS, EM PARCERIA COM A AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO (ATS), ACABA DE LANÇAR O APLICATIVO "AGÊNCIA VIRTUAL ATS", CRIADO PARA SIMPLIFICAR O ACESSO A INFORMAÇÕES ESSENCIAIS. BAIXE AGORA NO PLAY STORE.

IDENTIFICADOR DEBITO AUTOMATICO : 000272440-5

Referência: 11/2024

PARÂMETRO	PADRÃO DE POTABILIDADE Conforme a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde	Sistema de Distribuição de Água		
		Número mínimo de amostras a serem coletadas	Número de amostras realizadas	Número de amostras fora do padrão
Cor	Máximo de 15 mg Pt-Co/L.	5	5	0
Turbidez	Máximo de 5 UNT.	10	10	0
Cloro Residual Livre	Mínimo de 0,2 mg/L Cl_2	10	10	0
Coliformes Totais	Ausência em 95% das amostras;	5	5	0
Coliformes Termotolerantes	Ausência em 100% das amostras	5	5	0

Responsáveis técnicos pelo controle de qualidade da água:
MARCOS ANTONIO DA SILVA AGUIAR

"O não pagamento até a data de vencimento implicará em acréscimo de 2% de multa cobrado na próxima conta e juro de 1% ao mês e estará sujeito a suspensão do fornecimento"

ATS

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
CNPJ 11960434000100 I.E. ISENTO - CEP: 77.006-340

2ª Via

NÚMERO DA LIGAÇÃO	MES REFER.	VENCIMENTO
0000272440-5	12/2024	28/12/2024

DOCUMENTO	TOTAL A PAGAR R$
118192211	50,16

82680000000-0 50161341011-4 81922110000-4 02724400012-4

CPL
Fls. 85

CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLÍNICAS LTDA

PROPOSTA DE PREÇO

Ao
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIUM - TO

Referente: Prestação de serviços médicos ao Hospital de Pequeno Porte de Pium, referente ao período de março a dezembro de 2025.

Proponente:

a) **Nome/Razão Social:** CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLÍNICAS LTDA

b) **Endereço:** Rua Francisco F. de Brito, nº 282, Quadra: 07, Lote: 11, Bairro: Aeroporto, Pium, Estado do Tocantins, CEP: 77.570-000.

c) **Telefone:** (084) 9 9623-5844

d) **E-mail:** clinicalodds@gmail.com

e) **CNPJ:** 59.585.077/0001-13

f) **Dados Bancários:** Agência: 3263 Conta Corrente: 31.179-0

Ilmos. Senhores da Administração do Hospital

Vimos apresentar por intermédio desta a nossa proposta visando a contratação de serviços médicos no Hospital de Pequeno Porte de Pium durante o período de março a dezembro de 2025.

ITEM	QTD	UNID	DISCRIMINAÇÃO	V. MENSAL	V. TOTAL
01	4	PLANTÃO	Prestção de serviços médicos no Hospital de Pequeno Porte de Pium - TO, com atuação em plantões médicos.	4.000,00	40.000,00

CPL
Fls. 86

TOTAL: 40.000,00

Pela presente submetemos à apreciação a nossa proposta, declarando que:

a) Assumimos inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação desta;
b) Manteremos válida a proposta pelo prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de sua apresentação;
c) Utilizaremos equipe técnica e administrativa que for necessária para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos desde já com a correção dos mesmos, desde que assim seja necessário.

A forma de pagamento será por transferência eletrônica em conta corrente da empresa após emissão de nota fiscal de prestação de serviço.

PIUM - TO, 28 DE FEVEREIRO DE 2025.

Yago José Alves
Médico
CRM-TO 7417

CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLÍNICAS LTDA
CNPJ: 59.585.077/0001-13

CPL
Fls. 27

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLÍNICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.585.077/0001-13, com sede à Rua Francisco Ferreira de Brito, número 282, Tocantins, neste ato representada pelo seu Diretor Técnico, Dr. Yago José Alves, portador da Carteira de Identidade nº 1219775 e do CPF nº 052.203.641-46, CRM TO 7417, atesta que o referido profissional exerceu a função de MÉDICO CLÍNICO GERAL no HOSPITAL MUNICIPAL NESTOR DA SILVA AGUIAR, no período de outubro de 2023 a abril de 2024, desempenhando suas atividades com competência, responsabilidade e excelência profissional.

Durante sua atuação, o Dr. Yago José Alves esteve diretamente envolvido nas seguintes atividades:

• Atendimento clínico geral aos pacientes do hospital;

• Diagnóstico e tratamento de diversas patologias em ambiente hospitalar;

• Acompanhamento e evolução de pacientes internados;

• Prescrição de tratamentos e condutas terapêuticas adequadas aos casos atendidos;

• Trabalho em equipe multidisciplinar visando a melhor assistência ao paciente;

• Contribuição para o aprimoramento dos protocolos clínicos da instituição.

Atestamos que o desempenho do profissional em suas funções foi altamente satisfatório, demonstrando amplo conhecimento técnico e habilidades clínicas que contribuíram de maneira expressiva para os resultados do hospital.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.

Pium - TO, 06 de março de 2025.

59.585.077/0001-13
CLINICALODDS - BASE ESTATISTICA E AVALIACOES CLINICAS LTDA
Rua Francisco Ferreira de Brito, Nº 282, CEP 77570-000
PIUM - TOCANTINS

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08 de 01/01/2025

CPL
Fls. 88

Yago José Alves
Médico Generalista

Localização: Pium/Tocantins
E-mail: clinicalodds@gmail.com
Telefone: (84) 996235844

Resumo Profissional

Médico generalista formado pela **Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2023**, com experiência em atendimento de urgência e emergência. Atuei como plantonista no **Hospital de Pequeno Porte de Pium (2023-2024)**, adquirindo experiência no manejo de pacientes críticos em ambiente de baixa complexidade, diagnóstico e condução de diversas condições clínicas. Tenho habilidade para tomada de decisões rápidas e trabalho em equipe multiprofissional, garantindo assistência de qualidade mesmo em cenários com recursos limitados.

Formação Acadêmica

- **Graduação em Medicina** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – 2023

Experiência Profissional

- **Médico Plantonista** – Hospital de Pequeno Porte de Pium (2023 – 2024)
  - Atendimento de urgências e emergências médicas.
  - Diagnóstico e manejo de pacientes clínicos e traumatológicos.
  - Coordenação de transferências e encaminhamentos quando necessário.
  - Trabalho em equipe multiprofissional para assistência integral ao paciente.

Habilidades e Competências

- Atendimento de urgência e emergência
- Manejo de pacientes críticos em ambiente de baixa complexidade
- Diagnóstico e conduta em condições clínicas diversas
- Trabalho em equipe multiprofissional

Disponibilidade

- Interesse em atuar como **médico plantonista** no Hospital de Pequeno Porte de Pium, com disponibilidade para plantões presenciais conforme a demanda da unidade.

Yago José Alves

CPL
Fls. 89

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM – TO,

A CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLÍNICAS LTDA, com sede e foro na Rua Francisco Ferreira de Brito, número 282, Tocantins, por seu representante legal e diretor técnico, Sr. Yago José Alves, CRM TO 7417, que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços consistentes na área de plantões médicos e direção técnica (integrantes do Anexo I).

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de Chamamento para Credenciamento de serviços de plantões e médico diretor do Fundo de Saúde do município de PIUM.

Atenciosamente,

Tocantins, 06 de março de 2025.

Yago José Alves
Médico
CRM TO 7417

Yago José Alves
CRM TO 7417
Representante Legal e Diretor Técnico

Carimbo do CNPJ
59.585.077/0001-13
CLINICALODDS - BASE ESTATISTICA E AVALIACOES CLINICAS LTDA
Rua Francisco Ferreira de Brito, Nº 282, CEP 77570-000
PIUM - TOCANTINS

CPL
Fls. 90

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE/PJ

À Comissão de Contratação do Fundo Municipal de Saúde de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital N.º 001/2025

A CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLÍNICAS LTDA, com sede e foro na Rua Francisco Ferreira de Brito, número 282, Tocantins, por seu representante legal e diretor técnico, Dr. Yago José Alves, CRM TO 7417, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente credenciamento, bem como, estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Pium - TO, 06 de março de 2025

Yago José Alves
Médico
CRM TO 7417

Yago José Alves
CRM TO 7417
Representante Legal e Diretor Técnico

Carimbo do CNPJ
59.585.077/0001-13
CLINICALODDS - BASE ESTATISTICA E AVALIACOES CLINICAS LTDA
Rua Francisco Ferreira de Brito, Nº 282, CEP 77570-000
PIUM - TOCANTINS

CPL
Fls. 91

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO/PJ

À Comissão de Contratação do Fundo Municipal de Saúde de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital N.º 001/2025

A CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLÍNICAS LTDA, com sede e foro na Rua Francisco Ferreira de Brito, número 282, Tocantins, por seu representante legal e diretor técnico, Dr. Yago José Alves, CRM TO 7417, declara, sob as penas da Lei, para fins de participação do certame levada a efeito pelo Edital de Chamada Pública n.º 001/2025, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Pium - TO, 06 de março de 2025.

Yago José Alves
Médico
CRM TO 7417

Yago José Alves
CRM TO 7417
Representante Legal e Diretor Técnico

Carimbo do CNPJ
59.585.077/0001-13
CLINICALODDS - BASE ESTATISTICA E AVALIACOES CLINICAS LTDA
Rua Francisco Ferreira de Brito, Nº 282, CEP 77570-000
PIUM - TOCANTINS

CPL
Fls. 92

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM – TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital N.º 001/2025

A CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLÍNICAS LTDA, com sede e foro na Rua Francisco Ferreira de Brito, número 282, Tocantins, por seu representante legal e diretor técnico, Sr. Yago José Alves, CRM TO 7417, em atendimento ao edital do processo acima especificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que se encontra em perfeita disponibilidade para imediata execução dos serviços objetos do certame, caso venha a ser declarada APTO.

Tocantins, 06 de março de 2025.

Yago José Alves
Médico
CRM TO 7417
Yago José Alves
CRM TO 7417
Representante Legal e Diretor Técnico

Carimbo do CNPJ
59.585.077/0001-13
CLINICALODDS - BASE ESTATISTICA E AVALIACOES CLINICAS LTDA
Rua Francisco Ferreira de Brito, Nº 282, CEP 77570-000
PIUM - TOCANTINS

CPL
Fls 93

Scanned with CamScanner

GOVERNO DE PIUM
Povo Forte, União que Move

MUNICIPIO DE PIUM-TO

ESTADO TOCANTINS

DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 7052386
NÚMERO 21/2025

À firma **CLINICALODDS**

Nos termos do Código Tributário Municipal concede-se o presente Alvará de Licença à empresa a seguir identificada, exercer suas atividades, enquanto satisfeitas as exigências da legislação em vigor.

1 - Estabelecimento: CLINICALODDS - BASE ESTATISTICA E AVALIACOES CLINICAS LTDA **CPF/CNPJ:** 59.585.077/0001-13

2 - Ramo: Prestacional

3 - Atividade Principal: Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente

4 - Endereço do Estabelecimento: RUA FRANCISCO F. DE BRITO 282 AEROPORTO 77570-000 PIUM TO

5 - Início das Atividades: 21/02/2025

6 - Horário de funcionamento:

7 - Responsável: YAGO JOSÉ ALVES

Flávio Augusto Araújo de Sá
Diretor de Arrecadação
Portaria 014/2025

FLÁVIO AUGUSTO ARAÚJO DE SÁ
DIRETOR DE ARRECADAÇÃO

SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS
COLETORIA MUNICIPAL
PIUM-TOCANTINS

DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL

Validade: 31/12/2025
Autenticador: YPTD8C89AISP4X3I

PIUM - TO, Sexta-feira, 21 de fevereiro de 2025

CPL
Fls. 94

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - TOCANTINS
CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO

NOME
YAGO JOSÉ ALVES

CRM/UF
7417/TO

FILIAÇÃO
ALZENY FREIRES MAIA ALVES

WILSON JOSE ALVES



DATA DE INSCRIÇÃO
17/08/2023

VIA
01

Yago José Alves

ASSINATURA DO PORTADOR

CPL
Fls. 05

CPF
052.203.641-46

IDENTIDADE/ÓRGÃO EMISSOR
1219775 / SSP-TO

TÍTULO DE ELEITOR
040369542747

SEÇÃO
0105

ZONA
007

DATA DE NASCIMENTO
04/06/1997

NATURALIDADE
PARAÍSO DO TOCANTINS-TO

LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO
PALMAS-TO 18/08/2023

707816

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
15 de Novembro de 1889

ASSINATURA DO PRESIDENTE DO CRM

VÁLIDA COMO PROVA DE IDENTIDADE PARA QUALQUER EFEITO DE ACORDO COM A LEI 6.206/75.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

DIPLOMA DE GRAU ACADÊMICO

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A CONCLUSÃO DO CURSO DE **MEDICINA**, NA DATA DE 28 DE JULHO DE 2023, E A COLAÇÃO DE GRAU NA DATA DE 10 DE AGOSTO DE 2023,

CONFERE O TÍTULO DE **MÉDICO** A

Yago José Alves

BRASILEIRO, NATURAL DO ESTADO DO TOCANTINS, NASCIDO EM 04 DE JUNHO DE 1997, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE 1219775, (SSP/TO), E OUTORGA-LHE O PRESENTE DIPLOMA, PARA QUE POSSA GOZAR DE TODOS OS DIREITOS E PRERROGATIVAS LEGAIS.

NATAL/RN, 11 DE AGOSTO DE 2023.

JOSÉ JOSEMAR DE OLIVEIRA JÚNIOR
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE ACADÊMICO
Documento assinado digitalmente

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO
REITOR
Documento assinado digitalmente

Diploma Digital. Código de Verificação
570.570.ebded231561e

UFRN

CPL
Fls. 96

Verifique a autenticidade deste diploma acessando https://sigaa.ufrn.br/sigaa/diplomadigital informando o código de verificação: 570.570.ebded231561e

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CNPJ: 24.365.710/0001-83

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi recredenciada, conforme Portaria MEC Nº 311, de 15 de abril de 2013 e publicada no Diário Oficial da União, na seção 01, pág. 08, em 16/04/2013.

OBS: O curso de **MEDICINA** foi reconhecido conforme Portaria MEC/SERES Nº 312/2023 de 18/08/2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Diretoria de Administração e Controle Acadêmico

Diploma registrado sob o nº **150.672**,
Livro **UFRN.G.1**, fls. **6916**, em **11/08/2023**,
por delegação de competência do Ministério da Educação,
nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,
e do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.
Processo nº 23077.110212/2023-19.

Natal, 11/08/2023.

Joao Vicente Rego Costa
Chefe da Divisão de Registro e Expedição de Documentos
Portaria n.º 697/2017-R, de 17 de abril de 2017 e publicada no Diário Oficial da União, em 20/04/2017.
Documento assinado digitalmente

202300298

CPL
Fls. 97

CPL Fls. 98

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL:

CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLINICAS LTDA

Pelo presente instrumento particular de constituição, **YAGO JOSE ALVES**, brasileiro, solteiro, médico, natural de Paraíso do Tocantins/TO, nascido em 04-06-1997, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 06816450392, expedida pelo DETRAN/TO e do CPF/MF n.º 052.203.641-46, residente e domiciliado na Rua Francisco F. de Brito, nº 282, Casa, Bairro: Aeroporto em Pium, Estado do Tocantins, CEP: 77.570-000.

Resolve na melhor forma do direito constituir uma sociedade empresária limitada unipessoal, que se regerá mediante as cláusulas e condições seguintes, regulando-se pelas normas da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil):

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO NOME EMPRESARIAL.

A sociedade que ora se constitui adotará o nome empresarial de **CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLINICAS LTDA.** *(art. 997, II, CC/2002)*

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE DA SOCIEDADE.

A sociedade constitui sua sede na **Rua Francisco F. de Brito, nº 282, Quadra: 07, Lote: 11, Bairro: Aeroporto em Pium, Estado do Tocantins, CEP: 77.570-000.** *(art.997, II, CC/2002)*

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO SOCIAL.

O objeto social da sociedade será: Atividades médica de atenção ambulatorial em unidades hospitalares, UBS - Unidades Básicas de Saúde, UPA - Unidades de Pronto Atendimentos, consultórios e clínicas médicas de terceiros; Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; Atividades de atendimento em pronto socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; Serviços de consultoria e assessoria na área médica; Serviços de instrutoria de cursos e palestras para aperfeiçoamento e de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. *(art. 997, II, CC/2002)*

Parágrafo Único – O objeto executado pelo estabelecimento sede (matriz) será o seguinte:

- **Atividade Principal:** Atividades médica de atenção ambulatorial em unidades hospitalares, UBS - Unidades Básicas de Saúde, UPA - Unidades de Pronto Atendimentos, consultórios e clínicas médicas de terceiros-(8630-5/99).

CPL
Fls. 99

- **Atividades Secundárias:** Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos-(8630-5/01); Atividades de atendimento em pronto socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências-(8610-1/02); Serviços de consultoria e assessoria na área médica-(7490-1/99); Serviços de instrutoria de cursos e palestras para aperfeiçoamento e de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial-(8599-6/04). ***(art. 997, II, CC/2002)***

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO.

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, iniciando suas atividades em 20 de fevereiro de 2025. ***(art.997, II, CC/2002)***

CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL SOCIAL.

O capital social da sociedade é **R$ 5.000,00 (cinco mil reais), dividido em 5.000 (cinco mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real)**, totalmente integralizado em moeda corrente do País pelo sócio único: ***(art. 997, III, IV, CC/2002)***

SÓCIO ÚNICO	%	QUOTAS	VALOR R$
YAGO JOSE ALVES	100	5.000	5.000,00
TOTAL	**100**	**5.000**	**5.000,00**

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.

A administração e o uso do nome empresarial caberá ao sócio único **YAGO JOSE ALVES** acima qualificado, sendo a ele atribuído plenos poderes, internos e externos, podendo praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, cabendo isoladamente a representação da sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, seja perante clientes, fornecedores, estabelecimentos de créditos e quaisquer outras repartições públicas ou privadas. ***(arts. 997; VI, 1.013, 1.015, 1.064, CC/2002)***

Parágrafo Primeiro – O administrador poderá constituir procurador(es) para representá-lo, inclusive quanto a obtenção e/ou renovação de certificação digital, sendo observado o parágrafo segundo desta cláusula.
Parágrafo Segundo – É vedado ao administrador, bem como a qualquer procurador(es) ainda que devidamente constituído(os), o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir quaisquer obrigações seja em favor da quotista ou de terceiros, tais como, fiança, aval, endosso, aceite, e todo e qualquer título de favor, respondendo por perdas e danos perante a sociedade o(s) administrador(es) ou procurador(es) que realizar(em) operações, sabendo ou devendo saber que está agindo em desacordo com o interesse da sociedade. ***(art. 1.010; § 3º, art. 1.013; § 2º, art. 1.015, CC/2002)***

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESIMPEDIMENTO DO ADMINISTRADOR.

O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia

popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. *(art.1.011, § 1º, CC/2002)*

CPL
Fls. 100

CLÁUSULA OITAVA – DAS RETIRADAS MENSAIS.

O sócio único poderá, opcionalmente e a qualquer tempo, efetuar retirada mensal a título de "pró-labore".

CLÁUSULA NONA – DO EXERCÍCIO SOCIAL.

O exercício social coincidirá com o ano civil, desta forma, terá início em 1° de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro, quando o(s) administrador(es) prestará (ão) contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial, do Balanço de Resultado Econômico e das demais demonstrações financeiras em conformidade com os Princípios Contábeis geralmente aceitos e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. *(art. 1.022, 1.065, CC/2002)*

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS.

O sócio único decidirá sobre o destino dos lucros ou prejuízos eventualmente apurados, como, a distribuição, a constituição de reservas; o aumento do capital social; a participação de empregados; e até a reposição de capital, sempre em conformidade com as normas da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou em outro dispositivo legal que lhe for aplicado. Sendo distribuídos os lucros ainda disponíveis de acordo com a determinação da destinação do resultado. Se apurados prejuízos, serão eles de igual modo suportado pelo sócio único. *(arts. 1.009, 1.059, CC/2002)*

Parágrafo Único – Poderá ser distribuídos lucros levando em consideração resultados apurados em balancetes intermediários mensais, trimestrais, semestrais ou, até sob a forma de antecipação de lucros, sendo o sócio único obrigado a reposição dos lucros distribuídos de forma ilícita ou fictícia que provoquem prejuízo ao capital social. *(arts. 1.009, 1.059, CC/2002)*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE.

A sociedade se dissolverá de pleno direito nos casos previstos nos incisos II e III, do art. 1.033 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, sendo observados os termos dos artigos 1.102 a 1.112 da mesma lei.

Parágrafo Primeiro – O falecimento, a interdição ou a inabilitação do sócio único não implicará na dissolução automática da sociedade.
Parágrafo Segundo – Em caso de falecimento, interdição ou inabilitação do sócio único, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. *(art. 1.031, CC/2002)*
Parágrafo Terceiro – O balanço a que se refere o parágrafo anterior será elaborado por contador legalmente habilitado, devidamente constituído para essa finalidade, determinando-se o valor real e atual de cada quota social, considerando o patrimônio líquido, o nome comercial, a clientela, e outros aspectos que forem considerados relevantes. *(art. 1.031, CC/2002)*

CPL
Fls. 101

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ABERTURA DE FILIAIS.

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência em qualquer parte do território nacional ou até mesmo participar de sociedade como quotista, promovendo à devida alteração contratual quando for o caso, sendo observadas as disposições da legislação aplicável. ***(art. 1.000, CC/2002)***

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO DA COMARCA.

O sócio único elege o foro da Comarca de Pium/TO, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento constitutivo, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha ser.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente instrumento constitutivo, serão supridas ou resolvidas com base na Lei n.° 10.406 de 10 de janeiro de 2.002, Código Civil Brasileiro, e noutras disposições legais que lhe forem aplicáveis.

E assim, lavra e assina o presente instrumento em via única para o devido registro e arquivamento nos órgãos competentes.

Pium/TO., 20 de fevereiro de 2025.

YAGO JOSE ALVES

CPL
Fls. 102

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLINICAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05220364146	YAGO JOSE ALVES

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2025 08:21 SOB Nº 17200934818.
PROTOCOLO: 250112116 DE 21/02/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12503209504. CNPJ DA SEDE: 59585077000113.
NIRE: 17200934818. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/02/2025.
CLINICALODDS - BASE ESTATÍSTICA E AVALIAÇÕES CLINICAS LTDA

JUCETINS

CLECI ZANCAN CASSOL
SECRETÁRIA-GERAL EM SUBSTITUIÇÃO
www.simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CPL
Fls. 103

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
59.585.077/0001-13 **MATRIZ**		**21/02/2025**

NOME EMPRESARIAL
CLINICALODDS - BASE ESTATISTICA E AVALIACOES CLINICAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CLINICALODDS	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RUA FRANCISCO F. DE BRITO	**282**	**QUADRA07 LOTE 11**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.570-000	**AEROPORTO**	**PIUM**	**TO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CLINICALODDS@GMAIL.COM	**(84) 9623-5844/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**21/02/2025**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/02/2025** às **08:36:21** (data e hora de Brasília).

CPL
Fls. 104

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

CNPJ: 59.585.077/0001-13
Certidão nº: 10139134/2025
Expedição: 21/02/2025, às 14:56:18
Validade: 20/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que o CNPJ sob o nº **59.585.077/0001-13**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
Certidão expedida sem indicação do nome/razão social, tendo em vista que o CPF/CNPJ consultado não figura na última versão da base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB enviada ao Tribunal Superior do Trabalho - TST. Para saber a situação desse CPF/CNPJ, consulte o sítio da RFB (www.receita.fazenda.gov.br).
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CPL
Fls. 105

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 59.585.077/0001-13
Razão Social: CLINICALODDS BASE ESTATISTICA E AVALIACOES CLINICAS LT
Endereço: RUA FRANCISCO F DE BRITO 282 QUADRA07LOTE11 / AEROPORTO / PIUM / TO / 77570-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/02/2025 a 28/03/2025

Certificação Número: 2025022709476387891703

Informação obtida em 27/02/2025 09:47:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CPL
Fls. 106

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CLINICALODDS - BASE ESTATISTICA E AVALIACOES CLINICAS LTDA
CNPJ: 59.585.077/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:35:22 do dia 21/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 20/08/2025.
Código de controle da certidão: **61AC.FA00.5ED5.F60C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6421542

CPL
Fls. 107

Validador
242855377806859587215670987977 72

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ : 59.585.077/0001-13 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:
CADASTRO

HISTÓRICO:
NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Sexta-feira, 21 de Fevereiro de 2025 - 14h 35m 25s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

AV DIOGENES DE BRITO, QD.05, LT.1 - ALTO DA BOA VISTA
PIUM - ESTADO TOCANTINS - CEP: 77570-000

CPL
Fls. 108

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Prazo de Validade: até 22/05/2025

CONTROLE: TSM6SMGU1WIN6YAT
FINALIDADE: Outros

Certificamos que até a presente data não constam débitos **da pessoa com o código nº 20162097, CLINICALODDS - BASE ESTATISTICA E AVALIACOES CLINICAS LTDA CNPJ nº 59.585.077/0001-13 inscr. estadual nº ISENTO com o nome de fantasia sendo CLINICALODDS residente à RUA FRANCISCO F. DE BRITO nº 282 Qd. 07 AEROPORTO em PIUM - TO**, conforme constatamos verificando os arquivos da Fazenda Pública Municipal.

Ficam ressalvados todavia, os direitos da mesma fazenda pelas omissões ou quaisquer irregularidades que venham a ser verificadas posteriormente, mesmo no período de validade desta certidão.

Esta certidão é emitida eletronicamente, e deverá ser validada para a confirmação da sua autenticidade, no endereço eletrônico . Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de PIUM.

MUNICÍPIO DE PIUM, Sexta-feira, 21 de fevereiro de 2025

Emitida eletronicamente em 21/02/2025 14:48:50

CPL
Fls. 109

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2663497156

2 e 1 NOME E SOBRENOME: YAGO JOSE ALVES

1ª HABILITAÇÃO: 22/03/2017

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 04/06/1997, PARAISO DO TOCANTINS, TO

4a DATA EMISSÃO: 25/09/2023

4b VALIDADE: 14/09/2033

ACC:

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 7417 CRM TO

4d CPF: 052.203.641-46

5 Nº REGISTRO: 06816450392

9 CAT HAB: AB

NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO:
WILSON JOSE ALVES
ALZENY FREIRES MAIA ALVES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		14/09/2033	
A1			
B		14/09/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
35646584797
TO032250761

LOCAL: PALMAS, TO

TOCANTINS

2663497156

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos do Condutor de Habilitação / Driver License Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA068164503<922<<<<<<<<<<<<
9706040M3309140BRA<<<<<<<<<<<2
YAGO<<JOSE<ALVES<<<<<<<<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

CPL
Fls. 110

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E/OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

N. 3f7e6384

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

CLINICALODDS - BASE ESTATISTICA E AVALIACOES CLINICAS LTDA

CNPJ n. 59.585.077/0001-13

Certidão emitida em: 06/03/2025, às 09:59:57 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;

b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;

c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.

d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.

e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;

f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj

g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 06/03/2025, 09:59:58

CPL
Fls. 111

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM - TO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Anexo I da Prefeitura Municipal de Pium-TO na Situada na Rua 04, s/n, de PIUM – TO, e com foro na Comarca de Cristalândia/TO, CNPJ (MF) nº 12.059.635/0001-43, representada por seu gestor o Sr. DIONES RIBEIRO DA SILVA, , inscrito no CPF (MF) nº 027.038.771-45, residente e domiciliada nesta cidade doravante denominado **CREDENCIANTE** e, de outro lado, a CLINICALODDS-BASE DE ESTATISTICA E AVALIAÇÃO CLINICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.585.077/0001-13, representado por seu representante legal o Sr. YAGO JOSÉ ALVES CRM/TO nº 7417, doravante denominado(a) simplesmente **CREDENCIADO (A)**, celebram este Termo de Credenciamento para a prestação dos serviços de plantonista, vinculado ao Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto municipal 132/2021 de 10 de agosto de 2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira O presente Termo tem por objeto a realização, pela(o) **CREDENCIADA(O)**, dos serviços de na área de plantões médicos.

PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Segunda O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta meses).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Terceira São obrigações do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**:

I – disponibilizar a estrutura, materiais e condições necessárias a boa execução dos serviços do(a) credenciado(a);

II – pagar os honorários de acordo com o previsto no Anexo I – Remuneração, dos serviços.

Cláusula Quarta São obrigações da **CREDENCIADO(A)**:

I - Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao pessoal que o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções.

Cláusula Quinta Pelos serviços ora ajustados, o **CREDENCIADO (A)** será remunerada exclusivamente de acordo com o disposto no do Anexo I – Remuneração dos serviços, não podendo reclamar do Fundo Municipal de Saúde qualquer outro valor a esse título.

DA RESCISÃO

Cláusula Sexta Este Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo, mediante termo próprio e notificação prévia de 30 (trinta) dias, desde que atendida a conveniência do **FUNDO**

Cláusula Sétima Será rescindido o presente Termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CREDENCIADO(A)**, se este:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste Termo;

II - subcontratar os serviços, sem autorização do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,** ou, em qualquer hipótese, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Credenciamento;

III - executar os serviços com imperícia técnica;

IV - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos;

V - demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VI - atrasar injustificadamente a execução dos serviços.

Cláusula oitava O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá, ainda, rescindir este Termo na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas por lei.

NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS

Cláusula Décima Aplicam-se a esse termo de credenciamento as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Chamamento Público nº 001/2025, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula Décima Primeira Para questões ou litígios decorrentes do presente credenciamento fica eleito o Foro da Comarca de Cristalândia-TO, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pium-TO, 03 de março de 2025.

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08 de 01/01/2025

Dione Ribeiro da Silva
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ:12.059.635/0001-43
"Povo Forte,União que move!

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CPL
Fls. 113

Yoga José Alves

CLINICALODDS –BASE ESTATISTICA E AVALIAÇÕES CLINICAS LTDA

CNPJ: 59.585.077/0001-13

YAGO JOSÉ ALVES

CRM TO 7417

TERMO DE CONTRATO Nº 012/2025 FMS

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE PEQUENO PORTE DE PIUM-TO, COM ATUAÇÃO EM PLANTÕES MEDICOS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM - TO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Anexo I da Prefeitura Municipal de Pium-TO na Situada na Rua 04, s/n, de PIUM – TO, e com foro na Comarca de Cristalândia/TO, CNPJ (MF) nº 12.059.635/0001-43, representada por seu gestor o Sr. DIONES RIBEIRO DA SILVA, , inscrito no CPF (MF) nº 027.038.771-45, residente e domiciliada nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e CLINICA LODDS-BASE ESTATISTICA E AVALIAÇÕES CLINCAS LTDA inscrito no CNPJ sob o n.º 59.585.077/0001-13, com sede e foro/residente e domiciliado na Rua Francisico F. de Brito, nº 282,setor Aeroporto, Pium-TO, denominado CONTRATADO(A), firmam o presente instrumento para prestação de serviços na área da saúde, conforme seguintes cláusulas e condições.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO DO CONTRATO - O presente contrato público de prestação de serviços é firmado nos termos da Lei nº 14.133/2021 e federal nº 11.878 e decretos municipais, através do Chamamento Público Edital nº 001/2025.

Fundamenta-se ainda o presente contrato de prestação de serviços, em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentária específica para contratação de serviços de terceiros, não configurando assim, qualquer vínculo empregatício ou de admissão de pessoal, ainda que indiretamente.

Para todos os efeitos legais e para melhor caracterização dos serviços, bem assim definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, como todos os seus anexos, os seguintes documentos: Chamamento Público 001/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente instrumento tem por objeto a contratação de jurídica para prestar de serviços de lava jato para lavagem dos veículos do fundo de Saúde do município de PIUM, no município de PIUM/TO, nas dependências do CONTRATANTE, para atendimento à pacientes de livre demanda;

§ 1º - O(A) CONTRATADO(A) declara que aceita prestar os serviços, objeto deste contrato, com total observância do regime do CONTRATANTE.

§ 2º - Os serviços serão prestados: na cidade de PIUM, conforme demanda mandada pelo fundo de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO(A):
O(A) CONTRATADO(A) deverá iniciar o atendimento imediatamente após assinatura do Termo contratual;

§ 1º - deverá manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

§ 2º - O(A) CONTRATADO(A) proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o CONTRATANTE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
§ 1º - Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessárias para a realização completa da execução do contrato;

§ 2º - Reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido neste instrumento, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento ao (a) CONTRATADO(A);

§ 3º - Notificar por escrito ao (a) CONTRATADO (A) da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução dos serviços e da sustação do pagamento;

§ 4º - Efetuar o pagamento de conformidade com o contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. De Plantão de 12 horas	Valor Unitário do plantão	Valor Total
01	**Plantão médico 12hs**	SV	04 mensais	1.000,00	4.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 40.000,00**

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:
O pagamento ao (a) CONTRATADO(A) será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:
O (A) CONTRATANTE poderá fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste TERMO, inclusive, a efetiva realização dos serviços prestados;

Parágrafo único - A fiscalização de que trata esta "CLÁUSULA" terá por objeto, notadamente, a qualidade da prestação dos serviços bem como o controle *"a posteriori"* da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao (a) CONTRATADO(A) integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação assistencial realizados, assim, a faculdade de tal fiscalização, mesmo quando exercida, não elidirá, nem reduzirá, a responsabilidade de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência não implicará jamais co-responsabilidade do CONTRATANTE;

CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES:
Mediante termo aditivo, o presente ajuste será modificado pelas partes, sempre que ocorrer alteração do Termo de Contratação;

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE:
O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida, do contrato, bem como de termo aditivo, se for o caso, e outras determinadas em lei;

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES:
A inobservância, pelo (a) CONTRATADO(A), de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CONTRATANTE a aplicar a seu critério, penalidades e sanções previstas em Lei:

§ 1° - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta CLÁUSULA não elidirá o direito de o CONTRATANTE exigir o ressarcimento integral das perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro; pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **CONTRATANTE** poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao (a) **CONTRATADO(A)** as sanções previstas em Lei;

§ 2° - O (A) CONTRATADO(A) ficará sujeito as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

a) - **Multa de 1%** (*um por cento*) **sobre o valor contratual, a cada dia do não início da prestação de serviços no prazo estipulado,** até o limite de 20% (*vinte por cento*) quando então, será decretada a rescisão unilateral do Contrato, por culpa exclusiva do(a) CONTRATADO(A);

b) - Multa de 3% (*três por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, o(a) CONTRATADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (*dois*) anos, quando, por culpa do(a) CONTRATADO(A) ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa;

d) As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e) Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual, incluindo o § 2º, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato.

CLÁUSULA DECIMA - DA APLICAÇÃO DE MULTA
Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará o(a) **CONTRATADO(A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia ao Fundo Municipal de Saúde através da Diretoria do Serviços de Saúde. Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o(a) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
O presente Termo terá vigência a contar da data de sua assinatura, extinguindo seus efeitos em 03/03/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RESCISÃO:
Pela sua inexecução total ou parcial o presente contrato será rescindido em qualquer tempo, através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados lei 14.133/2021.

Parágrafo Único: Mediante simples aviso extra-judicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias poderá haver a rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, precedida de autorização escrita e fundamentada da gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: **04 – 0020 / 10.301.0012.2086** - elemento da despesa 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 361 e 360, FONTE – 1.500.1002.000000 **E 10.122.0003.2082 /** 3.3.90.39 e 3.3.90.36 / 335 e 334 / 1.500.1002.000000 **E 10.302.0013.2094,** 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 384 e 385, 1.500.1002.000000, constantes do presente orçamento e para os exercícios subsequentes, pela dotação que vier a ser alocada para atender as obrigações da mesma natureza.

Parágrafo Único: O presente contrato tem o valor estimado para seu período de vigência de 03/03/2025 a 03/03/2026 em **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais), com base nos dados estipulados(s) na(s) cláusula(s) própria(s), segundo os preços de cotações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:
O presente TERMO foi celebrado em conformidade com as suas cláusulas contratuais e ciência das partes envolvidas.

Parágrafo único: Os casos omissos e quaisquer dúvidas advindas deste Termo Contratual serão resolvidos pela legislação em vigor incidente à matéria, elegendo-se, para tanto, o Foro da Comarca de Cristalândia/TO.

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ:12.059.635/0001-43
"Povo Forte,União que move!

CPL
Fls. 118

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, abaixo ratificado pelas partes contratantes, para que surta seus efeitos.

PIUM/TO, 03 de março de 2025.

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08 de 01/01/2025

Dione Ribeiro da Silva
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE

CLINICALODDS –BASE ESTATISTICA E AVALIAÇÕES CLINICAS LTDA
CNPJ: 59.585.077/0001-13
YAGO JOSÉ ALVES
CRM TO 7417
CONTRATADO

Testemunhas:

1._____
2._____

CPL
Fls. 119

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 012/2025PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2025
Oriundo do Credenciamento 001/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM. Contratada: CLINICALODDS-BASE DE ESTATISTICA E AVALIAÇÃO CLINICA LTDA inscrita no **CNPJ:** 59.585.077/0001-13.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrita no CNPJ: 12.059.635/0001-43

Prestação de serviços **médico clinico geral plantonista** no hospital de pequeno poste (HPP) Hospital Nestor da Silva Aguiar.
As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária.

ORGÃO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DO RECURSO
SÁUDE	10.122.0003.2082 10.122.0003.2086 10.122.0003.2094	3.3.90.39 3.3.90.36	1.500.1002

Valor: 40.000,00 (quarenta mil reais)
Data de assinatura: 03 de março de 2025
Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura
Dione Ribeiro da Silva-Gestor do FMS

CPL
Fls. 120

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

CREDENCIAMENTO Nr 001/2025-FMS

Rel. Edital de Credenciamento nº 001/2025

LG MED CENTER LTDA, inscrita no CNPJ n° 44.646.995/0001-38, por intermédio de seu representante legal o Sr Lucas Gama Gomes, portador da Carteira de Identidade n° 1252453 SSP/TO e do CPF n° 033.180.661-41, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Pium - TO, 28 de fevereiro de 2025

LG MED CENTER LTDA:44646995000138
Assinado de forma digital por LG MED CENTER LTDA:44646995000138
Dados: 2025.02.28 20:27:52 -03'00'

LG MED CENTER LTDA

CNPJ 44.646.995/0001-38

CRM/TO: 2172

gov.br
Documento assinado digitalmente
LUCAS GAMA GOMES
Data: 02/03/2025 18:05:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LUCAS GAMA GOMES

SÓCIO-ADMINISTRADOR

CPF 033.180.661-41

CRM/TO: 6331

CPL
Fls. 121

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nr 001/2025-FMS

Rel. Edital de Credenciamento nº 005/2025

Pium - TO, 28 de fevereiro de 2025

Credenciada: LG MED CENTER LTDA

Objeto Licitado: Médico Diretor Geral

A empresa LG MED CENTER LTDA, inscrita no CNPJ n° 44.646.995/0001-38, com sede à Chácara Bela Vista, Saída para a Transjavaés, setor piauzinho, s/n, Pium - TO, CEP: 77.570-000, neste ato representada pelo o Sr Lucas Gama Gomes, portador da Carteira de Identidade n° 1252453 SSP/TO e do CPF n° 033.180.661-41, brasileiro, solteiro, Médico Clínico Geral, residente à Chácara Bela Vista, Saída para a Transjavaés, setor piauzinho, s/n, Pium - TO, CEP: 77.570-000. DECLARA, sob as penalidades legais, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprovem a idoneidade da licitante, nos termos do § 2º do art. 32 e do art. 97 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes, relativamente ao Edital em epígrafe.

LG MED CENTER LTDA:44646995000138

Assinado de forma digital por LG MED CENTER LTDA:44646995000138
Dados: 2025.02.28 20:12:42 -03'00'

LG MED CENTER LTDA

CNPJ 44.646.995/0001-38

CRM/TO: 2172

gov.br

Documento assinado digitalmente
LUCAS GAMA GOMES
Data: 02/03/2025 18:05:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LUCAS GAMA GOMES

SÓCIO-ADMINISTRADOR

CPF 033.180.661-41

CRM/TO: 6331

CPL
Fls. 122

CARTA DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nr 001/2025-FMS

A COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO DO MUNICÍPIO DE PIUM/TO

Pium - TO, 28 de fevereiro de 2025

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO

A empresa LG MED CENTER LTDA, inscrita no CNPJ n° 44.646.995/0001-38, com sede à Chácara Bela Vista, Saída para a Transjavaés, setor piauzinho, s/n, Pium - TO, CEP: 77.570-000, neste ato representada pelo o Sr Lucas Gama Gomes, portador da Carteira de Identidade n° 1252453 SSP/TO e do CPF n° 033.180.661-41, brasileiro, solteiro, Médico Clínico Geral, residente à Chácara Bela Vista, Saída para a Transjavaés, setor piauzinho, s/n, Pium - To, CEP: 77.570-000, CRM 6331, vem REQUERER SEU CREDENCIAMENTO para prestação de serviços na função de Médico Diretor Geral, nos termos do Edital de Credenciamento n° 001/2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Pium - TO.

Concordamos em nos submeter a todas as disposições constantes no Edital n° 001/2025, às normas constitucionais e legais que regem o Sistema Único de Saúde.

Nos serviços oferecidos estão incluídas as despesas com encargos sociais, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto deste credenciamento.

LG MED CENTER LTDA:44646995000138

Assinado de forma digital por LG MED CENTER LTDA:44646995000138
Dados: 2025.02.28 19:58:54 -03'00'

LG MED CENTER LTDA

CNPJ 44.646.995/0001-38

CRM/TO: 2172

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCAS GAMA GOMES
Data: 02/03/2025 18:05:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LUCAS GAMA GOMES

SÓCIO-ADMINISTRADOR

CPF 033.180.661-41

CRM/TO: 6331

CPL
Fls. 123

ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES EDITALICIAS CREDENCIAMENTO Nr 001/2025-FMS

Ao aderir o presente credenciamento, a empresa LG MED CENTER LTDA, inscrita no CNPJ n° 44.646.995/0001-38, representada por Lucas Gama Gomes, DECLARA, conhecer o inteiro teor do Edital de Credenciamento n° 001/2025 e suas condições, bem como o valor que o Município de Pium, TO se propõe a pagar pelos serviços prestados, em conformidade com o valor estatuído em lei municipal.

DECLARA, ainda, que possui disponibilidade de carga horária compatível com o serviço objeto deste credenciamento.

Declaramos por fim estarmos ciente de todas as condições do edital supracitado, bem como de todas as especificações contidas na minuta do futuro termo a ser assinado e que as aceitamos de forma incondicional.

Pium - TO, 28 de fevereiro de 2025

LG MED CENTER LTDA:44646995000138
Assinado de forma digital por LG MED CENTER LTDA:44646995000138
Dados: 2025.02.28 11:59:47 -03'00'

LG MED CENTER LTDA

CNPJ 44.646.995/0001-38

CRM/TO: 2172

gov.br
Documento assinado digitalmente
LUCAS GAMA GOMES
Data: 02/03/2025 18:05:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LUCAS GAMA GOMES

SÓCIO-ADMINISTRADOR

CPF 033.180.661-41

CRM/TO: 6331

CPL
Fls. 124

LUCAS GAMA GOMES

Médico Clínico no Hospital Municipal Nestor da Silva Aguiar – Pium

Médico da Família na UBS Mario Gomes de Pium.

Pium - TO | (63) 98488-4853 | lucasgama859@gmail.com

DADOS PESSOAIS

- **Nome completo:** Lucas Gama Gomes
- **Data de nascimento:** 29/12/1996
- **Nacionalidade:** Brasileira
- **Registro CRM:** CRM-TO 6331
- **Idiomas:** Português (Nativo), espanhol (Básico)

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- **Graduação em Medicina –** Universidade Cristiana de Bolívia (Ucebol) | Conclusão: 2020.
- **Revalidado em Medicina –** Universidade Federal de Brasília (UNB) | Conclusão: 2021

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Médico Clínico no Hospital Municipal Nestor da Silva Aguiar – Pium

Médico da Família na UBS Mario Gomes de Pium.

[01/01/2022] – Início

- Gestão administrativa e estratégica do hospital
- Atendimento clínico e hospitalar
- Diagnóstico e tratamento de pacientes
- Participação em plantões e emergências

PÓS-GRADUAÇÕES

- **Realizando Medicina da família e comunidade** – Pelo mais médico/ 2023.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

CPL
Fls. 125

- Atendimento humanizado e ética profissional
- Gestão hospitalar e liderança de equipes
- Diagnóstico clínico e procedimentos médicos
- Trabalho em equipe e resiliência

CPL
Fls. 126

LG MED CENTER LTDA

ORÇAMENTO DIRECIONADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM-TO PORTADOR DO CNPJ 12.059.635/0001-43

LG MED CENTER LTDA | Dr. LUCAS GAMA GOMES

CNPJ: 44.646.995/0001-38

CH Chácara Bela Vista, saída para a transjavaés, KM 1, s/n, CEP: 77.570-000

Setor Piauzinho – Pium – TO

Contato: (63) 9.8488-4853

E-mail: lucasgama859@gmail.com

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
01	01	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICO DIRETOR GERAL	R$ 15.000,00	R$ 180.000,00
02	-	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICO PLANTONISTA	R$ 1.000,00[1]	-

Obs.: esta proposta terá validade de 60 dias, a contar desta data.

[1]A quantidade de Plantões estará limitada a necessidade do Hospital Municipal de Saúde Nestor da Silva Aguiar.

Pium – TO, 28 de fevereiro de 2025

LG MED CENTER LTDA:44646995000138 Assinado de forma digital por LG MED CENTER LTDA:44646995000138 Dados: 2025.03.11 08:57:37 -03'00'

LG MED CENTER LTDA

CNPJ: 44.646.995/0001-38

CRM: 6331

CPL
Fs. 127

UNIVERSIDAD CRISTIANA DE BOLIVIA

UCEBOL

Personería Jurídica - R.S. N° 207.021
Resolución Administrativa N° 151/96
Ministerio de Educación - R.M. N° 565
Decreto Supremo N° 23.370

N° 003781



Serie: MED 4525

DR. SOO HYUN CHUNG Ph.D.

MAGNIFICO RECTOR DE LA UNIVERSIDAD

En uso de sus facultades hace saber que el Sr.:

LUCAS GAMA GOMES

De nacionalidad brasilera, nacido el 29 de Diciembre de 1996 en Pium – TO – Brasil, ha cumplido satisfactoriamente con el Plan de Estudios e Internado Hospitalario Rotatorio y el Examen de Grado de la ***CARRERA DE MEDICINA*** *exigidos por Ley y Reglamentos de la Universidad Cristiana de Bolivia, para optar el* ***DIPLOMA ACADEMICO*** *a nivel Licenciatura como:*

MEDICO CIRUJANO

Por lo tanto: en uso del derecho que confiere el Artículo 94 de la Constitución Política de Estado, le expide el presente Diploma, firmado conjuntamente por el Vicerrector Académico, con sello seco de la Universidad y refrendado por el Secretario General, en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, a los 10 días del mes de Septiembre, 2020.

Dr. Soo Hyun Chung, Ph.D
RECTOR
UNIVERSIDAD CRISTIANA DE BOLIVIA
RECTOR

Dr. Hc. Winston A. Montero Ayala
VICERRECTOR ACADEMICO
UCEBOL

VICERRECTOR ACADEMICO

Ing. José Ernesto Aldunate Rivera
SECRETARIO GENERAL
UCEBOL

SECRETARIO GENERAL

SE CERTIFICA LA FIRMA
NO EL CONTENIDO
MINISTERIO DE EDUCACIÓN,
DEPORTES Y CULTURAS
ARCHIVO Y LEGALIZACIONES

El Ministerio de Educación, Deportes y Culturas
Certifica que la firma y rúbrica
que aparece en el documento.

22 SEP 2020

Académicoresumen, corresponde
Dr. Sra. Hyug. Chung.
RC 1078

Julia Virginia Arenas Blanco
PROFESIONAL V ENCARGADA DEL
ARCHIVO CENTRAL
MINISTERIO DE EDUCACIÓN,
DEPORTES Y CULTURAS

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, DEPORTES Y CULTURAS
URRHHyDO
ARCHIVOS Y
LEGALIZACIONES
* La Paz - Bolivia *

CPL
Fls. 128

CPL
Fls. 129

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
SUYUKUNAWAN RIMANAKUY KAMACHIQ WASI
ANQAXA MARKANAKAMPI TUMPASIÑA KAMANI
MBOROKUAIÑESIRQA IRU TETAGUASUPETA NDIVE REGUA

Esta Apostilla certifica únicamente la autenticidad de la firma, la calidad en que el signatario del documento haya actuado y, en su caso, la identidad del sello o timbre del que el documento público esté revestido
(Esta Apostilla no certifica el contenido del documento para el cual se expidió)
[Esta Apostilla se puede verificar en la dirección siguiente: http://apostilla.rree.gob.bo/

Apostille

(Convention de La Haye du 5 octobre de 1961)

1. País:
Country/Pays: Bolivia

El presente documento público
This public document / Le présent acte public

2. ha sido firmado por
has been signed by
a été signé par LIDIA VIRGINIA MENDEZ BLANCO

3. quien actúa en calidad de
acting in the capacity of
agissant en qualité de PROFESIONAL V ENCARGADA DEL ARCHIVO CENTRAL

4. y está revestido del sello / timbre de
bears the seal / stamp of
est revêtu du sceau / timbre de MINISTERIO DE EDUCACIÓN, DEPORTES Y CULTURAS

Certificado
Certified / Attesté

5. en
at/à SANTA CRUZ

6. el día
the/le 02/10/2020

7. por
by/ par YALILE HURTADO ALBITRE

8. bajo el número
N.º / sous n° 241676

9. sello / Timbre:
Seal/ stamp:

10. Firma:
Signature: FIRMADO DIGITALMENTE

CÓDIGO DE SEGURIDAD ALFANUMÉRICO: AFR44ZZRDF

* 3 3 3 3 5 2 5 6 4 0 *

365681

CPL 130

Universidade de Brasília

Certificado

Certificamos que o Diploma de *Medico Cirujano*, expedido pela *Universidad Cristiana de Bolivia* – Bolívia, em nome de **Lucas Gama Gomes**, nascido no estado do Tocantins, no dia 29 de dezembro de 1996, CPF 033.180.661-41, foi revalidado, de acordo com o Edital nº 66, de 10 de setembro de 2020 – Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras – REVALIDA 2020 –, nos termos do § 2º do art. 48 da Lei 9.394 de 20/12/96 e registrado sob o nº 202, livro 7, folha 51, processo nº 23106.109158/2021-02.

Brasília, 21 de outubro de 2021.

Henrique Soares de Melo
Secretário de Administração Acadêmica

CPL
Fls. 131

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - TOCANTINS
CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO

NOME
LUCAS GAMA GOMES

CRM/UF
6331/TO



FILIAÇÃO
AIDD SOUZA GAMA GOMES

VALDENIR BANDEIRA GOMES

DATA DE INSCRIÇÃO
29/11/2021

VIA
01

Lucas Gama Gomes

ASSINATURA DO PORTADOR

CPL
Fls. 132

CPF
033.180.661-41

IDENTIDADE/ÓRGÃO EMISSOR
1252453 / SSP-TO

TÍTULO DE ELEITOR
000401645827 63

SEÇÃO
0086

ZONA
0013

DATA DE NASCIMENTO
29/12/1996

NATURALIDADE
PIUM-TO

LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO
PALMAS-TO 10/12/2021

530617

ASSINATURA DO PRESIDENTE DO CRM

VÁLIDA COMO PROVA DE IDENTIDADE PARA QUALQUER EFEITO DE ACORDO COM A LEI 6.206/75.

MUNICIPIO DE PIUM-TO

ESTADO TOCANTINS

DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 7052219
NÚMERO 61/2025

À firma **LG MED CENTER**

Nos termos do Código Tributário Municipal concede-se o presente Alvará de Licença à empresa a seguir identificada, exercer suas atividades, enquanto satisfeitas as exigências da legislação em vigor.

1 - Estabelecimento: LG MED CENTER LTDA **CPF/CNPJ:** 44.646.995/0001-38

2 - Ramo: Prestacional

3 - Atividade Principal: Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências

4 - Endereço do Estabelecimento: CH CHACARA BELA VISTA S/Nº ZONA RURAL 77570-000 PIUM TO

5 - Início das Atividades: 21/12/2021

6 - Horário de funcionamento:

7 - Responsável: LUCAS GAMA GOMES

Flávio Augusto Araújo de Sá
Diretor de Arrecadação
Portaria 014/2025

FLÁVIO AUGUSTO ARAÚJO DE SÁ
DIRETOR DE ARRECADAÇÃO

SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS - PIUM-TOCANTINS
COLETORIA MUNICIPAL

DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL

Validade: 31/12/2025
Autenticador: TY43O1C0NTKKM5IZ

PIUM - TO, Quarta-feira, 12 de fevereiro de 2025

CPL
Fls 133

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 134

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL

LG MED CENTER LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

LUCAS GAMA GOMES, BRASILEIRO , SOLTEIRO, MÉDICO, nascido(a) em 29/12/1996, n° do CPF 033.180.661-41, residente e domiciliado na cidade de Pium - TO, na CHÁCARA BELA VISTA, nº KM 1, ZONA RURAL, CEP: 77570-000;

Resolve, constituir uma sociedade limitada unipessoal, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade adotará como nome empresarial: **LG MED CENTER LTDA**, e usará a expressão LG MED CENTER como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: CHÁCARA CHACARA BELA VISTA, SAIDA PARA A TRANSJAVAES, KM1, nº S/N, SETOR PIAUZINHO, ZONA RURAL, Pium - TO, CEP: 77570000.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO DE CURTA OU LONGA DURAÇÃO PRESTADOS A PACIENTES REALIZADOS EM HOSPITAIS GERAIS E ESPECIALIZADOS, HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS, MATERNIDADES, HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS, CENTROS DE MEDICINA PREVENTIVA E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE COM INTERNAÇÃO, INCLUINDO-SE OS HOSPITAIS MILITARES E OS HOSPITAIS DE CENTROS PENITENCIÁRIOS.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de SERVICOS DE INTERNACAO DE CURTA OU LONGA DURACAO PRESTADOS A PACIENTES REALIZADOS EM HOSPITAIS GERAIS E ESPECIALIZADOS, HOSPITAIS UNIVERSITARIOS, MATERNIDADES, HOSPITAIS PSIQUIATRICOS, CENTROS DE MEDICINA PREVENTIVA E OUTRAS INSTITUICOES DE SAUDE COM INTERNACAO, INCLUINDO-SE OS HOSPITAIS MILITARES E OS HOSPITAIS DE CENTROS PENITENCIARIOS..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 8610-1/01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
CNAE Nº 8630-5/99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto n° 1.800/96)
A sociedade iniciará suas atividades em 18/12/2021 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)
O capital será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), dividido em 5000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em moeda corrente no Pais.

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome do Sócio	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
LUCAS GAMA GOMES	5000	5.000,00	100,00
TOTAL:	5000	5.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)
A administração da sociedade será exercida pelo sócio **LUCAS GAMA GOMES** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA UNIPESSOAL

LG MED CENTER LTDA

CPL
Fls. 135

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)
Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)
O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE
O sócio poderá, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO
Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL
O sócio declara que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

CPL
Fls. 136

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA UNIPESSOAL

LG MED CENTER LTDA

CLÁUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Pium - TO, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Tocantins.

Pium - TO, 18 de dezembro de 2021

LUCAS GAMA GOMES
Sócio/Administrador

CPL
Fls. 137

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa LG MED CENTER LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03318066141	LUCAS GAMA GOMES

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/12/2021 09:54 SOB Nº 17200694515.
PROTOCOLO: 210631562 DE 21/12/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12109278079. CNPJ DA SEDE: 44646995000138.
NIRE: 17200694515. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/12/2021.
LG MED CENTER LTDA

JUCETINS

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CPL
Fls. 138

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa LG MED CENTER LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.646.995/0001-38, com sede à Chácara Bela Vista, Saída para a Transjavaés, setor piauzinho, s/n, Pium - TO, CEP: 77.570-000, neste ato representada pelo o Sr Lucas Gama Gomes, portador da Carteira de Identidade nº 1252453 SSP/TO e do CPF nº 033.180.661-41, exerceu a função de MÉDICO CLÍNICO GERAL no HOSPITAL MUNICIPAL NESTOR DA SILVA AGUIAR, no período de 01 de Janeiro de 2022 até o presente momento, desempenhando suas atividades com competência, responsabilidade e excelência profissional.

Durante sua atuação, o(a) Sr(a). Lucas Gama Gomes acompanhou o responsável/diretor na elaboração dos seguintes trabalhos:

- Gerenciar e supervisionar todas as operações da empresa;
- Elaborar e implementar estratégias administrativas e financeiras;
- Representar a empresa em negociações e tomadas de decisão estratégicas;
- Coordenar equipes multidisciplinares e garantir o cumprimento das metas organizacionais;
- Assegurar a conformidade legal e regulatória das atividades empresariais;
- Contribuir significativamente para o crescimento e desenvolvimento sustentável da organização.

Atestamos que o desempenho do(a) profissional em suas funções foi altamente satisfatório, demonstrando amplo conhecimento técnico e habilidades gerenciais que contribuíram de maneira expressiva para os resultados do Hospital.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.

Pium - TO, 02 de março de 2025

LG MED CENTER LTDA:44646995000138
Assinado de forma digital por LG MED CENTER LTDA:44646995000138
Dados: 2025.03.02 13:36:52 -03'00'

LUCAS GAMA GOMES
Diretor Geral
LG MED CENTER LTDA
CNPJ: 44.646.995/0001-38
CRM/TO: 2172

CPL
Fls. 139

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LG MED CENTER LTDA
CNPJ: 44.646.995/0001-38

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:02:02 do dia 27/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/08/2025.
Código de controle da certidão: **F7F0.FE68.9688.FA1D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CPL
Fls. 140

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6443084

Validador
063173560573500867336552985230002

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL: LG MED CENTER LTDA

CNPJ : 44.646.995/0001-38 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO: BELA VISTA SN SAIDA TRANSJAVAE KM1, RURAL

MUNICÍPIO: PIUM - TO

FINALIDADE:
CADASTRO

HISTÓRICO:
NÁO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Quinta-feira, 27 de Fevereiro de 2025 - 18h 08m 02s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

CPL
Fls. 141

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E/OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

N. 89fc62d4

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

LG MED CENTER LTDA

CNPJ n. 44.646.995/0001-38

Certidão emitida em: 01/03/2025, às 12:44:23 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;

b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;

c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.

d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.

e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;

f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj

g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 01/03/2025, 12:44:23

AV DIOGENES DE BRITO, QD.05, LT.1 - ALTO DA BOA VISTA
PIUM - ESTADO TOCANTINS - CEP: 77570-000

CPL
Fls. 142

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Prazo de Validade: até 29/05/2025

CONTROLE: 5H32LOMM65N6XSJ6
FINALIDADE: Cadastro em Orgao Publico

Certificamos que até a presente data não constam débitos **do contribuinte de inscrição nº 7052219, LG MED CENTER LTDA CNPJ nº 44.646.995/0001-38 com o Nome de Fantasia sendo LG MED CENTER situado à CH CHACARA BELA VISTA nº S/NºSAÍDA PARA A TRANSJAVAÉS, KM 01 ZONA RURAL em PIUM - TO**, conforme constatamos verificando os arquivos da Fazenda Pública Municipal.

Ficam ressalvados todavia, os direitos da mesma fazenda pelas omissões ou quaisquer irregularidades que venham a ser verificadas posteriormente, mesmo no período de validade desta certidão.

Esta certidão é emitida eletronicamente, e deverá ser validada para a confirmação da sua autenticidade, no endereço eletrônico . Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de PIUM.

MUNICÍPIO DE PIUM, Sexta-feira, 28 de fevereiro de 2025

Emitida eletronicamente em 28/02/2025 11:41:43

CPL
Fls. 149

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 44.646.995/0001-38
Razão Social: LG MED CENTER LTDA
Endereço: CH BELA VISTA SAIDA PARA TRANSJAVAES / ZONA RURAL / PIUM / TO / 77570-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:25/02/2025 a 26/03/2025

Certificação Número: 2025022514465713196388

Informação obtida em 27/02/2025 18:48:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CPL
Fls. 143

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LG MED CENTER LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 44.646.995/0001-38
Certidão nº: 11768454/2025
Expedição: 27/02/2025, às 18:50:53
Validade: 26/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LG MED CENTER LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **44.646.995/0001-38**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CPL
Fls. 144

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
44.646.995/0001-38 **MATRIZ**		**21/12/2021**

NOME EMPRESARIAL
LG MED CENTER LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LG MED CENTER	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
CH CHACARA BELA VISTA, SAIDA PARA A TRANSJAVAES, KM1	**S/N**	**SETOR PIAUZINHO**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.570-000	**ZONA RURAL**	**PIUM**	**TO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LUCASGAMA859@GMAIL.COM	**(63) 8488-4853**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**21/12/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **27/02/2025** às **18:04:04** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CPL
Fls. 145

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa LG MED CENTER LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.646.995/0001-38, com sede à Chácara Bela Vista, Saída para a Transjavaés, setor piauzinho, s/n, Pium - TO, CEP: 77.570-000, neste ato representada pelo o Sr Lucas Gama Gomes, portador da Carteira de Identidade nº 1252453 SSP/TO e do CPF nº 033.180.661-41, exerceu a função de MÉDICO CLÍNICO GERAL no HOSPITAL MUNICIPAL NESTOR DA SILVA AGUIAR, no período de 01 de Janeiro de 2022 até o presente momento, desempenhando suas atividades com competência, responsabilidade e excelência profissional.

Durante sua atuação, o(a) Sr(a). Lucas Gama Gomes acompanhou o responsável/diretor na elaboração dos seguintes trabalhos:

- Gerenciar e supervisionar todas as operações da empresa;
- Elaborar e implementar estratégias administrativas e financeiras;
- Representar a empresa em negociações e tomadas de decisão estratégicas;
- Coordenar equipes multidisciplinares e garantir o cumprimento das metas organizacionais;
- Assegurar a conformidade legal e regulatória das atividades empresariais;
- Contribuir significativamente para o crescimento e desenvolvimento sustentável da organização.

Atestamos que o desempenho do(a) profissional em suas funções foi altamente satisfatório, demonstrando amplo conhecimento técnico e habilidades gerenciais que contribuíram de maneira expressiva para os resultados do Hospital.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.

Pium - TO, 07 de março de 2025

DIONE RIBEIRO DA SILVA:02703877145 Assinado de forma digital por DIONE RIBEIRO DA SILVA:02703877145 Dados: 2025.03.10 07:54:42 -03'00'

DIONE RIBEIRO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 027.038.771-45

CPL
Fls. 146

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM - TO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Anexo I da Prefeitura Municipal de Pium-TO na Situada na Rua 04, s/n, de PIUM – TO, e com foro na Comarca de Cristalândia/TO, CNPJ (MF) nº 12.059.635/0001-43, representada por seu gestor o Sr. DIONES RIBEIRO DA SILVA, , inscrito no CPF (MF) nº 027.038.771-45, residente e domiciliada nesta cidade doravante denominado **CREDENCIANTE** e, de outro lado, a LG MED CENTER LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.646.995/0001-38, representado por seu representante legal o Sr. LUCAS GAMA GOMES, CRM/TO nº 6331, doravante denominado(a) simplesmente **CREDENCIADO (A)**, celebram este Termo de Credenciamento para a prestação dos serviços de plantonista e Diretor Clinico, vinculado ao Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto municipal 132/2021 de 10 de agosto de 2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira O presente Termo tem por objeto a realização, pela(o) **CREDENCIADA(O)**, dos serviços de na área de plantões médicos e Diretor Clinico.

PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Segunda O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta meses).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Terceira São obrigações do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**:

I – disponibilizar a estrutura, materiais e condições necessárias a boa execução dos serviços do(a) credenciado(a);

II – pagar os honorários de acordo com o previsto no Anexo I – Remuneração, dos serviços.

Cláusula Quarta São obrigações da **CREDENCIADO(A)**:

I - Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao pessoal que o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções.

Cláusula Quinta Pelos serviços ora ajustados, o **CREDENCIADO (A)** será remunerada exclusivamente de acordo com o disposto no do Anexo I – Remuneração dos serviços, não podendo reclamar do Fundo Municipal de Saúde qualquer outro valor a esse título.

DA RESCISÃO

Cláusula Sexta Este Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo, mediante termo próprio e notificação prévia de 30 (trinta) dias, desde que atendida a conveniência do **FUNDO**

Cláusula Sétima Será rescindido o presente Termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CREDENCIADO(A)**, se este:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste Termo;

II - subcontratar os serviços, sem autorização do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,** ou, em qualquer hipótese, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Credenciamento;

III - executar os serviços com imperícia técnica;

IV - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos;

V - demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VI - atrasar injustificadamente a execução dos serviços.

Cláusula oitava O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá, ainda, rescindir este Termo na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas por lei.

NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS

Cláusula Décima Aplicam-se a esse termo de credenciamento as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Chamamento Público nº 001/2025, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula Décima Primeira Para questões ou litígios decorrentes do presente credenciamento fica eleito o Foro da Comarca de Cristalândia-TO, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pium-TO, 03 de março de 2025.

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08 de 01/01/2025

Dione Ribeiro da Silva
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ:12.059.635/0001-43
"Povo Forte,União que move!

CPL
Fls. 148

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

Lucas Gama Gomes

LG MEDIC CENTER

CNPJ: 44.646.995/0001-38

LUCAS GAMA GOMES

CRM TO 6331

TERMO DE CONTRATO Nº 013/2025 FMS

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE PEQUENO PORTE DE PIUM-TO, COM ATUAÇÃO EM PLANTÕES MEDICOS E DIRETOR CLINICO.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM - TO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Anexo I da Prefeitura Municipal de Pium-TO na Situada na Rua 04, s/n, de PIUM – TO, e com foro na Comarca de Cristalândia/TO, CNPJ (MF) nº 12.059.635/0001-43, representada por seu gestor o Sr. DIONES RIBEIRO DA SILVA, , inscrito no CPF (MF) nº 027.038.771-45, residente e domiciliada nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e LG MEDIC CENTER LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 44.646.995/0001-38, com sede e foro na Rua Chacara Bela Vista, saída para Transjaves, setor Piauzinho,s/n, Pium-TO, denominado CONTRATADO(A), firmam o presente instrumento para prestação de serviços na área da saúde, conforme seguintes cláusulas e condições.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO DO CONTRATO - O presente contrato público de prestação de serviços é firmado nos termos da Lei nº 14.133/2021 e federal nº 11.878 e decretos municipais, através do Chamamento Público Edital nº 001/2025.

Fundamenta-se ainda o presente contrato de prestação de serviços, em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentária específica para contratação de serviços de terceiros, não configurando assim, qualquer vínculo empregatício ou de admissão de pessoal, ainda que indiretamente.

Para todos os efeitos legais e para melhor caracterização dos serviços, bem assim definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, como todos os seus anexos, os seguintes documentos: Chamamento Público 001/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente instrumento tem por objeto a contratação de jurídica para prestar de serviços médicos ao Fundo de Saúde do município de PIUM, no município de PIUM/TO, nas dependências do CONTRATANTE, para atendimento à pacientes de livre demanda;

§ 1º - O(A) CONTRATADO(A) declara que aceita prestar os serviços, objeto deste contrato, com total observância do regime do CONTRATANTE.

§ 2º - Os serviços serão prestados: na cidade de PIUM, conforme demanda mandada pelo fundo de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO(A):
O(A) CONTRATADO(A) deverá iniciar o atendimento imediatamente após assinatura do Termo contratual;

§ 1º - deverá manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

§ 2º - O(A) CONTRATADO(A) proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o CONTRATANTE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
§ 1º - Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessárias para a realização completa da execução do contrato;

§ 2º - Reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido neste instrumento, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento ao (a) CONTRATADO(A);

§ 3º - Notificar por escrito ao (a) CONTRATADO (A) da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução dos serviços e da sustação do pagamento;

§ 4º - Efetuar o pagamento de conformidade com o contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. De Plantão de 12 horas	Valor Unitário do plantão	Valor Total
01	**Plantão médico 12hs**	SV	24	1.000,00	24.000,00
02	**Plantão medico 24hs**	sv	36	2.000,00	72.000,00
		Unidade de medida	und	Vlr unt	Valor total
03	**Prestação de serviços como médico diretor geral**	srv	mensal	**15.000,00**	**180.000,00**
TOTAL GERAL					**R$ 276,000,00**

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:
O pagamento ao (a) CONTRATADO(A) será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços;

CPL
Fls. 151

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:
O (A) CONTRATANTE poderá fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste TERMO, inclusive, a efetiva realização dos serviços prestados;

Parágrafo único - A fiscalização de que trata esta "CLÁUSULA" terá por objeto, notadamente, a qualidade da prestação dos serviços bem como o controle *"a posteriori"* da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao (a) CONTRATADO(A) integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação assistencial realizados, assim, a faculdade de tal fiscalização, mesmo quando exercida, não elidirá, nem reduzirá, a responsabilidade de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência não implicará jamais co-responsabilidade do CONTRATANTE;

CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES:
Mediante termo aditivo, o presente ajuste será modificado pelas partes, sempre que ocorrer alteração do Termo de Contratação;

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE:
O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida, do contrato, bem como de termo aditivo, se for o caso, e outras determinadas em lei;

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES:
A inobservância, pelo (a) CONTRATADO(A), de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CONTRATANTE a aplicar a seu critério, penalidades e sanções previstas em Lei:

§ 1° - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta CLÁUSULA não elidirá o direito de o CONTRATANTE exigir o ressarcimento integral das perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro; pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **CONTRATANTE** poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao (a) **CONTRATADO(A)** as sanções previstas em Lei;

§ 2° - O (A) CONTRATADO(A) ficará sujeito as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

a) - **Multa de 1%** (*um por cento*) **sobre o valor contratual, a cada dia do não início da prestação de serviços no prazo estipulado,** até o limite de 20% (*vinte por cento*) quando então, será decretada a rescisão unilateral do Contrato, por culpa exclusiva do(a) CONTRATADO(A);

b) - Multa de 3% (*três por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, o(a) CONTRATADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (*dois*) anos, quando, por culpa do(a) CONTRATADO(A) ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa;

d) As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e) Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual, incluindo o § 2º, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato.

CLÁUSULA DECIMA - DA APLICAÇÃO DE MULTA
Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará o(a) **CONTRATADO(A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia ao Fundo Municipal de Saúde através da Diretoria do Serviços de Saúde. Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o(a) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
O presente Termo terá vigência a contar da data de sua assinatura, extinguindo seus efeitos em 03/03/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RESCISÃO:
Pela sua inexecução total ou parcial o presente contrato será rescindido em qualquer tempo, através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados lei 14.133/2021.

Parágrafo Único: Mediante simples aviso extra-judicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias poderá haver a rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, precedida de autorização escrita e fundamentada da gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: **04 – 0020 / 10.301.0012.2086 -** elemento da despesa 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 361 e 360, FONTE – 1.500.1002.000000 **E 10.122.0003.2082 /** 3.3.90.39 e 3.3.90.36 / 335 e 334 / 1.500.1002.000000 **E 10.302.0013.2094,** 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 384 e 385, 1.500.1002.000000, constantes do presente orçamento e para os exercícios subsequentes, pela dotação que vier a ser alocada para atender as obrigações da mesma natureza.

Parágrafo Único: O presente contrato tem o valor estimado para seu período de vigência de 03/03/2025 a 03/03/2026 em **R$ 276.000,00** (duzentos e setenta e seis mil reais), com base nos dados estipulados(s) na(s) cláusula(s) própria(s), segundo os preços de cotações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:
O presente TERMO foi celebrado em conformidade com as suas cláusulas contratuais e ciência das partes envolvidas.

Parágrafo único: Os casos omissos e quaisquer dúvidas advindas deste Termo Contratual serão resolvidos pela legislação em vigor incidente à matéria, elegendo-se, para tanto, o Foro da Comarca de Cristalândia/TO.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, abaixo ratificado pelas partes contratantes, para que surta seus efeitos.

PIUM/TO, 03 de março de 2025.

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08 de 01/01/2025

Dione Ribeiro da Silva
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE

Lucas Gama Gomes

LG MEDIC CENTER
CNPJ: 44.646.995/0001-38
LUCAS GAMA GOMES
CRM TO 6331
CONTRATADO

Testemunhas:

1._____
2._____

CPL
Fls. 154

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 013/2025PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2025
Oriundo do Credenciamento 001/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM. Contratada: LG MEDC CENTER LTDA inscrita no **CNPJ:** 44.646.995/0001-38.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrita no CNPJ: 12.059.635/0001-43

Prestação de serviços **médico clinico geral plantonista** no hospital de pequeno poste (HPP) Hospital Nestor da Silva Aguiar.
As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária.

ORGÃO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DO RECURSO
SÁUDE	10.122.0003.2082 10.122.0003.2086 10.122.0003.2094	3.3.90.39 3.3.90.36	1.500.1002

Valor: R$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais)
Data de assinatura: 03 de março de 2025
Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura
Dione Ribeiro da Silva-Gestor do FMS

PROPOSTA DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO PLANTONISTA

CPL
Fls. 155

1. **Dados da Empresa:**

- **Razão Social:** CLARISMINDO MODESTO DINIZ
- **Nome Fantasia:** CONSULTORIO DINIZ
- **CNPJ:** 29.543.830/0001-30
- **Endereço:** 10 R 15 DE NOVEMBRO, QD.0000, LT.0000, CENTRO
- **Telefone:** (63)99253-1101

2. **Dados do Contratante:**

- **CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM-TO
- **CNPJ:** 12.059.635/0001-43
- **Endereço:** Avenida Diógenes de Brito, nº1, setor Alto da Boa Vista
- **Telefone:** (63)99137-6470

3. **Descrição dos serviços:**

A proposta inclui os seguintes serviços:

- **Médico Plantonista:** Disponibilidade para plantões médicos conforme programação acordada.
- **Cobertura:** plantões noturnos e diurnos de 12 horas, plantões de 24horas.
- **Especialidades Disponíveis:** Médico Clínico Geral
- **Equipamentos e Medicamentos:** São de responsabilidade da instituição contratante.

4. **Valor Base por Plantão:**

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO R$	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R$
Plantão Médico 12h	1000,00	60	60.000,00
Plantão Médico 24H	2000,00	30	60.000,00

Este valor inclui a disponibilidade do médico para atendimento em urgência e emergência, conforme as necessidades da instituição.

5. **Condições de Pagamento:**

A forma de pagamento será por transferência eletrônica em conta corrente da empresa após a emissão da nota fiscal de prestação de serviço.

6. **Responsabilidades:**

- **Da Contratante:** Disponibilizar o local e condições adequadas para a realização do atendimento médico.
- **Da Contratada:** Garantir a prestação de serviços médicos com profissionais qualificados e registrados no Conselho Regional de Medicina.

CPL
Fls. 156

7. **Vigencia:**

Esta proposta é válida por 10 meses a partir da data de assinatura. Caso haja necessidade de renovação, será realizada uma nova negociação.

8. **Observações:**

A proposta está sujeita a ajustes conforme demanda e negociação com o contratante.

O médico plantonista se compromete a manter a confidencialidade sobre todas as informações relacionadas aos pacientes atendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O CONSULTÓRIO DINIZ tem o prazer de apresentar esta proposta para a prestação de serviços médicos plantonistas, com o objetivo de atender às suas necessidades de assistência médica de plantão, garantindo qualidade, agilidade e eficiência no atendimento.

Estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida e para adequar a proposta conforme as necessidades da sua instituição.

Agradecemos a oportunidade de prestar nossos serviços e esperamos estabelecer uma parceria duradoura e de sucesso.

Atenciosamente,

Pium-TO, 28 de fevereiro de 2025.

Clarismindo Modesto Diniz
Médico

Consultório Diniz
(63)99253-1101

CPL
Fls. 157

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

À COMISSÃO DE CONTRATACÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM – TO,

O **CONSULTORIO DINIZ**, CNPJ nº 29.543.830/0001-30, com sede na rua 15 de novembro na cidade de Cristalândia-To, por seu representante legal, médico, o Srº CLARISMINDO MODESTO DINIZ, que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços consistentes na área de médicina, como médico plantonista.

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de Chamamento para Credenciamento de serviços de plantões e médico diretor do fundo de Saúde do município de PIUM.

Atenciosamente.

Pium/TO, 28 de fevereiro de 2025.

Clarismindo Modesto Diniz
CRM /TO 266

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 158

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

A Comissão de contratação do Fundo Municipal de Saúde de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital 001/2025

O **CONSULTORIO DINIZ**, CNPJ nº 29.543.830/0001-30, com sede na rua 15 de novembro na cidade de Cristalândia-To, por seu representante legal, médico, o Srº CLARISMINDO MODESTO DINIZ, em atendimento ao edital do processo acima especificado, DECLARA, sob as penas da Lei que se encontra em perfeita disponibilidade para imediata execução dos serviços objetos do certame, caso venha a ser declarada **APTO**.

Pium/TO, 28 de fevereiro de 2025.

Clarismindo Modesto Diniz
CRM/TO 266

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 159

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE/PJ

A Comissão de contratação do Fundo Municipal de Saúde de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital XXX/2025

O **CONSULTORIO DINIZ**, CNPJ nº 29.543.830/0001-30, com sede na rua 15 de novembro na cidade de Cristalândia-To, por seu representante legal, médico, o Srº CLARISMINDO MODESTO DINIZ, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente credenciamento bem como, estar ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Pium/TO, 28 de fevereiro de 2025.

Clarismindo Modesto Diniz
CRM /TO 266

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 160

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO/PJ

A Comissão de contratação do Fundo Municipal de Saúde de PIUM/TO

Ref.: Chamamento Público de Credenciamento – Edital 001/2025

O **CONSULTORIO DINIZ**, CNPJ nº 29.543.830/0001-30, com sede na rua 15 de novembro na cidade de Cristalândia-To, por seu representante legal, médico, o Srº CLARISMINDO MODESTO DINIZ, declara, sob as penas da Lei, para fins de participação do certame levada a efeito pelo Edital de Chamada Pública n.º 001/2025 que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Pium/TO, 28 de fevereiro de 2025.

Clarismindo Modesto Diniz
CRM /TO 266

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 161

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CLARISMINDO MODESTO DINIZ
CPF: 216.699.961-15
Certidão nº: 14616510/2025
Expedição: 12/03/2025, às 12:01:33
Validade: 08/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CLARISMINDO MODESTO DINIZ**, inscrito(a) no CPF sob o nº **216.699.961-15, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CPL
Fls. 162

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.543.830/0001-47
Razão Social: CLARISMINDO MODESTO DINIZ
Endereço: RUA 15 DE NOVEMBRO SN / CENTRO / CRISTALANDIA / TO / 77490-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:07/03/2025 a 05/04/2025

Certificação Número: 2025030702055017265000

Informação obtida em 12/03/2025 12:19:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CPL
Fls. 169

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6471736

Validador
60266715535598199295876592911075

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ : 29.543.830/0001-47 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:
CADASTRO

HISTÓRICO:
NÁO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Quarta-feira, 12 de Março de 2025 - 12h 22m 42s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

CPL
Fls. 164

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E/OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

N. eb8c15fa

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

CLARISMINDO MODESTO DINIZ

CNPJ n. 29.543.830/0001-47

Certidão emitida em: 13/03/2025, às 08:27:56 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;

b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;

c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.

d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.

e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;

f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj

g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 13/03/2025, 08:28:54

CPL
Fls. 165

EDITAL DE CADASTRAMENTO Nº 001/2025

A Comissão de contratação do Fundo Municipal de Sáude de PIUM-TO

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa O CONSULTORIO DINIZ, estabelecida na na rua 15 de novembro da cidade de Cristalandia-TO, CNPJ nº 29.543.830/0001-30, foi nossa fornecedora de serviços em plantões médicos no período de 08/01/2024 a 31/07/2024.

A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Nova Rosalândia-TO, 13 de março de 2025.

24.851.495/0001-20
Prefeitura Municipal de
Nova Rosalândia
Rua 22 de Abril s/nº - Centro
Nova Rosalândia - TO

Poliana de Souza Lira
Responsável Recursos Humano
Decreto n. 028/2025

Poliana de Souza Lira
Dep. Pessoal

CPL 166

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

O Reitor da Universidade Federal do Pará,

no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Medicina

em 4 de dezembro de 1985, confere o título de

Médico a

Clarismindo Modesto Diniz

Cart. de Identidade nº 882.502 - SEGUP-GO, brasileiro, nascido em 23 de outubro de 1960, natural do Estado de Minas Gerais

e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Belém (Pa), 03 de Janeiro de 19 86

José Seixas Lourenço
Reitor

Clarismindo Modesto Diniz
Diplomando

Diretor do Centro

Coordenador do Curso

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 167

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 44832114/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

CLARISMINDO MODESTO DINIZ

OU

CNPJ n. 29.543.830/0001-47

Certidão emitida em 03/02/2025, às 10:52:13 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 03/02/2025, às 07:34:25;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 03/02/2025, às 07:34:25.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 44832114

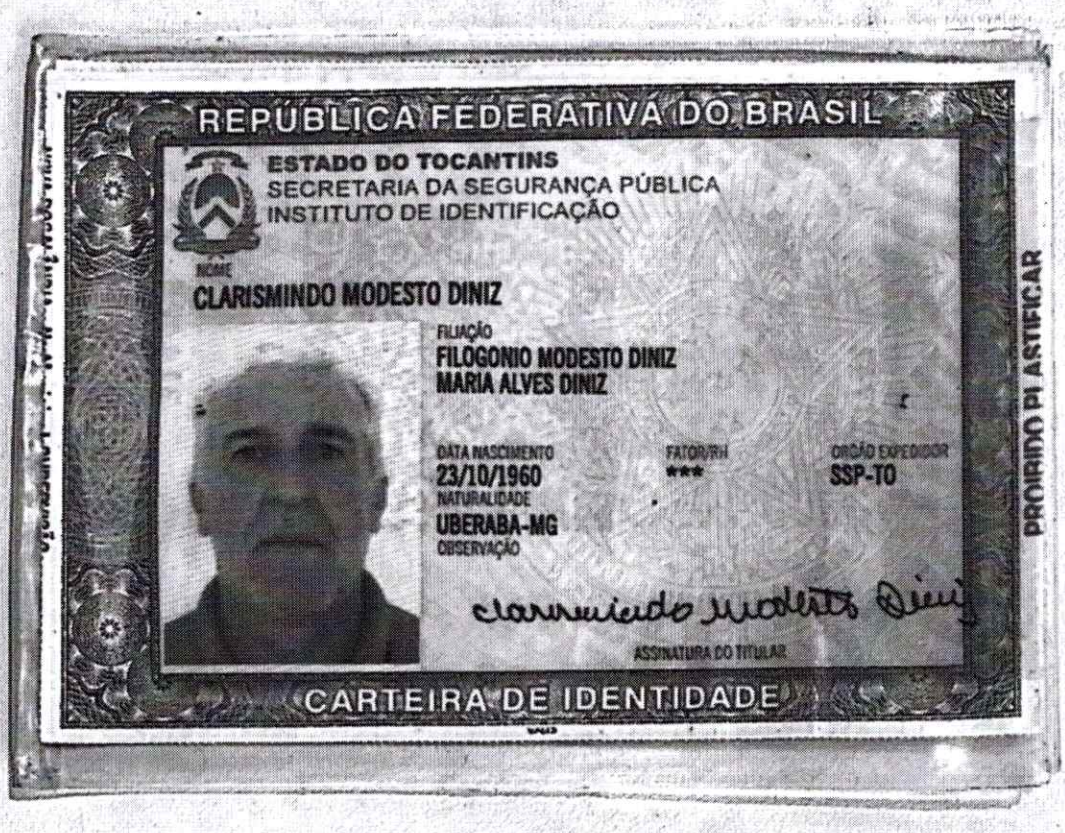
Código de Validação: C7E5 5F82 6F37 8A90 D1E1 B857 7794 8701

Data da Atualização: 03/02/2025, às 07:34:25

03/02/2025

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 168


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
NOME
CLARISMINDO MODESTO DINIZ
FILIAÇÃO
FILOGONIO MODESTO DINIZ
MARIA ALVES DINIZ
DATA NASCIMENTO
23/10/1960
FATOR/RH
***
ÓRGÃO EXPEDIDOR
SSP-TO
NATURALIDADE
UBERABA-MG
OBSERVAÇÃO
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE
PROIBIDO PLASTIFICAR


CPF
NASCIMENTO
23.10.60
INSCRIÇÃO NO CPF
216 699 961 15
CONTRIBUINTE
CLARISMINDO MODESTO DINIZ
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 169

LEI N° 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 216.699.961-15 DNI ***

REGISTRO GERAL 1.758.502 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/12/2021

REGISTRO CIVIL CERT.CAS. MAT. Nº 025635 01 55 1986 2 00081 125 0003231 87

EXP. 08/11/2019, ANÁPOLIS-GO - COM AVERBAÇÃO DIVÓRCIO

T. ELEITOR
***

NIS/PIS/PASEP
***

CERT. MILITAR
***

CNH
02361243506 B

CTPS-SÉRIE-UF
***

IDENTIDADE PROFISSIONAL
***
***
***

CNS
***

NAIDES CESAR SILVA
ASSINATURA DO ÓRGÃO EXPEDIDOR

POLEGAR DIREITO



VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 170

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALANDIA
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - ECONÔMICO

DADOS DO ECONÔMICO

Nome / Razão Social: CLARISMINDO MODESTO DINIZ
Nome Fantasia: CONSULTORIO DINIZ
CPF/CNPJ: 29.543.830/0001-47
Endereço: 10 R 15 DE NOVEMBRO, Nº0, QD. 0000, LT0000 **Bairro:** CENTRO **Município:** CRISTALÂNDIA-TO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o 3 - Econômico supra citado, NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS , de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALANDIA**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: nada consta.

Dados de Autenticação	QR Code
Certidão Número: 03914 - 1 **Dispositivo Legal:** Lei Municipal Nº 531 /2017 **Emitido em:** terça-feira, 07 de janeiro de 2025 **Validade:** 07/04/2025 **Código de Verificação:** JqjWJt1kLJ0k	

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 171

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6338706

Validador
924680589911667959076489869064 59

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ: 29.543.830/0001-47 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**
ATIVIDADE ECONÔMICA:
ENDEREÇO:
MUNICÍPIO:
FINALIDADE:
CADASTRO

HISTÓRICO:
NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Segunda-feira, 3 de Fevereiro de 2025 - 10h 45m 21s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

Esta Certidão foi emitida no site da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins http:// www.to.gov.br/sefaz

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 122

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CLARISMINDO MODESTO DINIZ
CNPJ: 29.543.830/0001-47

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:09:43 do dia 03/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/08/2025.
Código de controle da certidão: **789B.9158.8B93.F934**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Scanned with CamScanner

BANCO DO BRASIL

Proposta/Contrato de Abertura de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex Pessoa Jurídica

CPL
Fls. 173

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 3638-2 - CRISTALANDIA (TO), inscrita no CNPJ n.º 000.000/1717-51, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Poupex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Poupex, doravante denominada **Poupex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante: CLARISMINDO MODESTO DINIZ, CNPJ n.º 29.543.830/0001-47, SERV MEDICO-HOSPITALARES, constituída em 25/01/2018, por meio do documento de constituição 17100796154 - REQUERIMENTO DE EMPRESARIO, registrado no(a) JUCETINS em 26/01/2018 e sediada à 10 R 15 DE NOVEMBRO , SN, CENTRO, CRISTALANDIA (TO), CEP 77.490-000, telefone(s) (63) 3354-1476.

Dirigente(s)

Nome	CPF
CLARISMINDO MODESTO DINIZ	216.699.961-15

Dados da conta
Agência 3638-2, Conta-Corrente n.º 15.866-6, Poupança Ouro n.º 510.015.866-9 e Poupança Poupex n.º 960.015.866-0, aberta em 01/02/2018.

Fornecimento de dados cadastrais às empresas do conglomerado Banco do Brasil e Empresas parceiras: Não autorizado.

Declarações e autorizações
O **Proponente/Contratante** identificado propõe e o **Contratado aceita** a abertura de conta-corrente e/ou conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), sob o microfilme n.º 924.356, em 14/07/2017, que integram este contrato, e também, com as Informações essenciais - Conta-corrente e conta-poupança, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe no ato da assinatura deste instrumento.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que os saldos devedores na conta-corrente ora aberta e que não forem pagos nos respectivos vencimentos poderão ser automaticamente compensados com créditos existentes em outras contas-correntes ou aplicações financeiras de que o **Proponente/Contratante** seja titular no Banco do Brasil, mediante débito nas contas respectivas, o que desde já autoriza.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que as dívidas líquidas que não forem pagas no vencimento e que tenham como credor o Banco do Brasil, em quaisquer de suas agências, serão compensadas com os créditos existentes na conta-corrente e/ou na conta de Poupança Ouro e/ou Poupex ora aberta(s), mediante débito em conta, o que desde já autoriza.

O acolhimento desta Proposta/Contrato não implica em aceitação da proposta por parte do Banco do Brasil S.A., estando tal aceitação condicionada à assinatura de funcionário do Banco do Brasil S.A. e a eventual aprovação do limite de crédito.

Para **informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários** a respeito desta Proposta/Contrato, o **Contratado** coloca a disposição do **Proponente/Contratante** os telefones da Central de Atendimento do Banco do Brasil - CABB 4004-0001* ou 0800 729-0001, Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC 0800 729-0722, para Deficientes Auditivos 0800 729-0088, Suporte Técnico Pessoa Física 0800 729-0200, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003-0500* ou 0800 729-0500. Caso o **Proponente/Contratante** considere que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente merece revisão, deve entrar

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 174

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

XXX	XXX

CLARISMINDO MODESTO DINIZ

BRASILEIRA	CASADO(A)
Masculino	Comunhão Parcial
FILOGONIO MODESTO DINIZ	MARIA ALVES DINIZ

23/10/1960	882502	SSP	TO	216.699.961-15

XXX

RUA DE PEDESTRE 15 de Novembro	SN

XXX	CENTRO	77490-000	009844 - Cristalândia

Cristalândia	TO

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS	A JUNTA COMERCIAL DO
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 000 - INSCRIÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 005 - INSCRIÇÃO, 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO

CLARISMINDO MODESTO DINIZ - ME	ME (Microempresa)
RUA RUAS 15 de Novembro	SN

XXX	CENTRO	77490-000	009844 - Cristalândia

Cristalândia	TO	BRASIL	mg.silva@brturbo.com.br

20.000,00	vinte mil reais

86310102 86305002, 86305003	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, Atividade médica ambulatorial restrita a consultas

31/01/2018	XXX			☐ 1 - SIM ☐ 1 - NÃO

25/01/2018	Clarismindo Modesto Diniz

2º OFÍCIO

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	TO2180001435095

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Simplifica TO

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/01/2018 17:10 SOB Nº 17100796154.
PROTOCOLO: 180024850 DE 26/01/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800286249. NIRE: 17100796154.
CLARISMINDO MODESTO DINIZ ME

JUCETINS

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
PALMAS, 26/01/2018
www.simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 175



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/01/2018 17:10 SOB Nº 17100796154.
PROTOCOLO: 180024850 DE 26/01/2018. CODIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800286249. NIRE: 17100796154.
CLARISMINDO MODESTO DINIZ ME

JUCETINS

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
PALMAS, 26/01/2018
www.simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 176
Scanned with CamScanner



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/01/2018 17:10 SOB Nº 17100796154.
PROTOCOLO: 180024850 DE 26/01/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11800286249. NIRE: 17100796154.
CLARISMINDO MODESTO DINIZ ME

JUCETINS

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
PALMAS, 26/01/2018
www.simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CPL
Fls. 177

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
29.543.830/0001-47 MATRIZ		26/01/2018

NOME EMPRESARIAL
CLARISMINDO MODESTO DINIZ

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONSULTORIO DINIZ	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
10 R 15 DE NOVEMBRO	SN	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.490-000	CENTRO	CRISTALANDIA	TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MG.SILVA@BRTURBO.COM.BR	(63) 3354-1476

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	26/01/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/01/2022** às **12:13:10** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 178

Secretaria de Saúde

PREFEITURA DE Cristalândia Gestão: 2025/2028
TERRA DE GENTE QUE BRILHA

ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIA Nº 01 /20 25

NOME DO ESTABELECIMENTO: CONSULTÓRIO DINIZ

RAZÃO SOCIAL: CLARISMINDO MODESTO DINIZ

CNPJ: 29.543.830/0001-47

ATIVIDADE: 8630502 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 1011013753

RESPONSÁVEL: CLARISMINDO MODESTO DINIZ

CRISTALÂNDIA, 20 / 01 /20 25 **VÁLIDO ATÉ** 31 / 12 2025

Mayara Coelho da Silva
Secretária / Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Decreto nº 0024 de 01/01/2025

SECRETÁRIA MUN. DE SAÚDE

Dionora P. da Silva

Dionora Pereira da Silva
Coordenadora de Vigilância Sanitária
Portaria Nº 0024

COORDENADORA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ESTE ALVARÁ DEVE SER COLOCADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO.

Scanned with CamScanner

CPL Fls. 179

PREFEITURA DE Gestão: 2025/2028
Cristalândia
TERRA DE GENTE QUE BRILHA

ALVARÁ DE LICENÇA Nº. 00004/2025

Nos termos do Art. 118 , do Inc I do Código Tributário Municipal - Lei n. 531/2017 concede-se o presente alvará de licença à empresa a seguir identificada, para exercer suas atividades, enquanto satisfeitas as exigências da legislação em vigor:

Incrição Municipal: 1011013753	**CNPJ/CPF**: 29.543.830/0001-47
Razão Social: CLARISMINDO MODESTO DINIZ	
Nome Fantasia: CONSULTORIO DINIZ	
Endereço: 10 R 15 DE NOVEMBRO, QD. 0000, LT. 0000, , CENTRO	
CNAE/Fiscal: 8610102 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	**Atividade Principal**: Prestação de Serviços
CNAE/Secundário: 8630502 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	**Atividade Secundária:**
Início das Atividade.: 26/01/2018	
Responsável pela Empresa:	**DUAM**: 95970
Emitido em: 07/01/2025	**Válido até**: 31/12/2025
Visto que recolheu aos cofres públicos a devida taxa de licença.	

Renne Walasy Fontes Fernandes

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 180

ATS TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
302 Norte, Av. NS-02 QI-15, Lotes: 1 e 2 - CENTRO - Palmas - TO
CNPJ 11996434000100 I.E. ISENTO - CEP: 77.006-340

2ª Via

FATURA DE ÁGUA / ESGOTOS / SERVIÇOS

DOCUMENTO	MEDIDOR	RES.COM.IND.PUB	SETOR ROTA SEQUÊNCIA
118192211	Y19S029058	1 0 0 0	57.0306001001.102.00080

CLIENTE
0000272440-5 CLARISMINDO MODESTO DINIZ
RUA CLEUDES MACIEL 0 - CENTRO - NOVA ROSALÂNDIA - TO-NOVA ROSALÂNDIA - 77495000

QD14 LT07 CICLO:57

MÉDIA DE CONSUMO		ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	CONSUMO DO MÊS	MÊS DE REFERÊNCIA
9	DATA	04/12/2024	592	03/01/2025	11	12/2024
	LEITURA	06/11/2024	581			

HISTÓRICO DE CONSUMOS FATURADOS

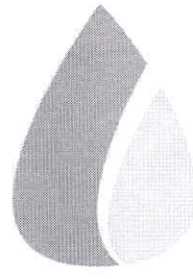
NOV/2024	00010	SET/2024	00010	MAI/2024	00010	MAR/2024	
OUT/2024	00010	JUL/2024	00011	MAI/2024	00010	JAN/2024	(
SET/2024	00010	JUN/2024	00010	MAR/2024	00018	JAN/2024	

TARIFAS DE ÁGUA EM M3

Res. 0 a 10	10 x 1 4.23	42,30	
Res. 10 a 15	1 x 1 5.81	5,81	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

VALOR DE AGUA	48,11
ENTREGA DE AVISO DÉBITO 1/1	2,05



DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
28/12/2024	**50,16**

MENSAGEM

===== LANÇAMENTO APP AGENCIA VIRTUAL ATS =====
O GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS, EM PARCERIA COM A AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO (ATS), ACABA DE LANÇAR O APLICATIVO "AGENCIA VIRTUAL ATS", CRIADO PARA SIMPLIFICAR O ACESSO A INFORMAÇÕES ESSENCIAIS. BAIXE AGORA NO PLAY STORE.

IDENTIFICADOR DEBITO AUTOMATICO : 000272440-5

Referência: **11/2024**

PARÂMETRO	PADRÃO DE POTABILIDADE Conforme a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde	Sistema de Distribuição de Água		
		Número mínimo de amostras a serem coletadas	Número de amostras realizadas	Número de amostras fora do padrão
Cor	Máximo de 15 mg Pt-Co/L	5	5	0
Turbidez	Máximo de 5 UNT	10	10	0
Cloro Residual Livre	Mínimo de 0,2 mg/L Cl_2	10	10	0
Coliformes Totais	Ausência em 95% das amostras	5	5	0
Coliformes Termotolerantes	Ausência em 100% das amostras	5	5	0

Responsáveis técnicos pelo controle de qualidade da água:

MARCOS ANTONIO DA SILVA AGUIAR

"O não pagamento até a data de vencimento implicará em acréscimo de 2% de multa cobrado na próxima conta e juro de 1% ao mês e estará sujeito a suspensão do fornecimento"

ATS

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
CNPJ 11996434000100 I.E. ISENTO - CEP: 77.006-340

2ª Via

NÚMERO DA LIGAÇÃO	MES REFER.	VENCIMENTO
0000272440-5	**12/2024**	**28/12/2024**

DOCUMENTO	TOTAL A PAGAR R$
118192211	**50,16**

82680000000-0 50161341011-4 81922110000-4 02724400012-4

CPL
Fls. 181

ATS TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
302 Norte, Av. NS-02 Qi-11, Lotes: 1 e 2 - CENTRO - Palmas - TO
CNPJ 11996434000100 I.E. ISENTO - CEP: 77.006-340

2ª Via

FATURA DE ÁGUA / ESGOTOS / SERVIÇOS

DOCUMENTO	MEDIDOR	RES.COM.IND.PUB	SETOR ROTA SEQUÊNCIA
118238504	Y19S029058	1 0 0 0	57.0306001001.102.00080

CLIENTE

0000272440-5 CLARISMINDO MODESTO DINIZ

RUA CLEUDES MACIEL 0 - CENTRO - NOVA ROSALÂNDIA - TO-NOVA ROSALÂNDIA - 77495000

QD14 LT07 CICLO:57

MÉDIA DE CONSUMO		ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	CONSUMO DO MÊS	MÊS DE REFERÊNCIA
0	DATA	06/01/2025	602	05/02/2025	10	01/2025
	LEITURA	04/12/2024	592			

HISTÓRICO DE CONSUMOS FATURADOS

NOV/2024	00010	SET/2024	00010	MAI/2024	00010	MAR/2024	
OUT/2024	00010	JUL/2024	00011	MAI/2024	00010	JAN/2024	(
SET/2024	00010	JUN/2024	00010	MAR/2024	00018	JAN/2024	

TARIFAS DE ÁGUA EM M3

Res. 0 a 10 10 x 1 4.23 42,30

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

VALOR DE AGUA	42,30
VALOR DO JUROS	2,62
VALOR DA MULTA	3,24
RELIGAÇÃO HD 1/1	28,32

DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
28/01/2025	**76,48**

MENSAGEM

===== LANÇAMENTO APP AGENCIA VIRTUAL ATS =====
O GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS, EM PARCERIA COM A AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO (ATS), ACABA DE LANÇAR O APLICATIVO "AGENCIA VIRTUAL ATS", CRIADO PARA SIMPLIFICAR O ACESSO A INFORMAÇÕES ESSENCIAIS. BAIXE AGORA NO PLAY STORE.

IDENTIFICADOR DEBITO AUTOMATICO : 000272440-5

Referência: **12/2024**

PARÂMETRO	PADRÃO DE POTABILIDADE Conforme a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde	Sistema de Distribuição de Água		
		Número mínimo de amostras a serem coletadas	Número de amostras realizadas	Número de amostras fora do padrão
Cor	Máximo de 15 mg Pt-Co/L	5	5	0
Turbidez	Máximo de 5 UNT	10	10	0
Cloro Residual Livre	Mínimo de 0,2 mg/L Cl_2	10	10	0
Coliformes Totais	Ausência em 95% das amostras	5	5	0
Coliformes Termotolerantes	Ausência em 100% das amostras	5	5	0

Responsáveis técnicos pelo controle de qualidade da água:

MARCOS ANTONIO DA SILVA AGUIAR

"O não pagamento até a data de vencimento implicará em acréscimo de 2% de multa cobrado na próxima conta e juro de 1% ao mês e estará sujeito a suspensão do fornecimento"

ATS

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO
CNPJ 11996434000100 I.E. ISENTO - CEP: 77.006-340

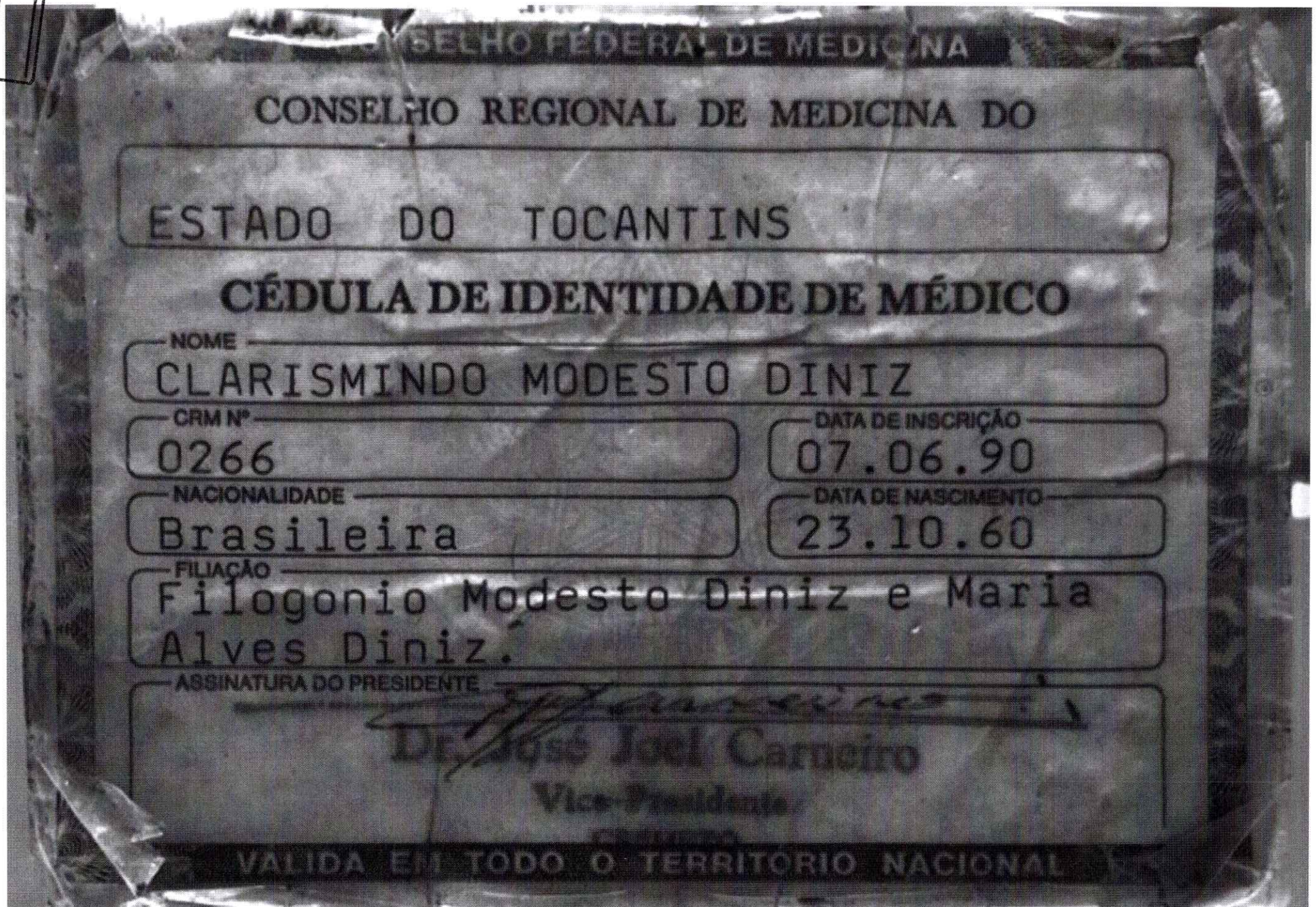
2ª Via

NÚMERO DA LIGAÇÃO	MES REFER.	VENCIMENTO
0000272440-5	**01/2025**	**28/01/2025**

DOCUMENTO	TOTAL A PAGAR R$
118238504	**76,48**

82670000000-1 76481341011-6 82385040000-8 02724400012-4

CPL
Fls. 182



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO

ESTADO DO TOCANTINS

CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO

NOME
CLARISMINDO MODESTO DINIZ

CRM Nº
0266

DATA DE INSCRIÇÃO
07.06.90

NACIONALIDADE
Brasileira

DATA DE NASCIMENTO
23.10.60

FILIAÇÃO
Filogonio Modesto Diniz e Maria Alves Diniz.

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Dr. José Joel Carneiro
Vice-Presidente

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

Scanned with CamScanner

CPL Fls. 183

CONSELHO FEDERAL DE [illegible]



IDENTIDADE Nº
882.502 SSP-GO.05.07.77

CPF Nº
216.699.961-15

CERTIFICADO MILITAR Nº
CDI - 308.859

TÍTULO ELEITORAL Nº
149.132.827-39

ZONA
13

SEÇÃO
15

LOCAL E DATA
Miracema-To.

ASSINATURA DO PORTADOR
Evanildo Moreira Dias

DOCUMENTO DE IDENTIDADE CONFORME LEI Nº 6.206/75

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

Scanned with CamScanner

CPL
Fls. 184

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM - TO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Anexo I da Prefeitura Municipal de Pium-TO na Situada na Rua 04, s/n, de PIUM – TO, e com foro na Comarca de Cristalândia/TO, CNPJ (MF) nº 12.059.635/0001-43, representada por seu gestor o Sr. DIONE RIBEIRO DA SILVA, , inscrito no CPF (MF) nº 027.038.771-45, residente e domiciliada nesta cidade doravante denominado **CREDENCIANTE** e, de outro lado, a CLARISMINDO MODESTO DINIZ, inscrita no CNPJ nº 29.543.830/0001-30, representado por seu representante legal o Dr. CLARISMINDO MODESTO DINIZ, CRM/TO nº 0266, doravante denominado(a) simplesmente **CREDENCIADO (A)**, celebram este Termo de Credenciamento para a prestação dos serviços de plantonista, vinculado ao Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto municipal 132/2021 de 10 de agosto de 2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira O presente Termo tem por objeto a realização, pela(o) **CREDENCIADA(O)**, dos serviços de na área de plantões médicos.

PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Segunda O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta meses).

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Terceira São obrigações do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**:

I – disponibilizar a estrutura, materiais e condições necessárias a boa execução dos serviços do(a) credenciado(a);

II – pagar os honorários de acordo com o previsto no Anexo I – Remuneração, dos serviços.

Cláusula Quarta São obrigações da **CREDENCIADO(A)**:

I - Manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao pessoal que o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções.

Cláusula Quinta Pelos serviços ora ajustados, o **CREDENCIADO (A)** será remunerada exclusivamente de acordo com o disposto no do Anexo I – Remuneração dos serviços, não podendo reclamar do Fundo Municipal de Saúde qualquer outro valor a esse título.

DA RESCISÃO

Cláusula Sexta Este Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo, mediante termo próprio e notificação prévia de 30 (trinta) dias, desde que atendida a conveniência do **FUNDO**

Cláusula Sétima Será rescindido o presente Termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CREDENCIADO(A)**, se este:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste Termo;

II - subcontratar os serviços, sem autorização do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,** ou, em qualquer hipótese, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Credenciamento;

III - executar os serviços com imperícia técnica;

IV - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos;

V - demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;

VI - atrasar injustificadamente a execução dos serviços.

Cláusula oitava O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá, ainda, rescindir este Termo na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas por lei.

NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS

Cláusula Décima Aplicam-se a esse termo de credenciamento as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Chamamento Público nº 001/2025, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula Décima Primeira Para questões ou litígios decorrentes do presente credenciamento fica eleito o Foro da Comarca de Cristalândia-TO, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pium-TO, 03 de março de 2025.

Dione Ribeiro da Silva
Secretário de Saúde - Pium-TO
Portaria nº 08, de 01/01/2025

Dione Ribeiro da Silva
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ:12.059.635/0001-43
"Povo Forte,União que move!

CPL
Fls. 186

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

CLARISMINDO MODESTO DINIZ
CNPJ: 29.543.830/0001-30
CLARISMINDO MODESTO DINIZ
CRM TO 0266

CPL
Fls. 187

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

TERMO DE CONTRATO N° 016/2025 FMS

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE PEQUENO PORTE DE PIUM-TO, COM ATUAÇÃO EM PLANTÕES MEDICOS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIUM - TO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Anexo I da Prefeitura Municipal de Pium-TO na Situada na Rua 04, s/n, de PIUM – TO, e com foro na Comarca de Cristalândia/TO, CNPJ (MF) n° 12.059.635/0001-43, representada por seu gestor o Sr. DIONE RIBEIRO DA SILVA, , inscrito no CPF (MF) n° 027.038.771-45, residente e domiciliada nesta cidade, denominado CONTRATANTE, e CLARISMINDO MODESTO DINIZ inscrito no CNPJ sob o n.° 29.543.830/0001-30, com sede e foro na rua 15 de novembro, s/n, centro,Cristalândia-TO, neste ato representado por seu proprietário o Sr. CLARISMINDO MODESTO DINIZ, portador do CPF: 216.699.961-15 denominado CONTRATADO(A), firmam o presente instrumento para prestação de serviços na área da saúde, conforme seguintes cláusulas e condições.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO DO CONTRATO - O presente contrato público de prestação de serviços é firmado nos termos da Lei n° 14.133/2021 e federal n° 11.878 e decretos municipais, através do Chamamento Público Edital n° 001/2025.

Fundamenta-se ainda o presente contrato de prestação de serviços, em autorização legislativa consubstanciada na inclusão de dotação orçamentária específica para contratação de serviços de terceiros, não configurando assim, qualquer vínculo empregatício ou de admissão de pessoal, ainda que indiretamente.

Para todos os efeitos legais e para melhor caracterização dos serviços, bem assim definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, como todos os seus anexos, os seguintes documentos: Chamamento Público 001/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente instrumento tem por objeto a contratação de jurídica para prestar de serviços de lava jato para lavagem dos veículos do fundo de Saúde do município de PIUM, no município de PIUM/TO, nas dependências do CONTRATANTE, para atendimento à pacientes de livre demanda;

§ 1° - O(A) CONTRATADO(A) declara que aceita prestar os serviços, objeto deste contrato, com total observância do regime do CONTRATANTE.

CPL
Fls. 188

§ 2º - Os serviços serão prestados: na cidade de PIUM, conforme demanda mandada pelo fundo de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO(A):
O(A) CONTRATADO(A) deverá iniciar o atendimento imediatamente após assinatura do Termo contratual;

§ 1º - deverá manter em perfeita regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e/ou para fiscais, bem como sua situação junto aos órgãos oficial fiscalizadores de suas atividades;

§ 2º - O(A) CONTRATADO(A) proporcionará todas as facilidades necessárias ao pessoal que o CONTRATANTE designar para exercer a ação fiscalizadora que lhe é facultada; bem como a qualquer outro servidor no desempenho de suas funções;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
§ 1º - Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessárias para a realização completa da execução do contrato;

§ 2º - Reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido neste instrumento, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento ao (a) CONTRATADO(A);

§ 3º - Notificar por escrito ao (a) CONTRATADO (A) da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução dos serviços e da sustação do pagamento;

§ 4º - Efetuar o pagamento de conformidade com o contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant. De Plantão de 12 horas	Valor Unitário do plantão	Valor Total
01	**Plantão médico 12hs**	SV	60	1.000,00	60.000,00
02	**Plantão medico 24 h**	Sv	30	2.000,00	60.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 120.000,00**

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:
O pagamento ao (a) CONTRATADO(A) será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:
O (A) CONTRATANTE poderá fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento deste TERMO, inclusive, a efetiva realização dos serviços prestados;

CPL
Fls. 189

Parágrafo único - A fiscalização de que trata esta "CLÁUSULA" terá por objeto, notadamente, a qualidade da prestação dos serviços bem como o controle *"a posteriori"* da assistência prestada, cabendo exclusivamente ao (a) CONTRATADO(A) integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação assistencial realizados, assim, a faculdade de tal fiscalização, mesmo quando exercida, não elidirá, nem reduzirá, a responsabilidade de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência não implicará jamais co-responsabilidade do CONTRATANTE;

CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES:
Mediante termo aditivo, o presente ajuste será modificado pelas partes, sempre que ocorrer alteração do Termo de Contratação;

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE:
O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida, do contrato, bem como de termo aditivo, se for o caso, e outras determinadas em lei;

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES:
A inobservância, pelo (a) CONTRATADO(A), de qualquer cláusula, condição ou obrigação constante deste ajuste, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CONTRATANTE a aplicar a seu critério, penalidades e sanções previstas em Lei:

§ 1° - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta CLÁUSULA não elidirá o direito de o CONTRATANTE exigir o ressarcimento integral das perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro; pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **CONTRATANTE** poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao (a) **CONTRATADO(A)** as sanções previstas em Lei;

§ 2° - O (A) CONTRATADO(A) ficará sujeito as seguintes penalidades caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato, sendo:

a) - **Multa de 1%** (*um por cento*) **sobre o valor contratual, a cada dia do não início da prestação de serviços no prazo estipulado,** até o limite de 20% (*vinte por cento*) quando então, será decretada a rescisão unilateral do Contrato, por culpa exclusiva do(a) CONTRATADO(A);

b) - Multa de 3% (*três por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, o(a) CONTRATADO(A) infringir qualquer das demais obrigações contratuais;

c) Suspensão do direito de participar de licitações e/ou Contratos em qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de 2 (*dois*) anos, quando, por culpa do(a) CONTRATADO(A) ocorrer a suspensão ou a rescisão administrativa;

d) As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

e) Quando o valor total das multas aplicadas atingirem o percentual de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual, incluindo o § 2º, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato.

CLÁUSULA DECIMA - DA APLICAÇÃO DE MULTA
Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará o(a) **CONTRATADO(A)** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia ao Fundo Municipal de Saúde através da Diretoria do Serviços de Saúde. Mantida a aplicação da multa, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, o(a) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
O presente Termo terá vigência a contar da data de sua assinatura, extinguindo seus efeitos em 03/03/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RESCISÃO:
Pela sua inexecução total ou parcial o presente contrato será rescindido em qualquer tempo, através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados lei 14.133/2021.

Parágrafo Único: Mediante simples aviso extra-judicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias poderá haver a rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, precedida de autorização escrita e fundamentada da gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: **04 – 0020 / 10.301.0012.2086 -** elemento da despesa 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 361 e 360, FONTE – 1.500.1002.000000 **E 10.122.0003.2082 /** 3.3.90.39 e 3.3.90.36 / 335 e 334 / 1.500.1002.000000 **E 10.302.0013.2094,** 3.3.90.39 e 3.3.90.36, DC: 384 e 385, 1.500.1002.000000, constantes do presente orçamento e para os exercícios subsequentes, pela dotação que vier a ser alocada para atender as obrigações da mesma natureza.

Parágrafo Único: O presente contrato tem o valor estimado para seu período de vigência de 03/03/2025 a 03/03/2026 em **R$ 120.000,00** (cento e vinte mil reais), com base nos dados estipulados(s) na(s) cláusula(s) própria(s), segundo os preços de cotações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:
O presente TERMO foi celebrado em conformidade com as suas cláusulas contratuais e ciência das partes envolvidas.

Parágrafo único: Os casos omissos e quaisquer dúvidas advindas deste Termo Contratual serão resolvidos pela legislação em vigor incidente à matéria, elegendo-se, para tanto, o Foro da Comarca de Cristalândia/TO.

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ:12.059.635/0001-43
"Povo Forte,União que move!

CPL
Fls. 191

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, abaixo ratificado pelas partes contratantes, para que surta seus efeitos.

PIUM/TO, 03 de março de 2025.

Dione Ribeiro da Silva
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE

Clarismindo Modesto Diniz
CNPJ: 29.543.830/0001-30
Clarismindo Modesto Diniz
CRM TO 0266
CONTRATADO

Testemunhas:

1._____
2._____

CPL
Fls. 192

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 017/2025PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2025
Oriundo do Credenciamento 001/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM.Contratada: **Clarismindo Modesto Diniz** inscrita no **CNPJ:** 29.543.830/0001-30.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrita no CNPJ: 12.059.635/0001-43

Prestação de serviços **médico clinico geral plantonista** no hospital de pequeno poste (HPP) Hospital Nestor da Silva Aguiar.
As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária.

ORGÃO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DO RECURSO
SÁUDE	10.122.0003.2082 10.122.0003.2086 10.122.0003.2094	3.3.90.39 3.3.90.36	1.500.1002

Valor: 120.000,00 (cento e vinte mil reais)
Data de assinatura: 03 de março de 2025
Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura
Dione Ribeiro da Silva-Gestor do FMS

Contrato n.º 030/2025 PMP

Processo Administrativo: Nº 246/2025
Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL SRP
Contrato n.º 030/2025
Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE VEICULOS TIPO CAMINHÃO PARA O MUNICÍPIO DE PIUM.
Partes: HAMILTON LOPES MARTINS-MEI inscrita no CNPJ sob o n.º 27.192.607/0001-77 e MUNICIPIO DE PIUM CNPJ: 01.189.497/0001-09
Data da assinatura: 11 de março de 2025
Recursos: 03.0011.18.695.0038.2064 - Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente;
Elementos de Despesas: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Cód.: 280, Fonte 1.500.0000.000000.
Valor total: R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
Fundamentação Legal: Lei n.º 14.133/2021.
Vigência: 11 meses a partir da data de assinatura

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 031/2025 PMP

Processo Administrativo: Nº 246/2025
Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL SRP
Contrato n.º 030/2025
Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE VEICULOS TIPO CAMINHÃO PARA O MUNICÍPIO DE PIUM.
Partes: EGILVAN SILVA MENDES -MEI inscrita no CNPJ sob o n.º 26.958.912/0001-64 e MUNICIPIO DE PIUM CNPJ: 01.189.497/0001-09
Data da assinatura: 11 de março de 2025
Recursos: 03.0011.18.695.0038.2064 - Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente;
Elementos de Despesas: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Cód.: 280, Fonte 1.500.0000.000000.
Valor total: R$ 63.250,00 (sessenta e três mil duzentos e cinquenta reais)
Fundamentação Legal: Lei n.º 14.133/2021.
Vigência: 11 meses a partir da data de assinatura

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 032/2025 PMP

Processo Administrativo: Nº 375/2025
Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL
Contrato n.º 032/2025
Objeto da Licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE MAESTRO PARA AULAS DE MÚSICA, REFERENTE A ORQUESTRA MUNICIPAL, CORAL E FANFARRA DO MUNICÍPIO DE PIUM
Partes: CRISTIANE GONÇALVES CARDOSO -MEI inscrita no CNPJ sob o n.º 53.795.031/0001-42 e MUNICIPIO DE PIUM CNPJ: 01.189.497/0001-09
Data da assinatura: 14 de março de 2025
DOTAÇÃO: 03.0006 / 13.392.0024.2037 - Secretaria Municipal de Cultura;
Elementos de Despesas: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Cód.: 127, Fonte: 1.500.0000.000000.
Valor total: R$ 65.450,00 (sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais)
Fundamentação Legal: Lei n.º 14.133/2021.
Vigência: 11 meses a partir da data de assinatura

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 033/2025-PMP

Processo Administrativo: Nº 417/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa

Objeto da Licitação PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM TEMPO FIXO (IATF), EM REBANHOS LEITEIROS DE PRODUTORES RURAIS PEQUENO PORTE.
Partes: 2M SERVIÇOS AGRO LTDA inscrito no CNPJ sob o n.41.990.007/0001-85 e MUNICIPIO DE PIUM, CNPJ 01.189.497/0001-09

Data da assinatura do contrato: 18 de março de 2025.
Recursos: 20.606.0032.2021 / 3.3.90.39 / 1.500.000000 - DC -39

Valor total: 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais)
Vigência: 30 dias

Data da homologação: 18 de março de 2025.
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 012/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2025
Oriundo do Credenciamento 001/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM. Contratada: CLINICALODDS-BASE DE ESTATISTICA E AVALIAÇÃO CLINICA LTDA inscrita no **CNPJ:** 59.585.077/0001-13.

5500882436304343931

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrita no CNPJ: 12.059.635/0001-43

Prestação de serviços **médico clinico geral plantonista** no hospital de pequeno poste (HPP) Hospital Nestor da Silva Aguiar.
As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária.

ORGÃO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DO RECURSO
SÁUDE	10.122.0003.2082 10.122.0003.2086 10.122.0003.2094	3.3.90.39 3.3.90.36	1.500.1002

Valor: 40.000,00 (quarenta mil reais)

Data de assinatura: 03 de março de 2025
Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura

Dione Ribeiro da Silva-Gestor do FMS

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 013/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2025
Oriundo do Credenciamento 001/2025.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA; PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM. Contratada: LG MEDIC CENTER LTDA inscrita no **CNPJ:** 44.646.995/0001-38.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrita no CNPJ: 12.059.635/0001-43

Prestação de serviços **médico clinico geral plantonista e Diretor** no hospital de pequeno poste (HPP) Hospital Nestor da Silva Aguiar.
As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária.

ORGÃO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DO RECURSO
SÁUDE	10.122.0003.2082 10.122.0003.2086 10.122.0003.2094	3.3.90.39 3.3.90.36	1.500.1002

R$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais)

Data de assinatura: 03 de março de 2025
Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura

Dione Ribeiro da Silva-Gestor do FMS

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 017/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2025
Oriundo do Credenciamento 001/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICOS, DIRETOR GERAL E MEDICO PALNTONISTA, PARA TENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE NESTORDA SILVA AGUIAR DE PIUM.Contratada: **Clarismindo Modesto Diniz** inscrita no **CNPJ:** 29.543.830/0001-30.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrita no CNPJ: 12.059.635/0001-43

Prestação de serviços **médico clinico geral plantonista** no hospital de pequeno poste (HPP) Hospital Nestor da Silva Aguiar.
As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária.

ORGÃO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DO RECURSO
SÁUDE	10.122.0003.2082 10.122.0003.2086 10.122.0003.2094	3.3.90.39 3.3.90.36	1.500.1002

Valor: 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Data de assinatura: 03 de março de 2025.
Vigência: 12 meses a partir da data de assinatura.

Dione Ribeiro da Silva-Gestor do FMS.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 003/2025 - FME

Processo Administrativo: Nº 006/2025
Modalidade de Licitação: Chamada Publica N.º 003/2025-PMP
Objeto da Licitação PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE POR MEIO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS E AÇÕES DA PREFEITURA e demais Fundos DO MUNICÍPIO DE PIUM - TO
Partes: ADÃO PEREIRA ROCHA-ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.737.480/0001-33 e Município de Pium - TO, CNPJ 01.189.497/0001-09.
Data da assinatura do contrato: 13 de janeiro de 2025
Recursos: 03.0002 / 04.122.0003.2006 / 339039 / DC.39 / FONTE 1.500.0000.000000.
Valor total: R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)
Vigência: a partir de 13 de janeiro de 2025 a 13 de janeiro de 2026
Fundamentação Legal: Artigo 79, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

ELIANE ARAUJO ARAUJO DO MONTE PALMA SILVA
Gestora do fundo municipal de educação

55008824363043439 31